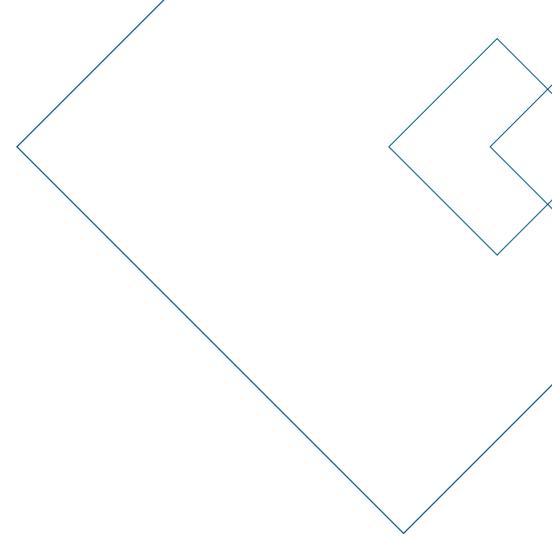


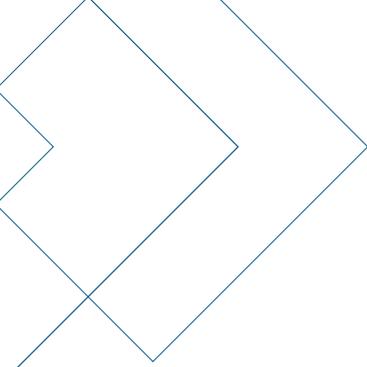


**ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA**

*Evolução Histórica do Seguro no Brasil*







RAFAEL SILVESTRE

# ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

---

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SEGURO NO BRASIL

BB EDITORA



1ª edição

São Paulo - 2017

## COTADIAMANTE



ESCOLA NACIONAL  
de SEGUROS





# SUMÁRIO

**A Atividade  
Seguradora:  
De Cabral à  
República**

Capítulo 01

**09**

**A Origem  
do Sistema  
Previdenciário  
no Brasil**

Capítulo 02

**19**

**Organização do  
Setor: A Criação  
das Entidades  
Nacionais**

Capítulo 03

**27**

**Seguros**

Capítulo 04

**37**

**Resseguro**

Capítulo 05

**45**

**Previdência  
Complementar**

Capítulo 06

**55**

**Saúde**

Capítulo 07

**61**

**Capitalização**

Capítulo 08

**67**

**O Corretor de Seguros**

Capítulo 09

**73**

**O Futuro: Um Tempo de Transformações**

Capítulo 10

**81**

**Referências Bibliográficas**

**86**

**Fichas Técnicas**

**93**

The background features a dark blue gradient with a fine grid pattern. Overlaid on this are several large, semi-transparent diamond shapes (squares rotated 45 degrees) in various shades of blue. A prominent white diamond shape is centered in the middle of the page, containing the text.

# PREFÁCIO

O setor de seguros no Brasil desde há muito tempo vem experimentando uma evolução crescente; quer seja nos números quer seja na sua capacitação, sempre com uma visão de futuro. O seguro, historicamente, tem se apresentado em qualquer região do planeta como um agente do bem e a primeira premissa para a sua evolução é que ele é um contrato de boa fé, que busca trazer tranquilidade às pessoas, comprometendo-se a reparar perdas quando elas são verdadeiras e no tempo certo. Mas nem sempre as pessoas que fazem uso do seguro – ou seja, que compram uma apólice ou um certificado de seguro – tem o entendimento certo da sua importância, de como funciona a operação e do quanto ele é um investimento essencial para suas vidas, para as empresas, para o Estado Brasileiro, enfim, para as instituições.

Felizmente, no Brasil, esse comportamento tem evoluído para melhor, mas ainda lentamente. As operadoras de Seguros (Seguradoras e Resseguradoras) têm, ao longo do tempo, se desdobrado para humanizar mais o SEGURO, principalmente os seguros individuais, além, obviamente, de se proporem a cobrir riscos mais técnicos, especiais, diferenciados.

Toda a cadeia operativa do SEGURO no Brasil (Seguradores, Corretores de Seguros, Técnicos e juristas especializados) tem se dedicado ao aperfeiçoamento institucional do SEGURO e seus desdobramentos, redescobrimo-o em novos modelos de atuação que a sociedade organizada oferece. Todavia, caminhando ao lado está o risco, presente desde sempre, modificando-se de acordo com as demandas de cada época.

Desta forma, ao longo de diversos períodos, muitas ações foram dedicadas à consolidação do segmento no Brasil e, acompanhando essa evolução, boa parte delas vivenciadas e debatidas há mais de vinte anos pela Academia Nacional de Seguros e Previdência, a ANSP, que é uma entidade voltada para a busca da excelência do seguro, da previdência privada e das instituições afins.

Conquistas e vitórias que se encontram divididas por capítulos neste especial projeto intitulado "Evolução Histórica do Seguro no Brasil". O livro apresenta o crescimento do setor pelo tempo, ou seja, o que vem sendo feito para tornar a atividade seguradora brasileira como uma das mais pujantes e promissoras do mundo.

Esta obra é o registro e a demonstração inequívoca dos acertos e vitórias que, de alguma forma, contribuíram e irão contribuir para a construção deste Brasil continente, que se fortalece dia após dia, também ancorado no que podemos chamar de "O Seguro Brasileiro".

Espero que todos possam apreciar esta obra.

Mauro César Batista  
**Presidente da ANSP**



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

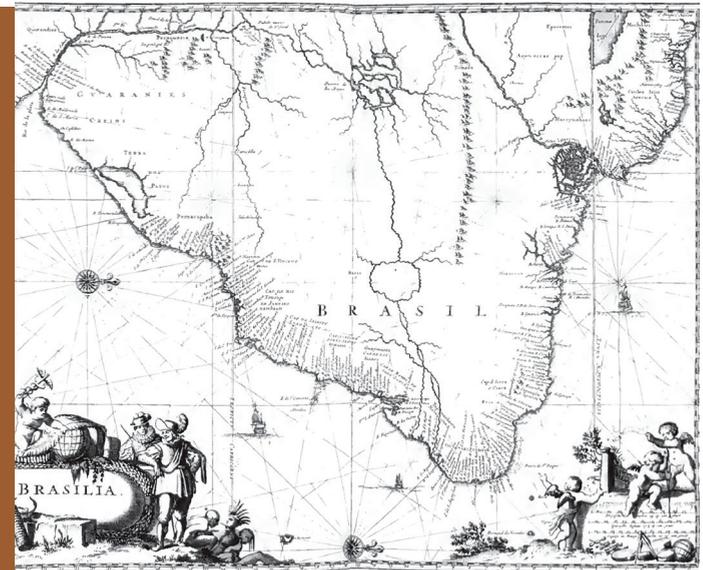


A ATIVIDADE SEGURADORA:  
DE CABRAL À REPÚBLICA

"E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira, que foram 21 dias de abril, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas [...] E quarta-feira seguinte, pela manhã topamos aves [...] Neste dia, a horas de véspera, houve vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz."

(Pero Vaz de Caminha)

O texto do escrivão Pero Vaz de Caminha, encaminhado ao rei Dom Manuel, reflete a incerteza sobre o destino e a chegada à nova terra pela esquadra do fidalgo Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500, durante a expedição às Índias. Após partir de Lisboa, no dia 8 de março, e perder uma nau em Cabo Verde, o comandante da esquadra oficialmente alterou o rumo da rota devido às condições de navegação, encontrando a terra que seria, no futuro, a nação brasileira. Sobre a "descoberta" de Cabral, estudiosos afirmam que o Reino já tinha conhecimento sobre a existência dessas terras e que a mudança do rumo da frota foi proposital. Durante muito tempo, o local seria apenas uma alternativa de apoio para as caravelas que se dirigiam em busca das especiarias e pedras preciosas do oriente.



Mapa do Brasil, de  
Arnoldus Montanus  
e Jacob van Meurs.  
Holanda, 1671

A aventura de Cabral demonstrava as precárias condições que os navegantes no século XVI passavam na busca de novas rotas comerciais ou para transitar em rotas já conhecidas. As intempéries, os poucos instrumentos e a segurança das pequenas embarcações eram riscos para a tripulação e para os negócios. Para os comerciantes, eram fatores de risco para a preciosa carga de especiarias, e os produtos a serem comercializados muitas vezes eram a soma de uma vida de investimentos.

A atividade de proteção de negócios e produtos já era existente na antiguidade, e era inerente ao homem preservar suas conquistas. Porém, a atividade seguradora teve maior impulso na Idade Média, especialmente a partir das grandes navegações, quando os comerciantes asseguravam as mercadorias de riscos marítimos, como naufrágios e pirataria.

Apesar de serem negócios rentáveis, as viagens ultramarinas eram empreendimentos arriscados e caros. O contrato de seguro vinha como uma solução financeira em caso de perdas, quando os investidores recebiam prêmios sobre embarcações sinistradas de acordo com seu porte, valor da carga e rota.

Para os estados mercantilistas, a atividade seguradora era de tamanha importância que são registradas diversas instituições nos países europeus voltadas para a proteção do comércio internacional, para as caravelas e também dos armazéns de produtos "a grosso". Com a iniciativa dos mercadores e investidores de se associar para proteger os bens individuais e enfrentar conjuntamente as perdas de forma coletiva, surgiu o conceito do mutualismo.

Empresas e profissões foram criadas para garantir a funcionalidade dos processos como, por exemplo, o cargo de escrivão de seguros, criado em Portugal, em 1529. Ele era a pessoa responsável por registrar os contratos, fazer escriturações de litígios e fiscalizar os negócios. O escolhido para a função tinha de saber ler e escrever, conhecimentos raros na época.



Idade Média: período de exploração territorial e marítima.

Nos primórdios da colonização brasileira, as atividades mais comuns eram a beneficência e os planos de pensão, que seriam a semente da previdência social. A iniciativa pioneira surgiu em 1542, com a fundação da Santa Casa de Misericórdia em Santos, por Brás Cubas, que beneficiou funcionários da entidade. Posteriormente, em 1543, a iniciativa foi replicada na Santa Casa de Misericórdia de Salvador e na do Rio de Janeiro, além da Ordem Terceira.

No Brasil dos primeiros tempos, de vastas extensões de terra, a solução do governo português para colonizar e atrair seus súditos para o novo mundo era a divisão em longas faixas, fatiadas sob a denominação de Capitânicas Hereditárias. A extensa área necessitava de mão de obra para o manejo da terra e suporte para os poucos colonos portugueses. Para atrair imigrantes para a nova terra, a Coroa prometia riquezas com pouco esforço, tendo, para isso, a força do trabalho escravo.

"As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada um alcançar dois pares ou meia dúzia de escravos (que pode, um por outro, custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remédio para sua sustentação; porque uns lhe pescam e caçam, outros lhe fazem mantimentos e fazenda, e assim pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste Reino, porque os mesmos escravos índios da terra buscam de comer para si e para os senhores, e desta maneira não fazem os homens despesa com os seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas."

(Pero de Magalhães Gandavo, 1570)

A força de trabalho escrava iria gerar o lucro dos senhores de engenho. Trabalhadores que fizeram a riqueza da nova terra. O custo e os riscos da travessia entre a África e o Brasil não era barata. Para garantir que a sua mercadoria (os escravos) não se perdesse durante a travessia, muitos investidores coloniais recorriam aos seguros para a carga viva, garantindo, assim, o patrimônio dos senhores de engenho de então.

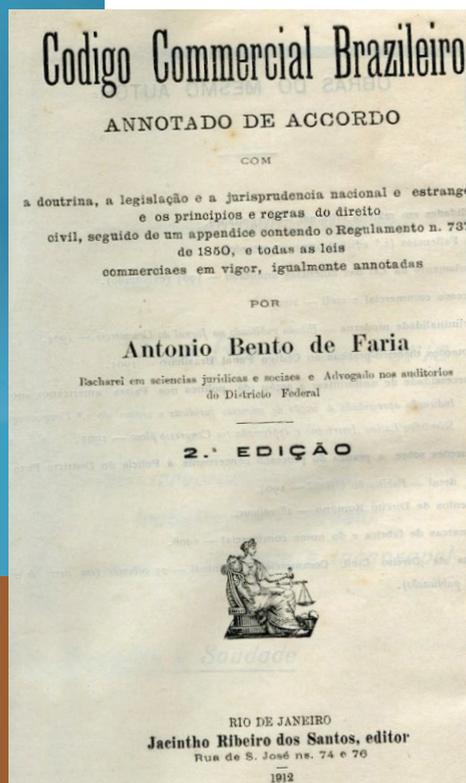
A chegada da família real ao Brasil, em 7 de março de 1808, provocou uma profunda mudança na antiga colônia: aconteceu o desenvolvimento da arquitetura, urbanismo, cultura e economia. Também foram fundadas instituições importantes como a Imprensa Régia, o Erário Régio e o Banco do Brasil, o primeiro banco nacional, que emitia letras e bilhetes, os precursores das atuais cédulas.

A atividade seguradora também começava a amadurecer. Antes da mudança da corte para o Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1808, iniciavam, na Bahia, as operações da primeira empresa de seguros do país, a Companhia de Seguros Boa Fé, especializada em seguro marítimo. Esta empresa faliria anos mais tarde como uma das consequências do Tratado de Aliança e Amizade assinado por Dom João com a Inglaterra, que, entre outras medidas, proibia o tráfico de escravos. A quebra se deu porque, com o acordo, a Grã-Bretanha capturaria navios negreiros que navegassem em uma área ao norte do Equador. Assim, entre 1811 e 1814, foram apreendidas seis embarcações, aumentando, assim, o número de processos contra companhias de seguros portuguesas e inglesas, entre elas as empresas Indemnidade, Previdente, Permanente, Restauradora, Segurança e a Boa Fé, que deixaram de indenizar as perdas de seus segurados.

---

"Pelo menos até 1818, as praças comerciais das províncias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro presenciaram a falência das seguradoras, de casas comerciais – inclusive filiais britânicas – e particulares que, como membros de uma sociedade escravagista, investiram seus cabedais, ou parte deles, no comércio negreiro."

(PAYAR, 2012)



Edição do Código Comercial Brasileiro, de 1912

Até 1822, a atividade seguradora presente no Brasil era a de Navegação. Efetivamente, o passo inicial para a implantação de uma atividade moderna de seguros aconteceu a partir da aprovação, em 10 de janeiro de 1835, pelo governo imperial, dos Estatutos do Montepio da Economia dos Servidores do Estado, mais conhecido por Mongeral, criado por iniciativa de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o Conde de Sepetiba, pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva, e pelo deputado João Bráulio Moniz, após a Guerra dos Farrapos, como amparo das famílias de servidores civis e militares, por meio de pagamento de pensões. Nesta época, as leis que norteavam as atividades seguradoras no país, mesmo após a proclamação da independência, eram regidas por Portugal, entre elas a Lei da Boa Razão, de 18 de agosto de 1769, que especificava que os contratos de seguros elaborados no Brasil deveriam seguir os moldes da Casa de Seguros de Lisboa e de outras nações amigas do governo brasileiro.

Enquanto a previdência dava seus primeiros passos, a regulamentação do seguro marítimo e a implementação dos seguros terrestres e de vida só iriam acontecer com a promulgação da Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, o Código Comercial Brasileiro. De acordo com J. G. Andrade Figueira, a primeira a oferecer seguros terrestres foi a empresa "Interesse Público", em 1853, e a companhia "Tranquilidade" seria a pioneira no segmento de seguro de vida para pessoas livres, em 1855. O código possibilitou a ampliação de coberturas como a de mortalidade de escravos e contra incêndios.

A expansão do setor propiciou a entrada das seguradoras estrangeiras no país. Para evitar a evasão de divisas provenientes da transferência de prêmios cobrados pelas filiais para as matrizes no exterior, foi promulgada a Lei nº 294, que determinava que elas constituíssem reservas técnicas, além de alocarem recursos no Brasil. Devido a essa pressão do governo, muitas empresas estrangeiras, com atividades irregulares, perderam suas cartas patentes e fecharam suas portas. A Lei nº 294 foi criada também para fortalecer as empresas seguradoras nacionais, impossibilitadas de concorrer com as estrangeiras por falta de condições financeiras.

Uma lufada de modernidade chegou no limiar do século XX. No espaço de tempo entre o fim da monarquia e a jovem república brasileira, os processos políticos e civis foram se aprofundando. A atividade seguradora passou por um novo ordenamento e o Código Civil criado em 1900 regulou todas as modalidades de seguro, além de estabelecer as premissas do contrato entre assegurado e segurador, além das disposições sobre o seguro mútuo de vida. Apesar de ser escrita no raiar do século, a legislação só foi promulgada dezesseis anos depois.



# Era Vargas

Um novo ciclo surgia no Brasil, a partir da gestão do presidente Getulio Vargas, em 1930. De perfil nacionalista e populista, ele adotou posturas que iriam impactar a política, a infraestrutura e a economia nacional. Com o intuito de diminuir os reflexos da crise de 1929 no país, tomou medidas polêmicas. Sua atuação voltada aos processos internos transformou diversos segmentos. O setor de seguros foi um dos principais impactados e beneficiados.

Getulio, em 1939, criou o Instituto de Resseguros pela Lei nº 1.186, que fortaleceu as seguradoras nacionais. A maior conquista da empresa foi ampliar a retenção de 90% no Brasil dos prêmios de resseguros no ramo de incêndios.

Na Era Vargas, também foram estabelecidas várias iniciativas para fortalecer o segmento de seguro através do Princípio de Nacionalização do Seguro (1937), que permitiu a criação de seguros obrigatórios para diversos setores da economia, do comércio às indústrias, até as pessoas físicas e jurídicas.

Getulio Vargas: político de postura impactante.



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA



# ?



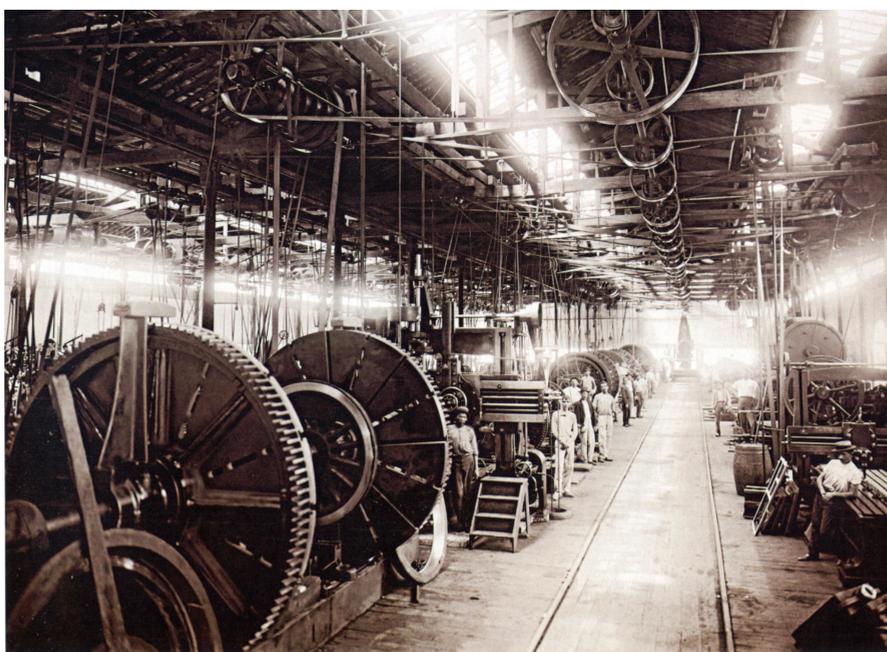
## A ORIGEM DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL

No espaço de tempo entre o fim da monarquia e a jovem república brasileira, os processos políticos e civis foram se aprofundando. No final do século XIX, o país de características agrária e rural passou também a almejar o seu espaço dentre as nações capitalistas modernas. O processo de industrialização iniciara.

Uma mudança de perspectiva começava a acontecer: a abolição da escravatura abriu espaço para a imigração em massa, incentivada pelo governo, e a mão de obra assalariada. Neste período histórico, grandes empresas já estavam instaladas no país, e patrões e empregados eram lados opostos da mesma moeda. A luta de classes tomava uma definição e a classe trabalhadora passava a se organizar pela defesa de seus direitos. A questão trabalhista pouco era tratada e o associativismo ainda era embrionário, porém empregados já se articulavam para garantir uma aposentadoria mais tranquila ou, pelo menos, um sepultamento digno.



Primeiras manufaturas e fábricas entre o final do Século XIX e início do Século XX



É de 1889 a criação da Caixa de Pensões dos Operários da Imprensa Nacional, a primeira iniciativa brasileira de apoio ao trabalhador e serviria no futuro como exemplo para outros fundos de pensão. A instituição operava com recursos dos próprios servidores: cada um deles disponibilizava um dia do vencimento e, após 30 anos de serviço, recebia uma média de dois terços dos vencimentos médios da função exercida por prazo superior a 24 anos.

Logo depois, surgiram as Caixas Mútuas de Pensões e Pecúlios, cujos sócios pagavam uma taxa de inscrição com o compromisso de se cotizarem entre si, oferecendo benefícios nos moldes do mutualismo.

Na virada do século XX, a atividade seguradora passou por um novo ordenamento e o Código Civil Brasileiro, criado em 1900 pelo jurista Clóvis Beviláqua, dedicou um capítulo específico para tratar sobre o contrato de seguro. A legislação regulou todas as modalidades oferecidas e estabeleceu as premissas do contrato entre assegurado e segurador, de forma a diminuir os conflitos entre as partes, além de disciplinar os preceitos sobre o seguro de vida. Apesar de ter sido escrito no raiar do século, o Código Civil só foi promulgado dezesseis anos depois.

Em 10 de dezembro de 1901, durante o governo do presidente Campos Salles, acontece uma das principais intervenções governamentais na atividade, com a assinatura do Decreto 4.270, também conhecido como Regulamento Murinho – nome do então ministro Joaquim Murinho que criou o primeiro órgão fiscalizador oficial do segmento, a Superintendência Geral de Seguros, que era vinculada ao Ministério da Fazenda. A iniciativa não teve bom logro, devido ao conflito entre o governo e as seguradoras estrangeiras. Aproximadamente dois anos depois, o presidente Rodrigues Alves derrubou o decreto 4.270.

Apesar da importância do Regulamento Murinho, a primeira tentativa oficial de fiscalizar as empresas estrangeiras aconteceu em 1895, com a Lei nº 294, que visava dar transparência às suas atividades, obrigando publicação na imprensa das responsabilidades assumidas, relatório semestral das operações, "bem como aplicar os prêmios arrecadados e o total de reservas técnicas em valores e bens no país". A medida foi um dos motivos para a criação da Companhia de Seguros SulAmérica, originada pela *New York Life Insurance Company*, que foi obrigada a nacionalizar as suas operações no Brasil.

A primeira década do século XX foi marcada pela acirrada concorrência entre as nações europeias pelo domínio de novos mercados consumidores.



Jurista Clóvis Beviláqua

O mundo tinha sido dividido entre a França e a Inglaterra, que exploravam colônias nos continentes asiático e africano. A Itália e a Alemanha ficaram à parte desta divisão, o que causou bastante insatisfação entre estas nações. O frágil fio que ligava a precária paz na Europa rompeu-se e, em 1914, explodiu a 1ª Guerra Mundial. O conflito bélico devastou países e alterou o mapa econômico global, desestabilizando vários segmentos empresariais, entre eles, a atividade seguradora. A Alemanha, grande exemplo de boas práticas para empresas de seguro brasileiras, abriu espaço para outros países. Este período foi marcado pela nacionalização do setor no Brasil.

Se a guerra foi tragédia e horror para muitos, o conflito foi lucrativo para outros. Segundo Jerônimo Jesus dos Santos, a Cia Aliança da Bahia foi um exemplo de empresa que fez bons negócios nesta fase terrível da humanidade. A empresa propôs-se a fazer seguro de transporte e de guerra para navios brasileiros e nenhum dos assegurados foi torpedeado. Resultado do negócio – ela levantou um "capital fantástico".



Primeira Guerra Mundial altera a economia do planeta.

## O Mercado Após a Revolução de 1930

A quebra da Bolsa de Valores de Nova York atingiu proporções gigantescas e o comércio mundial foi reduzido a um terço do seu tamanho. Mais uma vez, a economia mundial mudou a configuração política das nações, e com o Brasil não foi diferente. Pelo contrário, foi um dos primeiros da América Latina a tentar reconstruir a economia, por meio de um Estado nacionalista, com novas metas fiscais e para o comércio exterior.

Nesta conjuntura, em que os países adotavam uma política nacionalista e de fortalecimento dos poderes do Estado, um novo ciclo surgia no Brasil. Com o intuito de diminuir os reflexos da crise de 1929 no país, medidas polêmicas foram tomadas e que iriam impactar a política, a infraestrutura e a economia nacional com ações que refletiam sua gestão de perfil nacionalista e populista.

Foi lançada uma política para industrialização e de modernização do país, além de medidas em defesa da renda e do emprego como forma de sair da grave crise social ainda resultante do crash da bolsa nova iorquina e dos levantes operários. Assim, foram criadas siderurgias, rodovias e ferrovias. No plano político, foi cancelada a Constituição de 1891, sendo adotada uma nova Carta Republicana inspirada na legislação da Polônia (por isso a Constituição da época era chamada "A Polaca"). O governo brasileiro também determinou o fechamento do Congresso Nacional e das assembleias oficiais dos estados e municípios, adotando uma política de federalização. A atuação voltada aos processos internos transformou diversos segmentos por meio do Movimento Nacionalista de Controle da Economia. Porém, apesar do controle intervencionista em associações e movimentos sindicais, foi na Era Vargas que sugeriram as leis trabalhistas e a instituição da Carteira de Trabalho.

Neste período, a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensões constituída pelo Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923 – a Lei Eloy Chaves – deu origem a muitas outras instituições do tipo, como por exemplo, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) em junho de 1933, o dos Comerciantes (IAPC) em maio de 1934, o dos Bancários (IAPB) em julho de 1934 e o dos Industriários (IAPI) em dezembro de 1936. As instituições foram incorporadas pelo recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio com o objetivo de ampliar os benefícios para outras categorias profissionais.



Assim, foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), organizados por categorias profissionais. Essas instituições tinham liberdade para instituir as alíquotas de obrigações e pacotes de benefícios para seus associados, porém os presidentes dos IAPs eram escolhidos pessoalmente pelo presidente da República.

Após o ano de 1945, essas instituições tiveram o escopo ampliado e, além do caráter assistencial, passaram a oferecer serviços de alimentação, habitação e saúde.

As ações tentaculares do Estado Novo atingiam várias frentes. Espalhavam-se da nacionalização de jazidas minerais e cursos d'água a bancos de depósitos e empresas de seguro, que foram muito impactadas e beneficiadas pelas medidas de Getúlio. Entre as iniciativas para fortalecer o segmento segurador do Brasil foi estipulado o Princípio de Nacionalização do Seguro (1937), que permitiu a criação de seguros obrigatórios para diversos setores da economia, além do comércio, indústrias, pessoas físicas e jurídicas, e na década de 40 foi criado o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização. A atividade passa por um amadurecimento e novos produtos são oferecidos, como o seguro obrigatório contra riscos de incêndios e transportes.

Em 1940, foi sancionada a Lei 1.186, que instalava o Instituto de Resseguros do Brasil IRB – para ser instrumento estatal de ordenação econômica e defender as empresas nacionais da concorrência estrangeira, além de regular o resseguro e o fomento às operações de seguros em geral. A maior conquista da empresa foi ampliar a retenção de 90% no Brasil dos prêmios de resseguros no ramo de incêndios.

Nova York: caos com a queda da Bolsa.

De acordo com uma análise feita pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), o IRB "que inicialmente foi idealizado para estimular o fortalecimento das seguradoras brasileiras, acabaria por afrontar os objetivos que haviam orientado sua criação, chegando a inibir a criatividade e a livre concorrência entre as empresas do setor".

O Brasil aderiu à 2ª Guerra Mundial entre os anos de 1942 e 1945 e engrossou as fileiras dos aliados, entrando em conflito com os países pertencentes ao Eixo, formado pela Alemanha, Itália e Japão.

Com o rompimento das atividades diplomáticas entre esses países, todas as empresas, associações e instituições filantrópicas que eram dirigidas por estrangeiros passaram por intervenção federal, entre elas as companhias de seguro alemãs e italianas no Brasil.



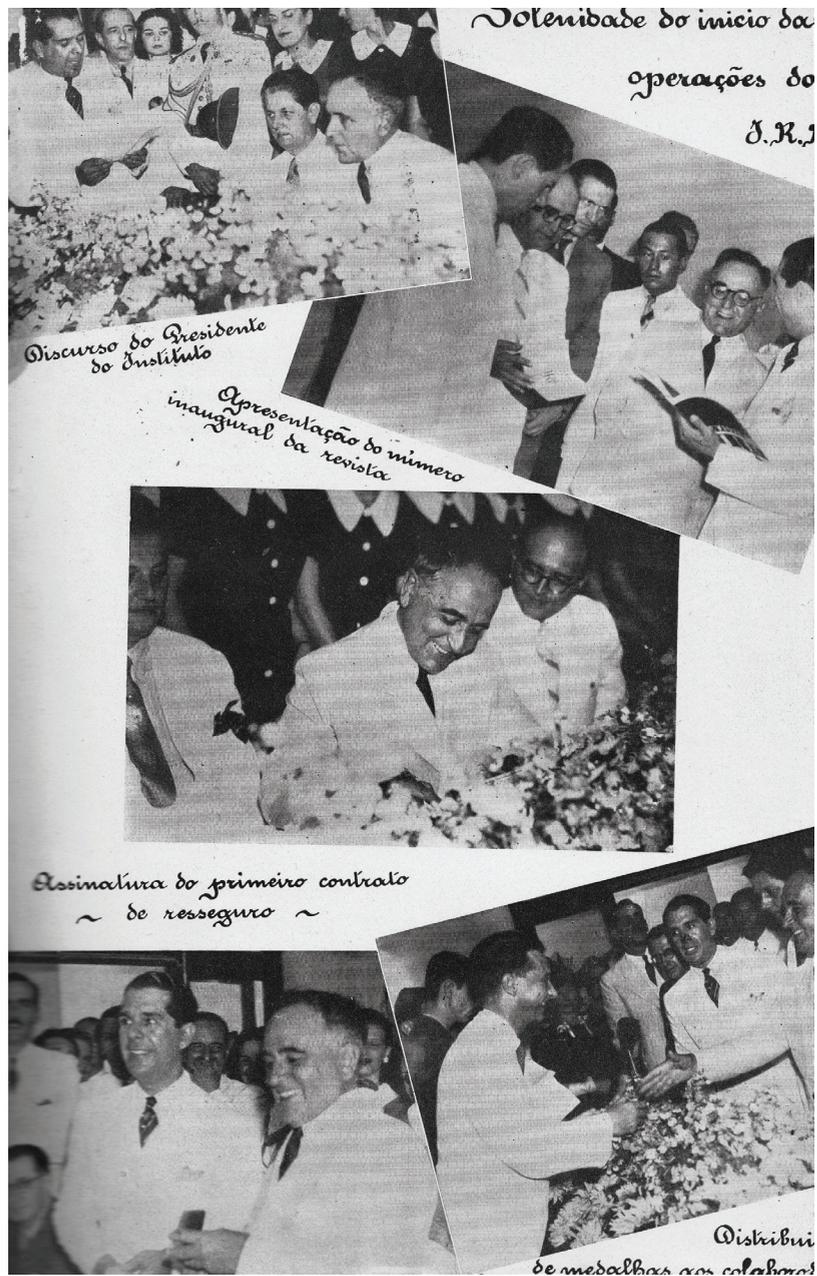
Brasil se torna canteiro de obras na Era Vargas.

A Cia Ítalo-Brasileira de Seguros passou a se chamar Cia Brasileira de Seguros. Tempos depois, passou a se chamar Itaú Seguros. Outra que sofreu intervenção do governo foi a Seguradora Internacional, que foi vendida para brasileiros.

Aos poucos, Vargas foi tirando espaço das companhias privadas e fazendo com que o Estado centralizasse a gestão da previdência.



Eloy Chaves



Instituto de Resseguros do Brasil – IRB.



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA



ORGANIZAÇÃO DO SETOR: A CRIAÇÃO  
DAS ENTIDADES NACIONAIS

O universo que compreende o mercado de seguros no Brasil foi expandido nas últimas décadas em decorrência das grandes demandas da sociedade, do mercado de trabalho e da própria economia nacional. Seria impossível pensar o mundo sem as operações de seguro – das emergências hospitalares às operações logísticas, das grandes e pequenas obras, da circulação de veículos, do transporte, enfim de todas as muitas atividades que o ser humano é capaz de produzir. Em suma, tudo gira em torno da segurança das operações financeiras, dos negócios, da reparação e principalmente da vida das pessoas. O setor mantém a capacidade aglutinadora, profissionaliza pessoas, realiza eventos nacionais e internacionais e marca presença junto aos órgãos públicos e privados por meio de suas diversas entidades. Todo este conjunto reúne diversas instituições associativas do mercado de seguros, da previdência complementar aberta e de capitalização. São relevantes para a história da indústria seguradora por estarem envolvidas nas atividades de sua cadeia produtiva.

Estas entidades permearam a história tanto nas lutas pelo reconhecimento dos profissionais do setor, com acordos e convenções entre trabalhadores e empresários, como também tiveram a sua participação para o fortalecimento do segmento como indústria relevante para a economia nacional. O setor amadureceu o bastante para debruçar-se sobre suas origens de forma científica, estudando temas pertinentes a todos os ramos envolvidos e, assim, dando a sua contribuição em prol da ampliação do diálogo e da discussão das ideias. Este universo, sem a pretensão de esgotarmos a relação, é formado pelas seguintes instituições:

## **ABECOR-RE – Associação Brasileira das Empresas de Corretagem de Resseguros**

**Fundação: 2005**

A Associação Brasileira das Empresas de Corretagem – ABECOR-RE foi criada para reunir as corretoras de resseguro em atuação no Brasil e promover o aperfeiçoamento e divulgação da atividade de corretagem, além de defender os interesses dos associados junto aos poderes públicos e entidades de classe. A entidade promove seminários no Brasil e no exterior para divulgar e debater temáticas relevantes para o setor.

## **ABGR – Associação Brasileira de Gerência de Riscos**

**Fundação: 1983**

A Associação Brasileira de Gerência de Riscos – ABGR foi fundada para conquistar o nível de excelência no desempenho dos planos de cobertura em padrões internacionais. A entidade realizou o primeiro curso sobre Gerência de Riscos no Brasil, além de seminários nacionais e internacionais, e da criação de grupos de estudos sobre Gerenciamento de Riscos. Recebeu a primeira certificação internacional AIRM, autorizada pelo RIMS – Risk and Insurance Management Society, mediante parceria com Allarys.

## **AIDA - Association Internationale de Droit des Assurances**

**Fundação: 1960**

Associação Internacional de Direito de Seguros – AIDA é uma instituição de cunho científico, sem fins lucrativos, fundada na década de 60, em Luxemburgo. É mundialmente conhecida como AIDA, as iniciais de seu nome em francês, Association Internationale de Droit des Assurances. A entidade está presente em 73 países, sendo integrada por profissionais do direito de seguro dentre advogados, professores universitários, juízes, ministros de Estado e estudantes de direito.

Em 1962, foi criado o Comitê Ibero-Latino-Americano da AIDA-CILA, único do seu gênero na Associação Internacional de Direito de Seguros, por iniciativa de um seleto grupo de acadêmicos e de membros das Seções Nacionais da AIDA na Espanha, Portugal e em diferentes seções Latino-Americanas. No Brasil, a AIDA foi criada em 1960 e a primeira sede foi no Rio de Janeiro, e em 1973 foi transferida para São Paulo, onde permanece até hoje.

## **ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar**

**Fundação: 2000**

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é a agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil.

Criada a partir de setor específico do Ministério da Saúde, coube à ANS cumprir a Lei nº 9.656, editada em junho de 1998. A Agência nasceu pela Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, como instância reguladora de um setor da economia sem padrão de funcionamento.

A exceção ficava por conta do seguro de assistência à saúde e das seguradoras, sob o controle econômico-financeiro da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

A saúde suplementar passou a conviver com o sistema público, consolidado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nascido a partir da Constituição Federal de 1988. Com o SUS, a saúde foi legitimada como um direito da cidadania, assumindo status de bem público.

Sua principal missão como agência é promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais – inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país.

## **ANSP - Academia Nacional de Seguros e Previdência**

**Fundação: 1993**

A Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP) é uma entidade sem fins lucrativos, com foco na pesquisa e estudo que buscam o aperfeiçoamento institucional do seguro, da previdência privada e das instituições afins. O conteúdo produzido pela ANSP tem como base o desenvolvimento das cátedras, com apoio de profissionais do setor, autoridades constituídas e de outros representantes dos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Com abrangência nacional, seu corpo de acadêmicos coloca-se como especial capital intelectual a serviço do país, somando conhecimento e experiências vividos dentro de empresas e organizações em todas as regiões brasileiras. Assim, suas ações institucionais estão estabelecidas dentro de diretrizes e parâmetros determinados à evolução do conhecimento e cultura dentro do seguro e previdência.

## **APTS – Associação Paulista dos Técnicos de Seguro**

**Fundação: 1983**

A Associação Paulista dos Técnicos de Seguro (APTS) foi fundada com o objetivo de valorizar a atividade. Na idealização do fundador Luis López Vázquez, a prática de técnica de seguros era a razão principal da atividade seguradora. Junto com ele, outros 41 profissionais da área que pensavam dessa forma decidiram fundar a APTS.

Ao longo de sua trajetória, a entidade tem contribuído com o setor por meio da disseminação do conhecimento técnico, transmitido em palestras, debates, seminários, encontros e muitos outros eventos, entre eles, as palestras e Debates do Meio-Dia.

## **Clubes da Bolinha**

**Fundação: 1948**

O Clube da Bolinha foi criado em São Paulo sob o lema "Unindo o Seguro no Brasil", por Dimas de Camargo Maia, que queria ter uma forma de interação entre os integrantes do setor de forma mais próxima e informal.

Os primeiros encontros aconteciam em uma pizzaria, e o pequeno grupo de integrantes foi aos poucos crescendo. E para estipular a escolha de companheiros da confraria, optaram-se como critério de seleção as Bolinhas.

A escolha funcionava assim: os membros mais antigos escolhiam o pretenso candidato pela escolha de cores de bolinhas que eram inseridas em um saco; coloca-se a bolinha branca ou a bolinha preta no saco de votação. No início, um voto contrário, uma bola preta, era suficiente para eliminar o candidato. Hoje, é necessário obter um mínimo de 70% de bolinhas brancas para se tornar membro do clube. Em 1951, havia apenas treze "Bolinhas",

como passaram a ser denominados os integrantes do clube. As mulheres seguradoras passaram a frequentar o Clube da Bolinha desde 2004, em São Paulo. No Rio de Janeiro, a iniciativa chegou por meio de Walter Braga de Niemeyer após a realização da primeira Conferência Brasileira de Seguros e Capitalização, em 1953. Logo após o clube carioca, surgiram os clubes de Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Hoje, existem Clubes da Bolinha em outros estados na federação, como o Paraná e o Ceará.

A vez das mulheres – No Clube da Bolinha do Rio Grande do Sul, as mulheres não conseguiram quebrar a barreira da tradição, então elas fundaram o Clube das Gurias, que deu origem a outro grupo – O Clube das Pedrinhas, em que as candidatas são eleitas não por bolinhas, mas por pedras, para votação.

## **CCS – Clube dos Corretores de Seguros**

### **Clube dos Corretores de Seguros de São Paulo**

**Fundação: 1972**

### **Clube dos Corretores de Seguros do Estado de Minas Gerais**

**Fundação: 1980**

### **Clube dos Corretores de Seguros do Rio de Janeiro**

**Fundação: 1980**

A ditadura militar da década de 60 e 70 cerceava o funcionamento dos sindicatos. Diante da impossibilidade de agir por meio da entidade de classe, corretores de seguro criaram uma alternativa para nortear as ações da categoria.

Assim foram criados os Clubes dos Corretores de Seguros que permanecem vivos até hoje, estando presentes em diversas localidades.

## **CNseg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização**

**Fundação: 2008**

A união da Fenseg (seguros gerais), FenaPrevi (de Previdência Privada e Vida), FenaSaúde (Saúde Suplementar) e FenaCap (Capitalização) resultou, de forma associativa, na criação da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização – CNseg. A entidade, fundada em 2008, tem como objetivos e prerrogativa representar perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário os direitos e interesses dos segmentos de Seguros, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização; além de exercer a representação política e institucional dos setores representados; de defender, divulgar, estimular os segmentos representados, e promover o aprimoramento das suas atividades; e de representar as associadas, judicial ou extrajudicialmente, independentemente de mandato.

## **CVGs - Clubes de Vida em Grupo**

### **CVG RJ**

**Fundação: 1966**

### **CVG SP**

**Fundação: 1981**

Os Clubes de Vida em Grupo – CVGs foram criados para integrar os profissionais do setor, além de ser uma entidade para troca de informações e conagração.

Um almoço realizado na Casa Americana, no Rio de Janeiro, foi o pontapé inicial para a criação do CVG-RJ, concretizando a ideia do jovem administrador Minas Mardirossian, que desejava estreitar o relacionamento dos profissionais que dirigiam a carteira de Seguro de Vida em Grupo no País, visando ao fortalecimento deste segmento.

A primeira diretoria foi eleita, tendo como presidente o fundador do Clube, Minas Mardirossian. As entidades do setor passaram a ser convidadas para almoços mensais para debater os problemas e dificuldades técnicas do mercado e para dar sugestões às autoridades responsáveis pela regulamentação do setor. Em 2016, o CVG-RJ completou 50 anos.

No início de 1981, um grupo de profissionais dedicava-se exclusivamente a trabalhar com os "SEGUROS DE PESSOAS", quando sentiram a necessidade de criar um canal de comunicação entre todos os que militavam naquele segmento. A primeira diretoria do CVG-SP tinha como presidente Carlos Poffo, Paulo de Tarso Meinberg como diretor secretário, Elias José Cattach como diretor tesoureiro, Sergio José Leonardi como diretor de Seguros e Yutaka Oda como diretor de Relações Públicas. Atualmente, o Clube possui 420 sócios e 51 empresas filiadas. Promove a valorização e a capacitação dos profissionais do segmento, tendo tradicionalmente a realização de evento de integração nas reuniões-almoço que acontecem no restaurante Terraço Itália, em São Paulo.

Atualmente, existem clubes de vida em grupo em vários estados do Brasil que reúne seguradoras, corretoras e assessorias de seguro.

## **FENABER – Federação Nacional das Empresas de Resseguros**

**Fundação: 2011**

Criada em 2007, inicialmente como ABER – Associação Brasileira das Empresas de Resseguros, no ano de 2011, a entidade tornou-se FENABER – Federação Nacional das Empresas de Resseguros para, além de representar os resseguradores junto às autoridades e sociedade, promover o desenvolvimento do mercado de resseguros por meio de formação de profissionais, fomento à pesquisa e valorização das atividades do setor. Outro ponto é sua relevância na composição do Marco Regulatório das atividades de Resseguro.

## **FENACOR – Federação Nacional dos Corretores de Seguros e Capitalização**

**Fundação: 1968**

A Federação Nacional dos Corretores de Seguros e Capitalização – FENACOR foi criada a partir da reunião dos sindicatos de corretores dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco. Por meio da entidade, estão representados nacionalmente 25 sindicatos estaduais filiados e 77 delegacias, que englobam um total aproximado de 95 mil corretores de seguros registrados na SUSEP. A FENACOR também dá assistência através dos seus sindicatos no atendimento do seguro DPVAT e, sobretudo defende os interesses da categoria que representa.

## **FENASEG – Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização**

**Fundação: 1951**

A Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, é uma entidade de natureza representativa do setor de seguros pelo braço constitucional. Seu primeiro presidente foi Carlos Luz, representante da Minas Brasil, ex-ministro da Justiça do governo Dutra e parlamentar da República. Atualmente, a FENASEG congrega oito sindicatos regionais de seguros privados e um nacional da previdência complementar aberta, estabelecidos nos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, que congregam as empresas de seguros; sociedades de capitalização; empresas de previdência privada aberta e as resseguradoras. A federação e os sindicatos estão voltados para o desenvolvimento da área de seguros em geral. A missão dessas entidades é congregar e representar seus associados junto aos poderes públicos, sociedade civil e instituições onde atuam, fortalecendo o segmento de seguros.

## **FUNENSEG – ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS**

**Fundação: 1971**

Fundada para difundir o ensino, a pesquisa e o conhecimento de seguros, a Escola Nacional de Seguros tornou-se uma referência nacional e internacional pela interação com outras instituições de ensino para troca de conhecimentos e convênios de cooperação técnica. Além de apoiar pesquisas técnicas, realiza seminários e conferências. A instituição foi a primeira no Brasil a oferecer a graduação em Administração com ênfase no Mercado de Seguros e Previdência e tradicionalmente habilita os corretores de seguros para exercerem sua atividade profissional. Possui diversas unidades de ensino pelo País e cursos de formação com ênfase técnica.

## **IBRACOR - Instituto Brasileiro de Autorregulação do Mercado de Corretagem de Seguros, de Resseguros, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta**

**Fundação: 2013**

Constituído em 14 de junho de 2013, na forma de associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, a entidade tem autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Desta forma, o IBRACOR atua como órgão auxiliar da SUSEP e tem a missão de orientar e promover as melhores práticas do mercado de corretagem de seguros.

## **INSTITUTO/EDITORA RONCARATI**

**Fundação: 2003**

Fundado por Christina Roncarati, neta do segurador Humberto Roncarati, o Instituto Roncarati é uma entidade voltada para a promoção da pesquisa científica, educação e cultura do seguro. A entidade também realiza projetos sociais para empresas de seguros e afins. A família Roncarati também está à frente da Editora de mesmo nome, dirigida por Pedro Roncarati e fundada na década de 70. Foi pioneira na edição dos manuais técnicos de seguros muito utilizados por pessoas de corretoras e seguradoras até a liberação das tarifas dos produtos de seguros. O Instituto Roncarati é uma instituição preocupada em criar e desenvolver os melhores serviços para seus beneficiários, com criatividade e custos baixos.

## **IRB BRASIL RE - Instituto de Resseguros do Brasil**

**Fundação: 1939**

Através do Decreto-Lei nº 1.186, foi criado o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB, que obrigou as companhias a ressegurar as coberturas de seguros que ultrapassassem seus limites técnicos. Com esta medida, o governo federal procurou evitar que grande parte das divisas fosse remetida para o exterior, como até então ocorria. Com a iniciativa, as empresas multinacionais passaram a se nacionalizar. O IRB deixou de ter o monopólio do resseguro no Brasil a partir do final de 2007, quando efetivamente o mercado foi aberto.

## **SBCS - Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro**

**Fundação: 1953**

Até a década de 50, não existia nenhum curso para formação de corretores de seguros. Para preencher esta lacuna, foi fundada, em São Paulo, uma entidade voltada para o estudo e divulgação dos seguros: a Sociedade Brasileira de Ciências do Seguro – SBCS. A entidade foi pioneira na realização de cursos, seminários, simpósios e exposições, estando em atividade até hoje.

## **SINCOR – Sindicatos dos Corretores de Seguros**

**Fundação: a partir de 1930**

Na expansão da atividade seguradora na década de 30, especialmente na cidade de São Paulo, a pujança econômica era refletida no crescimento industrial e de infraestrutura. Com o aumento da demanda pelos produtos do segmento, o mercado de trabalho para os profissionais que comercializavam seguros também cresceu e daí surgiu a necessidade de criação de uma entidade classista que representasse e defendesse os interesses dos corretores de seguros. Assim, surgiram os primeiros sindicatos em São Paulo e no Rio de Janeiro. Atualmente, existem entidades sindicais de corretores de seguros em todos os estados da federação.

## **SINDICATO DOS SECURITÁRIOS**

**Fundação: 1933**

O primeiro Sindicato dos Securitários do Brasil, criado para representar os trabalhadores de empresas de seguros, corretoras de Seguros, corretoras de valores e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, foi o Sindicato dos Securitários do Estado do Rio de Janeiro, fundado em 6 de maio de 1933. A entidade surgiu na época de implantação das leis trabalhistas do presidente Getúlio Vargas. O Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo foi fundado em 30 de outubro de 1940 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 20 de fevereiro de 1942, tendo como objetivo defender e fortalecer a categoria securitária no estado. Ao longo dos anos, o segmento foi se fortalecendo e novas entidades foram criadas em outros estados, de acordo com o crescimento do setor de seguros no Brasil. Uma de suas conquistas foi a comemoração de um feriado, na terceira segunda-feira de cada mês de outubro, o "Dia do Securitário".

## **SINDSEG – Sindicatos das Seguradoras**

**Fundação: 1933**

O primeiro Sindicato das Seguradoras em exercício no país teve como origem a "Associação de Companhias de Seguros", fundada em 11 de dezembro de 1922, constituída oficialmente em 21 de fevereiro de 1923 e que funcionou até 1933, quando, em 16 de maio desse ano, foi criado o Sindicato das Seguradoras do Rio de Janeiro. Os estatutos que alteraram a sua denominação para Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Estado do Rio de Janeiro foram aprovados por carta sindical do ministro de Estado de Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio em 26 de fevereiro de 1942.

É também de 1923 a associação que deu origem ao Sindicato das Seguradoras do Estado de São Paulo, que foi oficialmente reconhecido pelo governo em 24 de outubro de 1941, através de uma carta assinada pelo ministro de Estado dos Negócios, do Trabalho, da Indústria e Comércio.

Essas entidades foram fundadas para garantir os direitos do mercado segurador, agir como legítimos defensores em sua rede de relacionamento (empresas, agentes e consumidores), colaborar com o Poder Público e contribuir para o crescimento do mercado segurador.

A expansão dos sindicatos aconteceu, estando suas sedes em outras unidades federativas, como Rio Grande do Sul (este é o de origem mais longeva, sua associação que lhe deu criação tem mais de 120 anos), Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, além da entidade nacional de previdência complementar no Rio. Hoje, todos os estados da federação têm representação patronal das empresas seguradoras, de capitalização e de resseguros.

## **SUSEP – Superintendência de Seguros Privados**

**Fundação: 1966**

Por meio do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, foi instituído o Sistema Nacional de Seguros Privados, composto pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Instituto de Resseguros do Brasil (IRB).

Já o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização – DNSPC – tornou-se Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A entidade passou a ter autonomia administrativa e financeira, respondendo diretamente ao Ministério da Indústria e do Comércio até 1979, quando passou a estar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A SUSEP promove a desregulação gradual da atividade seguradora, atendendo às empresas, que sempre pediram mais liberdade para suas operações, para ter autonomia na criação de produtos. O estímulo à formação de empresas regionais, à modificação dos critérios e requisitos para aplicação de reservas técnicas em ativos mobiliários e ao fim da exigência de carta-patente para o funcionamento das seguradoras são outras ações que se tornaram parte das diretrizes da SUSEP.

Fazem parte ainda das atividades da SUSEP: atuar na regulação, supervisão, fiscalização e incentivo das atividades de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA



4

**SEGUROS**  
POR ANTÔNIO PENTEADO MENDONÇA

## 1985 – 2017 O Grande Salto

Por Antônio Penteado Mendonça

O faturamento do setor de seguros representa mais de 6% do PIB brasileiro. No final de 2017, suas reservas deverão atingir um trilhão de reais. Composto pelas seguradoras, resseguradoras, operadoras de previdência complementar aberta, empresas de capitalização, planos de saúde privados e corretores de seguros, o setor gera mais de 100 mil empregos diretos e é responsável por pelo menos duas vezes este número em função da ampla gama de atividades que tem nele um dos principais clientes.

De oficinas mecânicas a hospitais de ponta, de montadoras de veículos a reguladoras de sinistros, os mais diversos campos da economia brasileira têm na atividade seguradora um pilar essencial para o seu funcionamento e o seu desenvolvimento.

Este quadro nem sempre é visto com clareza pela sociedade, mas, sem os planos de saúde privados, dificilmente hospitais como Einstein, Sírio Libanês e Rede D'Or teriam atingido o grau de sofisticação que os colocam entre os melhores de mundo. Além deles, milhares de estabelecimentos voltados ao atendimento da saúde do brasileiro existem fundamentalmente porque os planos de saúde privados pagam o grosso da conta. Graças a eles, o SUS tem o importante alívio de atender 50 milhões de brasileiros a menos do que o determinado pela Constituição Federal.

Ainda no campo da seguridade social, os seguros de vida e acidentes pessoais, em complemento à Previdência Social, garantem a estabilidade de centenas de milhares de famílias que perdem seus arrimos, tanto por morte, como por invalidez permanente. No capítulo dos seguros patrimoniais, as seguradoras com foco em automóveis repõem anualmente mais de 300 mil veículos roubados ou furtados, para não falar nas centenas de milhares de acidentes cuja reparação é bancada por elas.



Quantidade de veículos nas ruas ativa o crescimento do mercado segurador brasileiro.

Nos grandes riscos, para não nos estendermos, vale lembrar a indenização paga pelo afundamento da Plataforma P36 da Petrobras, da ordem de 500 milhões de dólares, à época, a maior indenização paga no mundo por um acidente desta natureza.

Estes números impressionantes são decorrentes de uma história relativamente recente, iniciada em meados da década de 1980, quando o faturamento do setor de seguros não representava sequer 1% do PIB brasileiro.

Até aquela época, o xerife do mercado era o IRB – Instituto de Resseguros do Brasil, que detinha o monopólio do resseguro e, pela sua atuação, impunha às seguradoras tarifas obrigatórias, condições de corretagem de seguros, regras para a regulação dos sinistros, etc.

A SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, criada pelo Decreto-Lei 73/66, baixado para regulamentar o Sistema Nacional de Seguros Privados, era apenas um órgão burocrático, sem maior expressão no mercado. A ela competia o registro das atividades societárias das seguradoras e dos corretores de seguros e algumas inspeções menores, sem maior relevância para o mercado.

Em meados da década de 1980, este quadro começa a mudar graças à atuação de Jorge Hilário Gouvêa Vieira, na presidência do IRB, e João Regis Ricardo dos Santos, na superintendência da SUSEP. De comum acordo, os dois decidem iniciar o aparelhamento da Superintendência de Seguros Privados para realmente exercer sua função legal, enquanto o IRB progressivamente deixava a fiscalização do mercado para dedicar-se integralmente ao seu negócio, aprimorando e democratizando sua ação como ressegurador monopolista.

Esta ação foi fundamental para a evolução harmoniosa do mercado. Mas são dois outros eventos que devem ser tomados como o marco da virada do setor de seguros, que, no espaço de 30 anos, cresceu seis vezes o que era em 1980, num dos mais rápidos processos de desenvolvimento da economia brasileira.



O monopólio do IRB impunha ao mercado tarifas de seguros obrigatórias, que, em função das altas taxas e das relativamente baixas comissões de corretagem de seguros, geravam formas alternativas para a devolução de parte do prêmio pago e o aumento das comissões de corretagens de seguros. Visando sanar a distorção, as autoridades do setor baixaram normatização conhecida como Circular 22, que liberava descontos comerciais nas taxas dos seguros de incêndio e lucros cessantes.

Na mesma época, graças à revolução pacífica iniciada pela Porto Seguro, o eixo do setor de seguros migrou do seguro de incêndio para o seguro de veículos, dando início à massificação dos seguros brasileiros. Até a promulgação do Plano Real, em 1994, as seguradoras enfrentaram o seu maior inimigo, a inflação descontrolada, enfraquecidas pela guerra de preços desencadeada pelos dois fatos acima.

O resultado consolidado do 1º semestre de 1994 apresentava o pior resultado da atividade até aquela data. Com o advento do Plano Real e a estabilização da moeda, seis meses depois, o setor revertia este prejuízo, apresentando um dos melhores resultados de sua história.

Com o Plano Real, inicia-se um círculo virtuoso, no qual todos os segmentos integrantes do setor de seguros apresentaram expressivo crescimento, na média, bem acima dos índices da economia brasileira. Este crescimento não foi linear. Pelas próprias características das empresas sob o manto da Superintendência de Seguros Privados que compõem o setor de seguros, algumas atividades cresceram mais em determinado momento, enquanto outras tiveram seu desempenho acelerado em outro.

Em 30 anos o setor de seguros cresceu seis vezes o que era em 1980

A estabilidade da moeda desencadeou uma forte demanda por seguros de todos os tipos. Com o Real, a inflação, que impedia a geração de uma poupança estável e a manutenção regular dos preços, cedeu espaço para a conscientização da riqueza da sociedade e a necessidade de sua proteção, tanto em termos patrimoniais, como de capacidade de ação.

A primeira demonstração dessa mudança de atitude social foi o incremento da venda de seguros de veículos. Daí para frente, ficou claro que o brasileiro estava preocupado não só com o seu patrimônio, mas também com a qualidade de vida de sua família. Os planos de saúde privados passam a ser procurados como uma alternativa melhor para os serviços oferecidos pelo SUS.

Em 1998, os planos de saúde privados tinham peso suficiente para demagogicamente serem regulamentados pela Lei 9.656, que, em nome da ordenação desse mercado, foi baixada a toque de caixa para auxiliar a campanha de um candidato à Presidência da República. Neste

momento, o país perdeu a chance de ter uma regulamentação eficiente, baseada no chamado Plano Universal, desenvolvido pela SUSEP para balizar a operação das seguradoras que atuavam em saúde, dando ao segurado alternativas de cobertura adequadas às necessidades básicas de cada um.

Em vez de se pautar pelas inteligentes condições oferecidas pelo Plano Universal, o Governo preferiu aprovar, a toque de caixa, um Projeto de Lei engavetado há mais de dez anos e que precisou ser remendado através de dezenas de Medidas Provisórias, baixadas para minimizar o estrago.

Mesmo assim, a população brasileira elegeu os planos de saúde privados como um dos seus maiores sonhos de consumo. Com todas as deficiências, limitações e tolices demagógicas que fazem desta lei uma das piores leis votadas na história do país, hoje, entre os planos de saúde e os planos odontológicos, perto de 60 milhões de brasileiros são protegidos pelos planos de saúde privados.



Equilíbrio nas contas com a chegada do Plano Real.

Num cenário paupérrimo, no qual a saúde brasileira recebe por ano menos de 300 bilhões de reais, os planos de saúde privados são responsáveis por mais de 60% do total. A título de comparação, em dólares, a saúde brasileira recebe algo próximo de 100 bilhões por ano, enquanto a saúde norte-americana é mantida por algo próximo a 3,2 trilhões. Ou seja, os norte-americanos recebem per capita 10.600 dólares, enquanto os brasileiros recebem 500 dólares.

A previdência complementar aberta brasileira é um caso de sucesso indiscutível. Primeiro o PGBL e depois o VGBL se impuseram como os mais eficientes planos de investimento de longo prazo do país. Seu sucesso é de tal ordem que mesmo a severa recessão que atinge o Brasil há mais de três anos, com consequências devastadoras para os mais diversos setores da economia, não conseguiu afetar o crescimento destes produtos, sem dúvida nenhuma, o grande responsável pelo bom desempenho do setor de seguros neste período.

Mas se os planos de previdência complementar são indiscutivelmente produtos interessantes para o investidor, eles são mais interessantes ainda para o Governo Federal. A grande maioria destes produtos é lastreada por títulos do Governo, o que dá ao Ministério da Fazenda a possibilidade de jogar com as centenas de bilhões de reais em reservas na elaboração das políticas econômica e monetária.

Um dos produtos mais tradicionais do setor é o seguro de vida em grupo e acidentes pessoais. Um dos seguros mais simples que existe, com garantias para morte e invalidez, e sem qualquer tipo de poupança acoplada a ele, o seguro de vida em grupo mostrou sua enorme resiliência durante o processo hiperinflacionário brasileiro, quando, apesar da desvalorização mais do que acelerada da moeda, ele conseguiu continuar cumprindo sua função social, permitindo que milhões de brasileiros recebessem as indenizações nos casos de morte e invalidez dos segurados.



Atualmente, a longevidade é uma nova realidade na sociedade.

Até hoje, o seguro de vida em grupo é regularmente oferecido pelas empresas para os seus funcionários e, indubitavelmente, ele continua sendo uma importante ferramenta de política social, além de ser um diferencial na política de remuneração da força de trabalho nacional.

Os planos de capitalização, considerados os patinhos feios dos seguros, atualmente saneados e com perfil completamente diferente do que acontecia com certa regularidade no passado, quando serviam de base para diferentes tipos de golpes em cima de seus compradores, apresentam um crescimento menos explosivo do que outros segmentos do setor, mas seguem em toada estável e sólida.



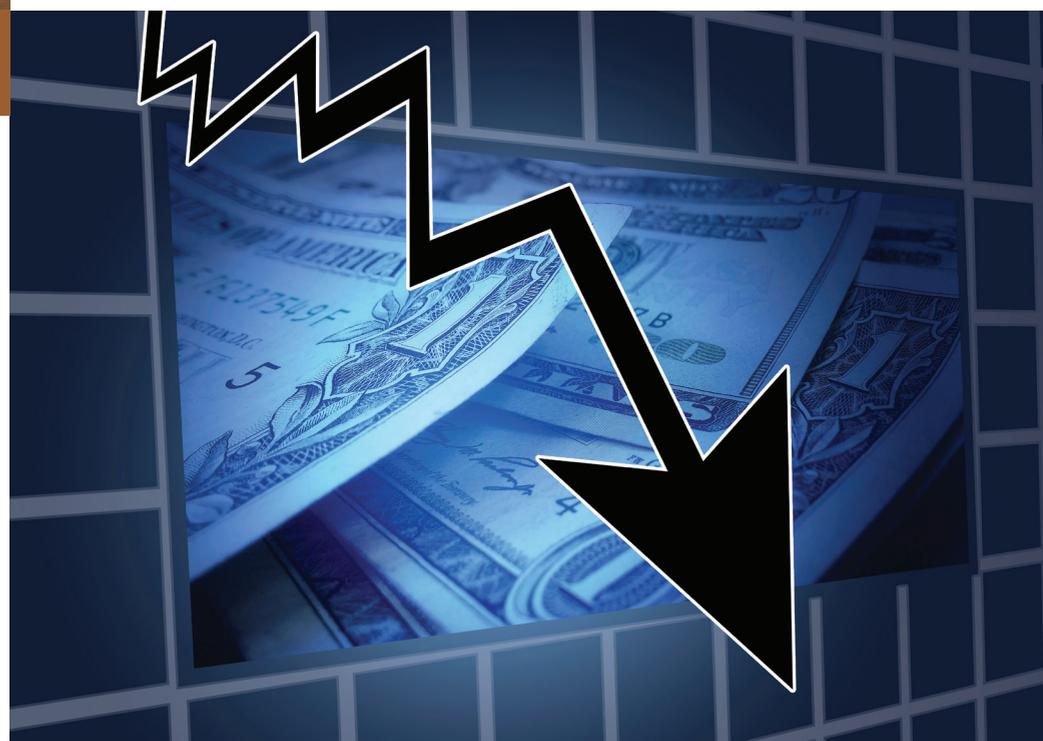
Boa parte das empresas brasileiras oferecem seguros aos seus funcionários.

Funcionando, sem dúvida nenhuma, como uma loteria, mas tendo acoplado um plano de poupança, ele aparece como um produto desejável para o cidadão comum, que sabe que, ao contrário do que acontece nas loterias tradicionais, comprando um plano de capitalização, no final, mesmo que não tire a sorte grande, receberá de volta parte do capital devidamente remunerado.

Ao longo destes 30 anos que separam a Circular 22 e a mudança de foco do mercado para o seguro de veículos, os corretores de seguros consolidaram-se como o mais importante canal de distribuição de seguros do país. Um forte processo de profissionalização, amparado por programas de treinamento específicos, a maior parte deles desenvolvida pela Funenseg – Escola Nacional de Seguros

permitiu aos corretores de seguros atingirem graus de sofisticação compatíveis com os das seguradoras, abrindo um amplo espectro de possibilidades, que se transformaram em novos produtos, mais afinados com as necessidades do segurado, melhorando em muito a proteção do patrimônio nacional.

Não há como negar, a crise que assola devastadoramente o Brasil impactou o setor de seguros. Pelas características de seus produtos, todavia, este impacto foi menos agressivo do que o sofrido por outras atividades empresariais. Nem por isso várias empresas deixaram de sentir as consequências do dismantelamento ético da nação e seu impacto sobre a economia. Estes números devem aparecer nos balanços de 2016 e 2017, mas não há notícia da ameaça de quebra de nenhuma seguradora mais expressiva.



Crise afeta o setor.

Neste capítulo, é indispensável ressaltar a profissionalização e o amadurecimento da SUSEP. Graças aos mecanismos de controle e fiscalização desenvolvidos pela autarquia, a atividade seguradora nacional, no capítulo solvência e segurança das empresas, faz muitos anos, vive uma realidade tranquila, sem grandes sobressaltos, representados pela quebra de grandes empresas. Ao contrário, as intervenções para liquidação de seguradoras atingiram apenas empresas menores, sem capacidade de afetar o funcionamento do mercado.

Se o cenário até aqui retratado é altamente positivo, o futuro oferece possibilidades ainda mais interessantes. O ano de 2017 ainda deve ser um ano extremamente difícil para o país. Tanto no campo político, como no econômico, a reação à crise vai acontecendo de forma mais lenta do que a esperada, mas isto não significa que em algum momento o país não consiga virar o jogo, retomando seu processo de desenvolvimento.

É aí que o setor de seguros tem bases consistentes para experimentar outro círculo virtuoso, oferecendo à sociedade brasileira um nível de proteção muito mais denso e eficiente do que o atual.

Esta afirmação está embasada em dados concretos, tais como: apenas 25% da frota de veículos nacional tem algum tipo de seguro; mais de 18 milhões de residências não têm qualquer tipo de proteção; a maioria das pequenas e médias empresas não contrata seguros; novos tipos de seguros de vida, como o "universal life", devem aumentar significativamente a contratação destes produtos; a maioria das cargas transportadas não tem qualquer tipo de seguro; as obras de infraestrutura precisarão ser seguradas; os seguros de responsabilidade civil, inclusive ambiental, são praticamente desconhecidos no país; os seguros de garantia, em suas diferentes modalidades, devem experimentar forte expansão; os seguros de crédito terão um cenário mais favorável; a estabilidade econômica e a estabilidade de emprego incentivam a geração de poupança através dos planos de previdência complementar abertos; etc.

De forma resumida, o que aconteceu com o setor de seguros entre meados de 1980 e 2017 merece ser estudado como um case de sucesso econômico e social, pela rapidez com que um segmento econômico cresceu e se consolidou. Mas, mais importante do que isto, a realidade atual é a base para o crescimento maior e mais consistente ainda que o país deverá experimentar dentro de poucos anos.



O futuro e seu vasto campo de trabalho.



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA



5

**RESSEGURO**

POR PAULO EDUARDO DE FREITAS BOTTI

## Evolução

Por Paulo Eduardo de Freitas Botti

No início do século XIV, em função do intenso comércio marítimo, foi realizado na Itália o que é considerado atualmente como o primeiro contrato de seguro conhecido, envolvendo o transporte de mercadorias saindo do porto de Gênova.

O resseguro nos seus primórdios é tão antigo quanto estas primeiras formas de seguro. Assim como elas, feitas com pouca ou quase nenhuma formalidade, as operações de resseguro tinham por objetivo transferir reciprocamente entre os tomadores de risco parte dos maiores riscos e, proporcionalmente, recuperar as eventuais perdas ocorridas.

Os princípios originais de "Ultimate Good Faith" (Extrema Boa Fé e Transparência no relacionamento seguradora/resseguradora), de "Follow the Fortune" (o ressegurador segue a sorte do segurador) e a visão inicial dos pioneiros de que seguradores e resseguradores necessariamente devem trabalhar juntos formavam a base do relacionamento e continuam válidos nas formas modernas de resseguro.

Através do contrato de resseguro na sua forma atual, o ressegurador torna-se "Segurador e Sócio" das seguradoras. Além de indenizar as seguradoras em casos de sinistros, o resseguro permite às seguradoras otimizar a alocação de seu capital próprio, ao disponibilizar o capital das resseguradoras para fazer a transferência temporária dos riscos. Desta forma, o resseguro moderno incentiva e alavanca solidamente o mercado de seguros, viabilizando projetos e gerando enormes investimentos em benefício da economia do país e de sua sociedade.

Entretanto, nem tudo foi fácil na evolução mundial do resseguro. Seu desenvolvimento inicial foi problemático. Na primeira metade do século XVIII, devido a práticas consideradas irregulares e perniciosas, como a ocultação de dados relativos aos riscos transferidos e a transferência de riscos ao ressegurador por preços diferentes dos cobrados dos segurados, foi substituído parcialmente pelo cosseguro e na Inglaterra, em grande parte, colocado na ilegalidade por 118 anos, de 1746 a 1864.

A proibição das operações de resseguro durante todo este período contribuiu fortemente para o desenvolvimento do Lloyd's de Londres que, como uma associação de seguradores, assumiu os seguros da maioria dos grandes riscos, distribuindo-os em cosseguro entre seus membros que, juntos, dispunham de grande capacidade de aceitação sem necessidade de resseguro. A ilegalidade, aliada ao fato da grande capacidade financeira e pouca necessidade de proteção das seguradoras inglesas, fez com que a atividade de resseguro prosseguisse seu desenvolvimento não na Inglaterra, mas na Europa Continental.

Em 1821, foi efetuado entre a seguradora francesa Compagnie Royale e a seguradora holandesa Compagnie Propriétaires Réunis o que atualmente é considerado como o primeiro contrato de "Resseguro Proporcional".

Mesmo na Europa Continental, o resseguro evoluiu com sérias dificuldades e irregularidades nas suas práticas. No final do século XIX, na Alemanha, registros em romances e contos que se acredita representarem situações reais, descrevem prisões de seguradores considerados culpados de contratar resseguro de apólices logo após o momento em que tomavam conhecimento da ocorrência de eventos cobertos por elas.

## As Primeiras Resseguradoras

Até meados do século XIX, as operações de resseguro eram feitas entre companhias de seguro, uma seguradora ressegurando outra seguradora. Para evitar "acúmulos de risco em espiral", quando seguradoras transferem riscos entre si, e para evitar fornecer dados de seus clientes para empresas locais concorrentes, as seguradoras passaram a procurar, para seus resseguros, seguradoras de outros países, tornando o resseguro uma operação internacional.

Para preservar, na Alemanha, os prêmios que, pelos motivos acima, haviam passado a fluir para a França e Bélgica, foi criada, em 1852, a resseguradora Koelnische Ruck (Colônia Re), primeira companhia dedicada exclusivamente a resseguro.

Pelos mesmos motivos e com grande apoio dos bancos locais, foi criada, em 1863, na Suíça, a Swiss Re. Em poucos anos, algumas dezenas de companhias dedicadas exclusivamente a resseguro foram estabelecidas, entre elas a Munich Re, na Alemanha, em 1880. Alguns anos após o início da operação doméstica, em fins do século XIX, as primeiras resseguradoras, lideradas pela Munich Re, também se internacionalizam. Três motivos levaram a isso:

- após o sucesso em evitar evasão de divisas para fora do país, era hora das resseguradoras trazerem para o país divisas de fora;
- a necessidade das resseguradoras de diversificarem melhor os riscos subscritos em suas carteiras, difícil de obter com a atuação somente no mercado de origem;
- a competição entre resseguradoras, incrementado pelo sucesso obtido pelas que primeiro se internacionalizaram.

É comum ouvir, nos cursos básicos de resseguro e mesmo em palestras avançadas e sofisticadas, frequente menção à "natureza internacional do resseguro". Não há uma preocupação em explicar sua origem, mas em repetidamente usá-la para defender a liberdade total do fluxo de divisas e a necessidade do resseguro ser um serviço internacional importado. A história das primeiras resseguradoras mostra, entretanto, que a internacionalização do resseguro foi feita por necessidade das próprias resseguradoras e dos seus grupos internacionais.

Os países com capacidade financeira e competência para assumir parte relevante de seus próprios riscos incentivam a atividade de seguros e resseguros locais. Países com capacidade financeira que permita, mantendo o nível de solvência adequado, aceitar, além de seus próprios riscos, riscos de fora de seus limites geográficos incentivam e exercem com grande entusiasmo esta oportunidade. Felizmente, este pode ser o caso do Brasil, como veremos adiante.



Setor segurador no Século XX foi notável em vários países, como Alemanha, Itália e França.

Com o decorrer dos anos, o resseguro foi se aprimorando, mas até a década de 1940 os resseguros eram basicamente da categoria "Resseguro Proporcional", em que as seguradoras e as resseguradoras são "sócias", dividindo os prêmios e os sinistros de forma proporcional.

Os "Resseguros não Proporcionais", denominados "Excess of Loss" (Excesso de Danos), quando as seguradoras pagam um prêmio para que as Resseguradoras se responsabilizem pela parte dos sinistros que ultrapassarem um determinado valor, somente começaram a ser discutidos após a Segunda Guerra Mundial. Sua "invenção" é atribuída a Cuthbert Heath, visionário e inovador subscritor e corretor londrino, responsável pelos primeiros estudos estatísticos sobre possibilidades de perdas. Seu desenvolvimento foi feito vagarosamente e com muita cautela por parte dos resseguradores, devido a sua característica atuarial mais sofisticada e ao maior risco de volatilidade envolvido. Era considerada uma matéria glamorosa e cativante, mas "teórica para atuários, estatísticos e matemáticos" e não um negócio prático, para empresários ou investidores.



Incêndio na fábrica da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, São Paulo.

Somente com muita transparência e confiabilidade entre seguradores e resseguradores o Resseguro Não Proporcional poderia ser exercido. Este desafio uniu o mercado para discussões e estudos. Encontros entre seguradores e resseguradores se iniciaram, entre eles o primeiro "Monte Carlo Rendez-Vous" (Encontro de Monte Carlo), em 1957, que, a partir daí, passou a ser realizado anualmente, tornando-se o mais tradicional encontro de resseguros do mercado.

## O Resseguro no Brasil

Perto de 600 anos após os primeiros contratos de seguro e as primeiras formas de resseguro, e 150 anos após a constituição da primeira Resseguradora profissional na Alemanha, é criado, no Brasil, em 1939, durante o governo do Presidente Getulio Vargas, na condição de monopólio doméstico, o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB.

O país passava por forte industrialização e o mercado de seguros, com pequenas seguradoras nacionais, era controlado por representações estrangeiras, e o resseguro era contratado diretamente no exterior. A Constituição de 1934, em seu artigo 117 dispunha:

A lei promoverá o fomento da economia popular, o desenvolvimento do crédito e a nacionalização progressiva dos bancos de depósito. Igualmente providenciará sobre a nacionalização das empresas de seguros em todas as suas modalidades, devendo constituir-se em sociedade brasileira as estrangeiras que atualmente operam nos país.

Neste contexto, em 1939, foi criado o IRB, com os mesmos objetivos da criação das primeiras resseguradoras na Europa 150 anos antes:

- fortalecer o pequeno mercado segurador doméstico e,
- reduzir o fluxo de saída de capital do país em forma de prêmio.

Nas décadas seguintes, o Brasil seguiu seus programas de modernização industrial, e a atuação do IRB contribuiu fortemente para a consolidação de um mercado segurador nacional forte, tecnicamente preparado para as necessidades de seguro e grande gerador de poupança e investimentos no país.

Nos anos 70, aconteceu o período do "milagre econômico" brasileiro, com a criação de uma robusta infraestrutura: petróleo, aço e energia elétrica, além de máquinas e equipamentos para as indústrias. Foram concebidos os projetos de Itaipu, Tucuruí, programa de energia nuclear e a Ferrovia do Aço. Esta foi uma era de ouro do IRB, dando suporte às seguradoras nos seguros das maiores obras e empreendimentos no país.

Naturalmente, parecia ser também o momento da internacionalização. O IRB passou a subscrever diretamente negócios de resseguro e retrocessão do exterior, prospectados pelo escritório instalado em Londres e indiretamente pela United Americas, resseguradora controlada por ele com sede em Nova York. Mas a inserção do IRB no mercado externo não foi favorável. A pouca experiência internacional deu oportunidade para sua utilização como "innocent capacity", para a colocação de riscos internacionais declinados pelo restante do mercado mundial. Esta característica, aliada a um dos piores momentos do resseguro mundial, fez com que as duas iniciativas, em Londres e em Nova York, não fossem promissoras.

Importante registrar que este insucesso não foi só do IRB. Várias companhias de seguro brasileiras, seguindo o exemplo do IRB, também se dedicaram a aceitar resseguro do exterior já que a atividade era permitida e parecia muito rentável.

Em meados da década de 80, depois de pesados prejuízos, tanto o IRB quanto as seguradoras brasileiras encerraram as atividades de aceitação de riscos do exterior.

Esta mesma década é marcada pelos debates sobre a abertura do resseguro e a privatização do IRB, neste momento politicamente debilitado pelos quase 50 anos de monopólio, e financeiramente atingido pelas perdas internacionais.

A Constituição de 1988, no seu artigo 192, inciso II, previa a existência de um único "ressegurador oficial".

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

II – autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador.

Para alguns, esta redação apresentou uma luz para a quebra do monopólio doméstico do resseguro, abrindo margem para a discussão da possibilidade de constituição de resseguradoras "não oficiais" ou da aceitação de resseguro nacional pelas seguradoras brasileiras, que, vale a pena lembrar, sempre puderam aceitar resseguros do exterior, já que o monopólio do IRB era somente em relação às seguradoras nacionais.

Não foi esta a interpretação consolidada e somente com a emenda constitucional número 13 de 1996, cuja proposta foi de autoria do deputado Cunha Bueno, a autorização e o funcionamento de empresas de resseguro são iguais às de seguro, previdência e capitalização, isto é, não monopolistas, com a nova redação do inciso II.

II – autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador.

Entretanto, a emenda não teve efeitos práticos por 12 anos, até dezembro de 2007 com a publicação da Resolução CNSP 168 regulamentando a lei complementar 126 de janeiro de 2007. Depois de 68 anos, o IRB deixava de ser o monopólio doméstico do resseguro. Este longo período prejudicou o desenvolvimento de um resseguro local competitivo e inovador, que comprovadamente estimula e alavanca a atividade do seguro direto. Por outro lado, o Brasil desenvolveu um grande mercado segurador local, financeiramente forte e dinâmico, uma enorme geração de poupança e investimentos nacionais, e uma saudável e competitiva convivência entre seguradoras brasileiras, de origem nacional e estrangeira, cumprindo, desta forma, seus objetivos originais.

## 2017 – Dez Anos de Abertura do Resseguro

Em 2017, completam-se 10 anos da quebra do monopólio do resseguro no Brasil. A Lei Complementar nº 126/07, sancionada em 15 de janeiro de 2007, e a Resolução CNSP nº 168/07, publicada em 17 de dezembro do mesmo ano, deram as diretrizes para a evolução da abertura do resseguro no Brasil. O grande intervalo, de quase um ano, entre a LC 126 e a CNSP 168, foi dedicado ao estudo da melhor regulamentação a ser aplicada ao mercado.

A liderança da SUSEP neste processo, inicialmente exercida por seu superintendente René Garcia durante os estudos que levaram a LC 126 e em seguida por meio do superintendente Armando Vergílio dos Santos Junior e de seu diretor Murilo Matos Chaim que coordenaram com inestimável dedicação o desenvolvimento da regulamentação, foi fundamental.

Os grupos de trabalho formados na CNseg por seu presidente João Elísio Ferraz de Campos, vários outros diretores e o conhecimento da matéria trazido pela, na época, superintendente de Resseguros da CNseg, Maria Elena Bidino, foram também de grande valia no desenvolvimento dos trabalhos.



Foto do vertedouro da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Destaque também para a Fenseg que, através do característico bom senso de seu presidente Jayme Brasil Garfinkel, colaborou de forma precisa em pontos importantes da regulamentação.

O IRB, os corretores de resseguro – que tiveram sua atividade regulamentada –, os resseguradores internacionais, consultores, advogados e vários outros profissionais e entidades do mercado participaram e colaboraram na redação final da regulamentação. Foi um trabalho de equipe de um mercado que se uniu por uma causa comum.

Dois objetivos eram procurados:

- desenvolver uma indústria de resseguros no Brasil, com a manutenção do IRB e o incentivo à criação de novas companhias locais de resseguro;
- garantir o interesse de Resseguradores internacionais, localizados fora do Brasil, em dar suporte do exterior de resseguro e retrocessão ao mercado brasileiro.

A tarefa não era fácil e as consequências eram pouco previsíveis. Não se deveria facilitar muito a constituição de resseguradoras locais sob o risco de atrair investimentos puramente especulativos. Assim se chegou ao capital mínimo de R\$ 60 milhões, quatro vezes o necessário para a criação de uma seguradora nacional. Ao mesmo tempo, deveria haver algum incentivo para a criação de uma indústria de resseguros local, mas não muito grande a ponto de inviabilizar o interesse de oferta de capacidade pelo mercado internacional. Nesta matéria, chegou-se ao estabelecimento da denominada "Oferta Preferencial ao Mercado Local", inicialmente de 60% e, depois de um ano, de 40%.

Este conceito significa que o mercado estava aberto para as seguradoras brasileiras colocarem seus riscos no exterior, mas que, nas mesmas condições e preços obtidos internacionalmente, no mínimo 40% de cada negócio deveria ser oferecido às Resseguradoras Locais, que poderiam aceitar ou não a oferta.

Estas foram as regras básicas com que se iniciou a era não monopolista do resseguro no Brasil. Não se tinha absolutamente certeza de como seria seu funcionamento. Alguns acreditavam, outros não.

Dez anos depois, muito se tem a celebrar.

No momento da redação deste texto operam, num mercado competitivo e dinâmico, 16 companhias resseguradoras localizadas no Brasil, de capital nacional ou estrangeiro, e perto de 60 outras

diferentes companhias localizadas no exterior e autorizadas a atuar com o mercado brasileiro, com as licenças de ressegurador admitido ou eventual, todas com as operações regulamentadas pelo CNSP e pela SUSEP. Dos 40 maiores grupos resseguradores mundiais, 38 operam regularmente no Brasil.

O volume de prêmio de resseguro cedido por seguradoras brasileiras em 2016 foi de perto de R\$ 10.0 bilhões, um crescimento real de 75% em relação aos números de 2007, elevando de 9,5% para 11,5% a proporção de cessão de resseguro sobre prêmios de seguros gerais. Metade deste valor é cedido ao exterior, diretamente ou através de operações de retrocessão, sendo retida pelas resseguradoras locais a outra metade, perto de R\$ 5.0 bilhões. O IRB, agora IRB Brasil Re, de quem muitos duvidavam da sobrevivência, se mantém na liderança deste mercado, em termos de volume de prêmio e de índices de resultados.

O patrimônio líquido do conjunto das resseguradoras locais é atualmente, em valores reais, o dobro do existente na época do monopólio, o que significa que a solvência atual do mercado é maior, tendo, portanto, capacidade para assumir ainda mais riscos.

Além dos números, existem outros eventos a comemorar, entre eles o enorme leque de opções para escolha de resseguradoras, o aprimoramento dos planos de resseguro, a redução das taxas, o desenvolvimento técnico do mercado de seguros, ainda vagaroso, mas existente. Não podemos também deixar de citar a importância da atividade de resseguros ao atrair, para a área de seguros, jovens de grande potencial e que bem preparados podem contribuir para o desenvolvimento de nosso mercado.

Em resumo, a abertura do resseguro e sua regulamentação garantiram ao Brasil a manutenção de seu sofisticado mercado de seguros, a construção de uma forte indústria local de resseguros, o apoio de capacidade do mercado internacional, a correta proteção dada às seguradoras locais e a possibilidade de bons e acessíveis seguros aos consumidores finais, indivíduos e empresas.



Capital estrangeiro chega no mercado de seguros brasileiro.

## Acidentes de Percurso

Naturalmente, nestes 10 anos, tropeços ocorreram. Da mesma forma como ocorreu na Inglaterra e na Europa Continental nos primórdios do resseguro, irregularidades ocorreram no início da prática do resseguro no Brasil, com procedimentos contrários ao espírito da regulamentação, que quase implicaram na inviabilização do mercado local.

Como já mencionado, na Inglaterra, a resposta das autoridades foi proibir parte da atividade do resseguro por mais de 100 (cem) anos, entre 1746 e 1864, e, na Alemanha, a prisão de diretores de seguradoras em fins do século XIX por estes procedimentos.

No Brasil, não se chegou a nenhuma destas medidas, mas em fins de 2010, através das Resoluções CNSP nº 225/2010 e nº 232/2011, foram feitas alterações na regulamentação que dificultaram a colocação de resseguro com as matrizes no exterior das seguradoras estabelecidas no Brasil e ao mesmo tempo privilegiaram as colocações domésticas de resseguro.

Estas novas regulamentações, apesar de implementadas sem nenhuma discussão com o mercado e na base da "força bruta", fizeram com que a operação voltasse novamente à normalidade.

Passados cinco anos de vigência desta regulamentação mais dura, nova alteração, feita através da Resolução CNSP nº 325/2015, com entrada em vigor a partir de janeiro de 2017, flexibilizou as regras implantadas em 2010/2011, retornando gradativamente a regulamentação original da abertura.

Resta acompanhar se as irregularidades de 2010 se repetirão ou se o mercado se comportará de forma mais madura, de acordo com espírito da regulamentação.

## O Futuro do Resseguro no Brasil

Em 2017, nova fase se inicia. A aderência das seguradoras, corretoras e resseguradoras ao espírito destas novas regras será o ponto fundamental para o desenvolvimento financeiro e técnico da indústria local de resseguros e principalmente para o Brasil manter seu sofisticado e forte mercado de seguros.

Para impulsionar este comportamento é esperado, em 2017, o início dos resultados de um trabalho conjunto iniciado em 2016 entre seguradoras e resseguradoras para o desenvolvimento integrado do mercado, aproximando a CNseg e outras entidades representativas das seguradoras com as entidades representativas das resseguradoras, a Fenaber – Federação Nacional das Empresas de Resseguro, que tem como associadas 15 resseguradoras locais e 15 escritórios de representação de resseguradoras admitidas, e a ANRe – Associação Nacional das Resseguradoras Locais, criada em 2016 pelas resseguradoras locais Austral Resseguros, BTG Pactual Resseguradora, IRB Brasil Resseguros e Terra Brasis Resseguros.

Para a continuidade do sucesso obtido até agora, as resseguradoras internacionais deverão evoluir no aporte de inovação que delas é esperado. Ao mesmo tempo, as resseguradoras locais deverão mostrar que são capazes de oferecer resseguro nos melhores níveis e condições internacionais. Adicionalmente o governo brasileiro deverá estar atento para equilibrar a competitividade do mercado local, colocando os tributos das resseguradoras locais em níveis de isonomia aos aplicados nas resseguradoras internacionais com as quais competem. Deverá também regulamentar a utilização da capacidade do Mercado de Capitais para a mitigação de riscos de seguro e resseguro, como já é largamente feito no mercado internacional através das famosas ILS – Insurance Linked Securities ou ILS – Instrumentos Ligados a Seguros, denominação que tem sido utilizada no Brasil.

Tudo isto permitirá que, 10 anos após a abertura, se inicie um trabalho de internacionalização das resseguradoras locais, tendo como exemplo o que fizeram as primeiras resseguradoras locais da Europa Continental no fim do século XIX. Existe, no momento, uma enorme oportunidade para o Brasil fortalecer o seu consolidado mercado local de resseguros através da penetração em sua região geográfica, e planos estão sendo desenvolvidos neste sentido.

Vários fatores contribuem para que o Brasil possa ser colocado em um seleto grupo que pode ter um mercado interno de resseguros e também atrair prêmios e investimentos de outros países.

- Uma economia que, apesar das crises, continua sendo a maior economia da região;
- Um sistema financeiro moderno e sofisticado, mesmo se comparado ao dos países mais desenvolvidos do mundo;
- Uma indústria de seguros forte, madura e estabilizada que representa 45% do mercado da América Latina, incluindo o México;
- Uma exposição pequena a catástrofes naturais se comparada à maioria de seus vizinhos;

- Um grupo de resseguradoras locais forte e promissor, com capacidade financeira, grande solvência e preparado tecnicamente para assumir riscos adicionais;
- Uma vizinhança formada pelos demais países da América Latina com grande exposição catastrófica e grande necessidade de compra de resseguros, em volume de prêmios equivalente à perto de seis vezes o prêmio de resseguro cedido pelas seguradoras brasileiras.

Nenhum outro país da América Latina tem este conjunto de forças. Pelo contrário, nossos vizinhos, por suas características locais, para estarem tecnicamente bem protegidos, precisam transferir com competência seus riscos e obter proteção eficiente no mercado externo. Se o Brasil se habilitar a prestar um serviço de qualidade, com a proximidade regional, com a grande capacidade financeira e com a crescente competência dos resseguradores brasileiros, é o único país da região que pode criar um "Polo Exportador de Resseguros" e ambicionar uma realização como esta. Com este histórico e esta perspectiva, a abertura do resseguro foi um projeto que até agora deu certo.

Importante para o Brasil mantê-lo com carinho, pois historicamente é comprovada a causalidade positiva existente entre o desenvolvimento do mercado segurador, do mercado ressegurador e da economia de um país.



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA



PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Criado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Sistema de Seguridade Social reúne as ações financiadas pelo Estado e pela sociedade sob os pilares da saúde, previdência social e assistência social para assegurar o bem-estar e sobrevivência digna dos trabalhadores na impossibilidade de exercer suas funções, e de sobrevivência digna de seus dependentes, na ausência destes.

A legislação também estabelecia, em seu Artigo 201, cobertura previdenciária de caráter contributivo aos principais riscos socialmente definidos – idade, invalidez, morte, acidentes de trabalho, reclusão, desemprego e proteção à família –, assim como assegurava a manutenção do valor real dos benefícios, e estabelecia como piso para todos os benefícios previdenciários o valor equivalente a um salário mínimo. Em contrapartida, caberia aos trabalhadores a obrigatoriedade de filiação e de contribuição para manter o custeio das ações previdenciárias.

O Artigo nº 202 do texto constitucional caracteriza o segmento da Previdência Privada de caráter complementar e facultativo, organizado de forma independente ao Regime da Previdência Social e operado por entidades abertas e fechadas. O texto também vedava a subvenção ou o auxílio do poder público para as entidades privadas.

Wagner Balera define a Previdência Complementar como "meio de proteção complementar, integrante da Seguridade Social, que auxilia o Estado a prover a proteção de todos, porém com características próprias".

A Previdência Complementar funciona como mecanismo de poupança interna de longo prazo e investimento. É também um instrumento de políticas econômicas e importante para o desenvolvimento do país, uma vez que canaliza recursos para o setor produtivo. Compete à entidade de previdência complementar fixar qual será o percentual de contribuição necessário para assegurar a formação da reserva destinada ao pagamento do complemento de aposentadoria contratado pelo participante e tais critérios são definidos com base

em estudos atuariais e em observação às regras de investimento estabelecidas pelo Governo Federal, sendo dever das entidades assegurar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do plano (artigo 202, da Constituição Federal e artigo 18, da Lei Complementar nº 109/2001).



Reservas financeiras: garantias conquistadas para os aposentados.

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de fevereiro de 1998, inseriu o Regime de Previdência Privada como forma de proteção social e o integrou ao Sistema de Seguridade Social, porém de forma autônoma e desvinculado das demais formas de proteção social. O Regime da Previdência Social pode ser operado em duas formas:

A Entidade Fechada de Previdência Complementar é um Fundo de Pensão, constituído sem fins lucrativos, com a finalidade de administrar Planos Privados de Concessão de Benefícios Complementares e de Renda, direcionados a grupos específicos de trabalhadores, que podem se inscrever voluntariamente na entidade por intermédio de seus empregadores ou de suas entidades de classe.

Segundo o Ministério da Fazenda, as entidades fechadas de Previdência Complementar "são organizadas por empresas e associações com o objetivo de garantir a seus empregados ou associados uma complementação à aposentadoria oferecida pelo Regime Geral de Previdência Social (operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS), por meio da administração de planos de benefícios. Os planos de benefícios administrados por estas entidades podem garantir, além da complementação à aposentadoria, proteção contra eventos não programados como morte, doença, invalidez, dentre outros, a depender do regulamento do plano".

Os fundos de pensão surgiram com a promessa de alavancar o regime de previdência complementar fechada. Os primeiros fundos nascem ligados às grandes empresas estatais, tais como PREVI (Banco do Brasil), PETROS (Petrobras), ELETROS (Eletrobras), TELOS (Embratel), AERUS (Vasp), FAPES (BNDS), PORTUS (Portobras), NÚCLEOS (Nuclebras), e empresas privadas, como FUNDAÇÃO CAEMI (Caemi Mineração e Metalurgia), INSTITUTO AMBEV (Brahma), PSS-PHILIPS (Philips) e FUNDAÇÃO PROMON (Promon Engenharia).

A grande expansão dos fundos de pensão aconteceu nos anos 80 e na década seguinte, os funcionários das estatais federais, que foram privatizadas nos anos 90, tiveram amparo nos fundos de pensão como auxílio financeiro. A Entidade Aberta de Previdência Complementar – EAPC – é constituída sob a forma de sociedade anônima, com o objetivo de instituir e operar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, em que qualquer pessoa física pode adquirir um Plano de Benefícios.

Balera explica que os servidores públicos federais passaram a ter um regime previdenciário complementar a partir da instituição da Lei 12.618/2012, que criou a FUNPRESP – Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal –, composta por três fundos independentes de previdência complementar para os servidores federais dos três poderes. Com a lei, as aposentadorias dos servidores que vierem a ingressar no serviço público federal serão limitadas até o teto do Regime Geral de Previdência Social. Wagner Balera comenta como funciona a FUNPRESP:

"Caso obtenham proventos superiores ao valor do teto de cobertura do RGPS, poderão optar por contribuir com o FUNPRESP, garantindo a complementação da sua aposentadoria e a consequente manutenção do padrão de vida que detinham durante o período de atividade. Os servidores públicos federais na ativa continuam vinculados às regras de previdência existentes até então, podendo fazer opção pelo novo regime estabelecido pela Lei."

Foi a Lei nº 6.453, de 15 de julho de 1977, que inicialmente regulou a Previdência Complementar, mas o marco atual do regime de Previdência Complementar, sob a égide da Constituição de 1988, aconteceu em 2001, com a publicação das Leis Complementares nº 108 e nº 109.

A Lei Complementar nº 108, que passou a regular a Previdência Complementar com ênfase na transparência e nas garantias dos participantes também disciplina a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações de economia mista e outras entidades públicas com suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar.

A Lei Complementar nº 109/2001 revogou a Lei nº 6.453. Wagner Balera comentou ao artigo 1º, da Lei Complementar nº 109/2001:

"Por seu turno, a previdência privada é de índole contratual, negocial, engendrada e arrumada pelos interessados, constituída de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência. No negócio jurídico previdenciário privado vigora o princípio da autonomia privada. Esse princípio pode ser considerado a pedra de toque de todo o moderno direito contratual".

No país, 3,4 milhões de pessoas são beneficiários da previdência privada, porém os debates sobre uma nova reforma previdenciária causaram um aumento da procura pelos Planos de Previdência Complementar. De acordo com a FENAPREVI, no primeiro semestre de 2016, os planos privados de previdência acumularam R\$52 bilhões, 13% a mais do que nos seis primeiros meses do ano passado.



Segundo a instituição, que representa mais de 70 seguradoras e entidades de previdência aberta, entrou mais dinheiro em fundos de previdência privada do que saiu. A captação líquida, que é a diferença entre depósitos e resgates, foi positiva, com saldo de mais de R\$25,6 bilhões de reais, o que representa uma alta de 7,64% comparando com o mesmo período de 2015, quando as transações ficaram em R\$23,8 bilhões.

Segundo a Previdência Social, os principais desafios na formação da poupança em longo prazo são o aumento na expectativa de vida da população, que hoje são 23,5 milhões de idosos, e, para 2050, estima-se o número de 65 milhões de pessoas na 3ª idade; um maior custo com a saúde – o reajuste médio dos planos de saúde ao se completar 59 anos é de 42,98%; queda na taxa de juros real; e a estrutura social, com uma evolução no consumo das famílias.



Gerações evoluem junto com o aprimoramento da previdência privada.



Expectativa de vida maior gera desafios em relação ao ato de poupar dinheiro.



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA



7

SAÚDE

Com as Caixas de Assistência e os Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs, fundados na década de 1930, foram dados os primeiros passos da Saúde Suplementar no Brasil. Eles foram criados para suprir as dificuldades de assistência médica em uma nação que se modernizava, mas tinha uma saúde pública precária, de caráter sanitarista, em que o acesso aos serviços médicos era restrito aos atendimentos particulares, poucos hospitais públicos e instituições filantrópicas. Os IAPs possuíam uma rede serviços composta por hospitais, ambulatórios e consultórios médicos.

Entre os anos 50 e 60, a industrialização do país e o conseqüente crescimento demográfico das grandes cidades aumentou a demanda pelos serviços públicos de saúde. Com o aumento na procura e queda de qualidade do atendimento, além do pouco orçamento para a saúde, o Governo Federal passou a tomar medidas para ampliar o acesso aos atendimentos médicos e, com a incapacidade de atendimentos a todos os beneficiários, passou a contratar serviços terceirizados de saúde.

Por meio do Decreto nº 72, de 21 de novembro de 1966, foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social, resultado da fusão dos institutos de aposentadoria e pensões existentes. A autarquia, que era mantida pelas contribuições de empregados do setor privado, de funcionários públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, de empregadores, de contribuintes individuais, de trabalhadores em regime de economia familiar rural, e da própria União credenciou de forma mais ampla os prestadores de serviços: foi expandido o financiamento de hospitais privados, o credenciamento de hospitais para a compra de serviços do INPS e o convênio com empresas que assumissem os encargos com a saúde de seus funcionários, dando origem à medicina de grupo. Grandes multinacionais e empresas dos principais polos de produção aderiram ao convênio com o INPS, criando seus próprios planos de medicina em grupo, principalmente em São Paulo.



Número de obras e de trabalhadores aumentou consideravelmente nos anos 1950.

No final dos anos 60, o orçamento do governo com a saúde pública era de apenas 2% do PIB e as ações do Ministério da Saúde restringiam-se a campanhas de saúde. Até então, o Governo Federal já havia credenciado 2.300 dos 2.800 hospitais e entidades assistenciais particulares e beneficentes para atender pacientes do serviço público.

Como alternativa para a situação de ineficiência do atendimento público, em 1968, foi elaborado o Plano Nacional de Saúde, que previa a privatização dos hospitais públicos, e fazendo caber ao Estado o financiamento de serviços privados que também seriam custeados pelo paciente. Esse plano chegou a ser implementado em algumas localidades, mas as reações de diversos setores da sociedade fizeram com que a iniciativa não seguisse adiante.

A capitalização do setor privado de saúde também ganhou impulso na década de 70 com a Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, que criou o SIMPAS – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS, entre outras entidades previdenciárias, com o objetivo de diminuir os custos do Estado com as ações de saúde.

Nos anos 80, iniciou-se o processo de universalização da assistência médica, com a aprovação do Plano de Reorientação da Assistência Médica no Âmbito da Previdência Social, pelo qual os municípios passaram a fazer o atendimento médico e a receber do INAMPS por produção, independente do vínculo previdenciário do paciente. O governo federal também interrompeu o credenciamento de serviços privados de saúde e a manutenção da maior parte das unidades privadas era, então, assegurada pelos planos de saúde, cooperativas médicas e planos de autogestão.

A constituição federal de 1988 determinou que a saúde fosse um direito de todos os brasileiros, garantido pelo Estado, e seu Artigo nº 196 diz:



Promulgação-Constituição-1988.

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

A nova Carta Magna também criava o Sistema Único de Saúde (SUS) que garantia o direito a consultas, exames, internações e tratamentos nas unidades vinculadas, sejam elas públicas ou privadas.

Ao SUS foi integrada uma rede de serviços que iam de hemocentros, laboratórios a Postos de Saúde, e o setor privado passou a ser definido como complementar ao serviço de saúde pública.

Se no viés político a década de 80 trouxe de volta a liberdade democrática, no ponto de vista econômico, os anos 80 foram considerados perdidos para a economia nacional. A hiperinflação e o desemprego assombravam a população. Na década seguinte, o SUS também começou a passar por restrições orçamentárias e pela dificuldade de compatibilizar os gastos com a saúde e a universalidade, sem ter os aportes financeiros necessários. Nos anos 90, o Setor Privado de Saúde chegaria a cobrir 31 milhões de brasileiros. O número crescente de beneficiários e de operadoras fez a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) propor uma regulamentação para o setor, enquanto as próprias empresas sugeriam a autorregulamentação com a criação. Para isso, iriam fundar o CONAMGE – Conselho Nacional de Autorregulamentação das Empresas de Medicina de Grupo.

Porém, o marco para a Saúde Suplementar no Brasil aconteceu com a promulgação da Lei nº 9.656/98, que buscou ampliar as coberturas obrigatórias dos planos e também passou a regulamentar as atividades das companhias. O marco da saúde suplementar funcionou como um divisor de águas entre os beneficiários que tinham contrato antes de sua promulgação e os novos, com contratos alinhados com as novas regras de funcionamento.

Entretanto, apenas no ano 2000 iria ser criado um órgão voltado para a Saúde Suplementar, a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para regular o funcionamento do setor que, naquele momento, alcançava uma grande base de clientes: 4,7 milhões de associados, enquanto a medicina de grupo contava com 14,3 milhões de contratos nos planos empresariais e outros 4,1 milhões de pessoas físicas. Além de estabelecer um padrão para o procedimento das operadoras e seguros de saúde, a ANS iria fiscalizar o nível dos atendimentos e os preços e procedimentos oferecidos aos pacientes. A forte influência regulatória e os fortes limites de atuação impostos pelo Estado estimularam a fundação, em 2007, da FenaSaúde, entidade que congrega as operadoras do mercado privado de assistência à saúde.

Mesmo com índices robustos referentes aos 70,5 milhões de beneficiários, o mercado de saúde suplementar enfrenta grandes desafios como, por exemplo, custos crescentes dos tratamentos, queda na adesão de beneficiários devido ao desemprego, a diminuição da participação do jovem, o envelhecimento da população e o controle de preços, que, segundo a FenaSaúde, não atenua as falhas do mercado apontadas típicas da área de atenção à saúde. Em evento promovido pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, o economista Mailson da Nóbrega apontou também a inflação de custos da saúde e incertezas jurídicas e regulatórias como entraves para o segmento.



A política de regulação de preços também foi criticada pelo diretor executivo da FenaSaúde, José Cechin. "No caso da saúde suplementar brasileira, a atual política de regulação dos reajustes dos preços individuais, ao não dar previsibilidade e segurança regulatória diante de uma variação dos custos médicos sistematicamente superiores ao limite autorizado pelo governo, inibe o oferecimento deste produto. É urgente a revisão do modelo atual da regulação dos planos individuais para que o mercado volte a ter interesse pelo setor. É sintomático que, não obstante o fracasso retumbante das políticas de controle de preços e reajustes nos mais diversos mercados, nações e períodos da história, proliferem propostas em diversas esferas da sociedade defendendo a ampliação deste modelo para mercados de planos coletivos empresariais."

José Cechin, em artigo coescrito publicado na Revista Risco e Seguro, exemplificou ações que contribuem para a não sustentabilidade dos planos e seguros de saúde. "Incorporação tecnológica adotada sem disciplina; ampliação sem critérios das 'coberturas' obrigatórias; remuneração da assistência médica pela quantidade de procedimentos realizados em vez de por valor ou resultado clínico; e valoração dos serviços hospitalares segundo margem de lucro sobre preços de materiais e medicamentos usados são algumas delas. Essas devem ser o foco de ações que visem à sustentação do setor."

Em outra ocasião, ao analisar o momento político econômico do Brasil, Cechin posicionou-se de forma otimista, mesmo com a queda no ritmo de crescimento dos planos médicos, devido à crise econômica que abateu o país em 2015. "O mercado tem 1.101 operadoras, das quais 787 empresas de assistência médico-hospitalar. Há 48,3 milhões de beneficiários de planos médico-hospitalares que representam pouco menos de um quarto da população brasileira. O nosso setor teve R\$ 160,4 bilhões de receita e R\$ 160,2 bilhões de despesas totais, com uma taxa de sinistralidade razoavelmente alta, de cerca de 83% (dados de doze meses encerrados em setembro de 2016). Vivemos uma etapa de baixo crescimento econômico que tem impacto na saúde suplementar provocando a queda no número de beneficiários dos planos médicos e odontológicos e, há quase um ano, um processo de ajuste fiscal que afeta, e a capacidade do Governo de alocar recursos suficientes para a saúde pública. Porém, superada a crise econômica ainda existe espaço para crescimento, por isso as expectativas não são negativas, se olhando a médio prazo."

Constata-se que a maioria dos municípios com população acima de cem mil habitantes apresenta as maiores taxas de cobertura do país, porém o cenário foi alterado devido à conjuntura econômica. As regiões fora dos grandes centros apresentam as melhores perspectivas de mercado, como o centro-oeste e o sul. "Esta informação espelha claramente o movimento da atividade econômica que sai das regiões adensadas do Rio de Janeiro e São Paulo e vai para outras áreas do país." Para Cechin, a vontade do brasileiro em ter um plano de

saúde, exacerbada pela difícil situação em que se encontra o sistema público, também impulsiona o setor. "As pesquisas feitas pelo IBOPE a pedido do IESS mostram que a saúde é o terceiro objeto de desejo da população, seguido da educação. Isso também aponta para um cenário positivo."



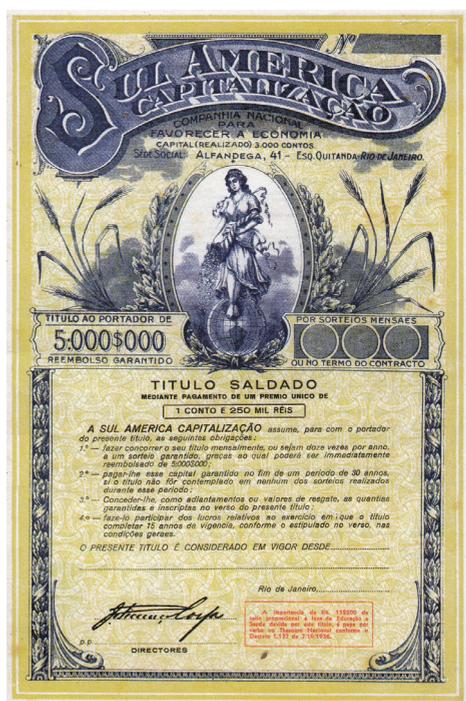
ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA



CAPITALIZAÇÃO

No final do século XIX, com a industrialização, o modelo capitalista de produção se consolidou. Como reação às condições adversas do período, algumas classes de trabalhadores uniram-se em cooperativas para garantir alguma forma de renda e trabalho. Em 1850, um diretor de uma cooperativa de mineradores franceses, Paul Viget, teve a iniciativa de criar um fundo para ajudar seus associados. De acordo com a ideia de Viget, os cooperativados contribuíam mensalmente com um determinado valor e, após certo período, eles tinham a chance de resgatar essa reserva, antecipadamente, por sorteio. Assim, surgiu a Capitalização. Uma alternativa lúdica capaz de ajudar financeiramente a sociedade em situações de dificuldade econômica.

No Brasil, a Capitalização só chegaria em 1929, por meio da SulAmérica Seguros e Capitalização, que apresentou aos brasileiros esta nova modalidade para guardar dinheiro.



Na Era Vargas, o governo passou a centralizar a administração e ampliar o seu papel junto às instituições financeiras. Segundo Dulce Pandolfi, no livro *Repensando o Estado Novo*, o referencial nacionalista de Vargas o levou a adotar medidas intervencionistas.

"Os anos 30 trouxeram para a agenda do Estado brasileiro políticas de caráter intervencionista e regulador, inspiradas em ideias nacionalistas e desenvolvimentistas partilhadas por várias forças sociais. Com o governo Vargas, em 1930, surgiu um novo referencial orientador das políticas governamentais: esse referencial unia os ideais nacionalistas, cada vez mais disseminados entre a elite brasileira depois da I Guerra Mundial, as ideias protecionistas nascidas nos países de industrialização tardia (Alemanha, Estados Unidos) e reforçadas com a crise de 1929."

Em 1931, a Capitalização foi regulamentada no Brasil. Na época, os titulares premiados recebiam o capital integral do título, sem desconto algum, e no ano seguinte, com o Decreto nº 21.143, de 10 de março de 1932, o Governo oficializou a atividade. Este decreto foi regulamentado, posteriormente, pelo do Decreto nº 21.143, de 10 de fevereiro de 1933, quando a Capitalização passou a ser fiscalizada pela Inspetoria de Seguros. O parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 21.143 determinava:

"As únicas sociedades que poderão usar o nome de 'capitalização' serão as que, autorizadas pelo Governo, tiverem por objetivo oferecer ao público, de acordo com planos aprovados pela Inspetoria de Seguros, a constituição de um capital mínimo perfeitamente determinado em cada plano e pago em moeda corrente, em um prazo máximo indicado no dito plano, à pessoa que subscrever ou possuir um título, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no mesmo título."

**ECONOMIA!**

A mensalidade de um título de capitalização não é uma DESPESA, e sim ECONOMIA. DESPESA é o gasto de um dinheiro que não volta mais. ECONOMIA é uma reserva que assegura tranquilidade.

SEJA PREVIDENTE! ADQUIRA UM TÍTULO DA COMPANHIA INTERNACIONAL DE CAPITALIZAÇÃO INICIANDO A FORMAÇÃO DE UM PECÚLIO.

**COMPANHIA INTERNACIONAL DE CAPITALIZAÇÃO**

SEDE: RIO DE JANEIRO

COMPANHIA NACIONAL PARA FAVORECER A ECONOMIA

AUTORIZADA A FUNCIONAR E FISCALIZADA PELO GOVERNO FEDERAL

CAPITAL SUBSCRITO 2.000.000\$000 CAPITAL REALIZADO 800.000\$000

RUA 1.º DE MARÇO, 6

Caixa Postal 1533 Telephone 23.1990

**CAPITAL . . . . . Cr\$ 2.000.000,00**  
**REALIZADO . . . . . Cr\$ 800.000,00**

SEDE:

**Rua 1º de Março, 6 -- 1º e 2º**  
 Edifício do Paço  
 RIO DE JANEIRO

**ALLIANÇA DA BAHIA**

**CAPITALIZAÇÃO**

**Capital subscripto . . 2.000:000\$000**  
**Capital realizado . . . 800:000\$000**

**Séde Social: BAHIA**

Os títulos emitidos pela A. B. C. oferecem, entre outras vantagens, as seguintes:

- Constituição de um capital garantido;
- Sorteios mensaes;
- Após 10 annos participação de 50 % todos os annos nos lucros da Sociedade, sendo que taes lucros serão pagos em dinheiro por occasião do vencimento, resgate ou sorteio e vencerão juros annuaes nunca inferiores a 4 %;
- valores de resgates vantajosos.

Procurem conhecer outras condições liberaes e vantagens na Agencia Emisora:

**64, RUA DO OUVIDOR, 64**  
**RIO DE JANEIRO**

Também em 1933, a Inspetoria de Seguros foi transferida do Ministério da Fazenda para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Porém, naquele mesmo ano, a Inspetoria foi extinta com a criação do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização – DNSPC, igualmente subordinado àquele ministério. Em 1945, de acordo com o Anuário de Seguros:

"Em nenhum outro país, nem mesmo no que lhe deu origem, a velha França, essa instituição logrou tanto êxito como no Brasil."

O sucesso da Capitalização era crescente e acompanhava a expansão da economia. Em 1947, já existiam 17 empresas nas principais cidades do Brasil.

O governo Dutra foi marcado por uma grave crise social e recessão. O desemprego e o congelamento dos salários encareciam o custo de vida e a atividade de capitalização foi uma das primeiras a sentir este efeito, com a desvalorização dos resgates, devido à inflação. A participação da capitalização no PIB, que em 1947 foi de 0,33%, caiu para 0,02% nos anos 50. Para alavancar a economia, em 1964, foi implantado o PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo. Neste período, a capitalização voltou a ganhar força, mas, só na década seguinte, novas companhias surgiriam.

O governo aumentava o seu poder regulatório e, para isso, tomou algumas importantes medidas, como a extinção do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização – DNSPC, que foi substituído pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Em 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 22.456/33, que regulamentava as operações das sociedades de capitalização, foi revogado pelo Decreto-Lei nº 261, passando a atividade de capitalização a subordinar-se, também, a numerosos dispositivos. Os anos 80 foram marcados pela entrada dos conglomerados financeiros no setor e, em 1989, a premiação de sorteios é feita pela primeira vez a partir dos números da loteria federal. Aos poucos, acontecia a retomada da capitalização do país, especialmente após o Plano Real. As empresas de capitalização passaram a ser equiparadas às instituições financeiras e ao sistema de distribuição do mercado de valores mobiliários, e assim, ficaram submetidas às normas do Conselho Monetário Nacional – CMN, sendo fiscalizadas pelo Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As regras de operação passaram a ser mais claras, com as informações mais nítidas dos planos. Neste período, a arrecadação da capitalização brasileira dobrou e, no fim da década, a produção cresceu 20% em relação a 1988.

A capitalização, na virada do milênio, ficou mais próxima da população, com a venda em todo país e com mais publicidade sobre locais dos sorteios e pagamento de prêmios aos contemplados. No ano de 2014, por exemplo, por meio da comercialização dos produtos da modalidade Popular, foram destinados cerca de R\$ 200 milhões para instituições filantrópicas.

Em 2015, o volume dos Valores efetuados e mantidos por clientes e que são resgatados ao fim da vigência dos planos, atingiu R\$ 31,05 bilhões.

Com muita inovação, o setor vem se reinventando e descobrindo novas funções para a capitalização como forma de ajudar as famílias a resolver de forma mais conveniente as necessidades do mundo contemporâneo, como equacionar dívidas, dispor de garantia de aluguel sem precisar de fiador, ou realizar ações promocionais com clientes, por meio de soluções específicas para pessoas jurídicas.

Para Marco Antônio Barros, presidente da FenaCap, entidade criada para representar o setor, a transparência das atividades é o principal propulsor para a formação de novos consumidores.

*"O nosso maior desafio é uma comunicação mais abrangente, mais intensa; trabalhar com novas soluções. O mundo está mudando rapidamente, a gente tem que encontrar novas formas de distribuição e o mobile é uma realidade. Precisamos ter o olho nas formas de comunicação com o cliente, na forma de distribuição e oferecer conveniência", afirma.*

Marco Antônio Barros assinala que a questão social da capitalização está no bojo da proteção das pessoas, porque ela ajuda famílias na realização de sonhos e projetos em suas vidas. Além disso, a atividade gera fatores positivos para a economia: criação de empregos, aumento da poupança interna e arrecadação de impostos.

A condução para que tais anseios sejam, contudo, atendidos, precisa de um alicerce profissional. Assim, as empresas de capitalização são signatárias do "Código de Ética do Mercado Segurador", fortalecendo ainda mais as diretrizes para a efetivação de um trabalho especial.



...ute, vovô...

...colha-me um presente que  
...mais e me faça mais feliz.  
...herezinha disse-me hoje, no  
...ngio, que o avô lhe dera  
...título de capitalização. E es-  
...tão alegre...

**ROSAMOS**  
CAPITALIZAÇÃO S. A.

Realizado 800.000\$  
RUA DO OUVIDOR, 87 - RIO DE JANEIRO

## ECONOMIA!

A mensalidade de um título de capitalização não é uma DESPESA, e sim ECONOMIA. DESPESA é o gasto de um dinheiro que não volta mais. ECONOMIA é uma reserva que assegura tranquilidade.

SEJA PREVIDENTE! ADQUIRA UM TÍTULO DA COMPANHIA INTERNACIONAL DE CAPITALIZAÇÃO INICIANDO A FORMAÇÃO DE UM PECÚLIO.



RUA 1.º DE MARÇO, 6  
Caixa Postal 1533 Telephone 23-1990

CAPITAL . . . . . Cr\$ 2.000.000,00  
REALIZADO . . . . Cr\$ 800.000,00

SEDE:

Rua 1º de Março, 6 -- 1º e 2º  
Edifício do Paço  
RIO DE JANEIRO

### Saturnia Capitalização S. A.

Economizar para prosperar

Economize e prospere adquirindo títulos da Saturnia Capitalização S. A.

Séde social: Av. Erasmo Braga, 255 - 2.º  
End. Tel. "Gigante" - Tel. 22-3325  
Caixa Postal 4238  
RIO DE JANEIRO

### ALLIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO

Capital subscrito . . . 2.000:000\$000  
Capital realizado . . . 800:000\$000

Séde Social: BAHIA

Os títulos emitidos pela A. B. C. oferecem, entre outras vantagens, as seguintes:

- Constituição de um capital garantido;
- Sorteios mensais;
- Após 10 anos participação de 50 % todos os anos nos lucros da Sociedade, sendo que tais lucros serão pagos em dinheiro por ocasião do vencimento, resgate ou sorteio e vencerão juros anuais nunca inferiores a 4 %;
- valores de resgates vantajosos.

Procurem conhecer outras condições liberais e vantagens na Agência Emissora:

64, RUA DO OUVIDOR, 64  
RIO DE JANEIRO



### LIDERANÇA CAPITALIZAÇÃO S.A.

COMPANHIA NACIONAL PARA INCENTIVAR E FAVORECER A ECONOMIA

Capital subscrito e realizado . . . . Cr\$ 2.000.000,00

Autorizada a funcionar e fiscalizada pelo Governo Federal  
Decreto n. 19.188 de 13-7-1948 — Carta Patente n. 322

Início das Operações: 8-12-48

DIRETORIA:

Prof. Jacinto Alvares  
Dr. Eduardo Pellegrini  
Dr. Francisco Munhoz Filho

## SUL AMERICA CAPITALIZAÇÃO

SORTEIO DE ABRIL

No salão nobre da Associação dos Empregados no Commercio foi realizado em 30 de Abril o sorteio dos títulos emitidos por esta Companhia. Achavam-se presentes, além dos directores e altos funcionarios da Empresa, representantes da imprensa e grande numero de subscritores. Postos em movimento os aparelhos Fichet, foram sorteadas as seguintes combinações:

K J M  
X O K

N I E  
X G V

K U K  
O V K

Todos os portadores de títulos em vigor contendo uma das seis combinações acima, poderão receber immediatamente na séde da Companhia, á rua do Ouvidor, esquina de Quitanda, o capital integral do título sem desconto algum.

## UNIÃO AMERICANA DE CAPITALIZAÇÃO S. A.

Séde: AVENIDA JÚLIO DE CASTILHOS, 48

CAIXA POSTAL 1283

End. Electr. "UNIACAP"

PORTO ALEGRE — RIO GRANDE DO SUL

CAPITAL:

Registrado . . . Cr\$ 2.100.000,00 || Realizado . . . Cr\$ 1.985.457,00

DIRETORIA:

Dr. Henrique Continentino de Córdoba — Lauro Miguel Sturm — Carlos Reio

### INSPECTORIA GERAL EM CURITIBA, PARANÁ

Dê a seu filho a melhor arma para vencer!

TODOS os pais, ricos, remediados e pobres, poderão desde já formar o designio inabalável de colocar em mãos de seus filhos, a arma de triunfo certo, quando tiverem de enfrentar, no futuro, eles mesmos, as lutas de seu esforço próprio nas atividades da vida. Aos pais decididos e previdentes a PRUDENCIA CAPITALIZAÇÃO oferece hoje esta oportunidade.

Peça informações sem compromisso.

10.000\$000  
MENSALIDADE: 20\$000  
8 SORTEIOS CADA MÊS

A Companhia recentemente novas do, uma série de planos de, dizendo todos os seus a, dias o franquidade no fun, uma administração compos, nosso mundo financeiro, come

DIRETORIA

JOSE ALFREDO DE ALMEIDA

Director Superintendente do Banco Brasileiro de Descontos S. A.  
Director Presidente da Porto Seguro — Cia. de Seguros Gerais  
Director Presidente da Astrovias Brasil S. A.

LUIZ PAGNOZZI

Chefe das firmas Damilho Pagnozzi, Irmão & Cia.  
L. Pagnozzi & Cia. Ltda. e Director da Ceramica Emmerald Ltda.

ESTEVAM MARGUTTI

Capitalista, proprietário e ex-Director do antigo Banco Franco e Italiano para a América do Sul

AMADOR AGUIAR

Director do Banco Brasileiro de Descontos S. A. e Director Presidente da Companhia Comercial Café São Paulo e Paraná

Superintendente Geral: Otávio Marins de Moura

Conselho Fiscal: Luiz D'Angelo, Chefe da Firma D'Angelo & Cia. e Director Presidente da Fração Araguaia S. A.; Francisco Canda, Director Presidente do Banco de Crédito Nacional S. A.; Luiz Maria Pileto Stueck, Director da Carteira Cambial do Banco Nacional da Cidade de São Paulo S. A.



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA



9

O CORRETOR  
DE SEGUROS

CAP. I Art. 1º. O corretor de seguros, seja pessoa física ou jurídica, é o intermediário legalmente autorizado a angariar e promover contratos de seguros admitidos pela legislação vigente entre as Sociedades de Seguros e as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado. Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964.

De autoria do então ministro da economia Roberto Campos, foi promulgada após 30 anos de lutas, a legislação que regulamentava a profissão do corretor de seguros, uma profissão antiga e que chegou ao Brasil a partir da vinda da família Real portuguesa, em 1808, e que evoluiu de acordo com o crescimento e sofisticação das operações logísticas, comerciais e industriais.

O início – A Europa já conhecia a atividade seguradora há longa data. O seguro já existia na antiguidade entre os povos do Mediterrâneo e na Idade Média; países como a Inglaterra e a Alemanha possuíam operações modernas e eficientes. Em Portugal, no ano de 1529, foi criada a função de "escrivão de seguros", cargo vitalício do responsável pela fiscalização das operações de seguro no reino e que detinha o monopólio dos registros de todos os contratos e respectivas apólices. Cabia ao escrivão de seguros a escrituração de todas as dúvidas e litígios, podendo exercer também a arbitragem nos processos entre as partes. Com o tempo, a profissão evoluiu e, em 1578, surgiu o personagem do Corretor de Seguros que fiscalizava e assegurava grandes navegações e os negócios entre mercadores que cruzavam os oceanos transportando especiarias entre os reinos e as colônias. Os corretores regulamentavam os negócios para evitar abusos de prêmios altos e diminuir entraves na regularização de sinistros. Era um personagem tão importante que a operação de seguros só era válida se tivesse a intervenção de um corretor, que chegava a ganhar até cinco vezes mais do que os escrivães. Seu cargo também era vitalício e hereditário.

A chegada da corte ao Brasil mudou a perspectiva da então principal colônia portuguesa, que teve de se adaptar e se modernizar para se tornar sede do Reino. Um dos primeiros decretos assinados por Dom João VI seria fundamental para o início das atividades seguradoras brasileiras: a Carta Régia que abria os portos às nações amigas de Portugal, descontinuando o Pacto Colonial e possibilitando o livre comércio entre o Brasil e o principal parceiro comercial de Portugal, a Grã-Bretanha.



Brasil Imperial: desafios e exploração de um mundo de possibilidades.

Ao atender um pedido dos comerciantes locais, que queriam proteger seus negócios a partir da grande demanda que surgiu com a abertura dos portos, o príncipe regente autorizou, em 24 de outubro de 1808, a criação da Companhia de Seguros Boa Fé, na Capitania da Bahia, dedicada ao seguro marítimo e que regulamentava os profissionais de seguros a atuarem no país. Cabia a esses homens a cobrança dos prêmios e a assinatura das apólices.

Mesmo com a Proclamação da República, algumas leis portuguesas ainda eram vigentes e, mesmo com a Constituição de 1824, as Provedorias de Seguros ainda funcionavam. Elas só foram extintas em 1831 e, assim, as escrituras passaram a ser lavradas por meio de apólices e contratos de seguros pelos antigos escrivães.

A promulgação do Código Comercial Brasileiro, como ficou conhecida a Lei nº 556, de 25 de junho de 1850, que possibilitou a expansão das atividades, resultou na criação de um novo segmento de negócio, o seguro de vida, e também de um novo ramo de trabalho para os "agentes auxiliares do comércio". De acordo com o Art. 35 da legislação, os corretores eram considerados agentes comerciais do comércio, bem como os agentes de leilões, feitores, guarda-livros, trapicheiros e caixeiros. Ainda segundo o Código de Comércio, para exercer a corretagem, era necessário ter mais de 25 anos de idade e ser domiciliado por mais de um ano.



Estradas foram abertas expandindo o território brasileiro.



Setor rodoviário ajudou no fortalecimento da economia no início do século XX.

No início do século XX, o crescimento da atividade seguradora cresceu ao mesmo tempo em que o Brasil se modernizava impulsionado pela indústria naval e ferroviária, atividades que apresentavam grandes riscos e alto nível de investimento. São Paulo era a principal força econômica do país. Acompanhando a pujança da indústria, transporte e comércio que crescia em solo paulista, o setor de seguros passou a se expandir na capital e com ele, as companhias seguradoras e, conseqüentemente, o número de profissionais especializados na venda dos produtos do seguro.

O ano de 1923 ficou marcado por ter acontecido a primeira organização do setor que formou uma comissão mista, integrada por representantes das seguradoras brasileiras e estrangeiras para estipular um pagamento de prêmio único para os agentes emissores de apólices, especialmente no ramo de incêndios, porque até então existia uma grande concorrência entre as companhias, que pagavam percentuais diferenciados a estes profissionais.



Senador Atílio Vilácqua.

Depois de muito debate, ficou acertado pelo Comitê Misto Paulista, em 26 de dezembro daquele ano, que a tarifa aplicada seria baseada no modelo inglês do Fire Office Committee, escolhido pelo grande número de Companhias inglesas em operação no país. Um adendo é que o Comitê Misto Paulista seria o embrião do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização de São Paulo. Naquela época, os profissionais do seguro emitiam e assinavam apólices, além de auferir a comissão de representantes. Havia um embaraço de funções com os agentes das próprias companhias na disputa de vendas e comissões entre as empresas.

A competição de mercado obrigou as empresas nacionais a se unirem para oferecerem taxas mais competitivas e cobrarem do governo a regulamentação da profissão do Corretor de Seguros. Este foi um dos primeiros passos do setor na defesa dos seus interesses junto ao Governo Federal.

No mesmo ano de 1923, foi fundado o Sindicato das Seguradoras do Estado de São Paulo. No ano seguinte, a sede da entidade foi local de uma reunião para a regulamentação das atividades da categoria dos Corretores Avulsos, mediante Convenção de Trabalho.



Participaram do encontro lideranças da categoria, representantes das seguradoras e um fiscal sindical. A partir desta reunião, ficou esclarecido que, para haver uma Convenção de Trabalho, cabia aos corretores criarem a sua entidade representativa. Então, em 1934, foi criado o Sindicato dos Corretores, que comunicou sua existência ao Sindicato das Seguradoras por meio de um ofício apresentando a sua primeira diretoria.

A partir do reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, o órgão passou a emitir a Carteira Profissional do Corretor de Seguros. Um detalhe é que, sem o aval do Sindicato das Seguradoras, o Ministério do Trabalho não expedia o documento. Após quatro anos, um grupo de lideranças fundou a Associação dos Corretores de Seguros para continuar na luta pela regulamentação da profissão.

Vários projetos foram apresentados para este fim, entre eles o de 1952, do senador Atílio Vilácqua, outros nos anos 1954 e 1956, e em 1961, foi apresentado o anteprojeto de lei para regulamentar a profissão. Porém, finalmente em 29 de dezembro de 1964, com a Lei nº 4.594, a profissão foi regulamentada.

Já o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, enaltece a figura do corretor de seguros, ou seja, indica a figura do corretor habilitado como único profissional apto a intermediar a comercialização do corretor de seguro.

Nesse crescimento da representação do corretor, em 1968, foi fundada a FENACOR – Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros, com sede na cidade do Rio de Janeiro, entidade coordenadora dos interesses da categoria econômica dos Corretores de Seguros e de Capitalização.



Com a organização em entidades, o setor passou a debater melhor seu caminho.

Mesmo após a regulamentação da profissão, o Sindicato dos Corretores do Estado de São Paulo encontrou algumas dificuldades devido às imposições do governo militar. No Rio de Janeiro, formou-se o Clube dos Corretores de Seguros em que se discutiam problemas da classe. Foi então que se descobriu a necessidade de maiores informações e uma habilitação profissional até para quem já atuava no ramo. Dessa maneira, em 1971, criou-se a Escola Nacional de Seguros.

Em 21 de março de 1975, o Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto assinou despacho "reconhecendo a FENACOR" como entidade de 2º grau, coordenadora dos interesses da categoria econômica "Corretores de Seguros e de Capitalização". Outros fatores especiais sobre a profissão: o Código Civil Brasileiro de 2002, no art. 775, trata a respeito da profissão, o dia 12 de outubro tornou-se o "Dia do Corretor de Seguros".

## Novo Mercado

Nas últimas décadas, o corretor de seguros, lastreado pelas conquistas e avanços obtidos e ferramentas disponibilizadas pelas entidades que o representam – a FENACOR e os Sindicatos estaduais/regionais da categoria (SINCORs) – passou a ter papel decisivo e preponderante no processo de desenvolvimento do mercado e na plena realização da missão desse segmento, qual seja, a de estender a rede de proteção seguradora para todos os segmentos da sociedade, amparando e protegendo as famílias e assegurando a continuidade dos negócios de pequenas, médias e grandes empresas, assim como a conclusão das obras públicas e privadas.

Esse protagonismo ajudou a criar o ambiente favorável para que a participação do mercado de seguros no PIB brasileiro saltasse de 0,8%, no início da década de 1990, para os atuais 6%. A nova perspectiva do setor no contexto da economia nacional teve como pilar principal a inserção de milhões de novos consumidores no setor de seguros e o desenvolvimento de produtos adequados às reais necessidades do País.

Segundo o Banco de Dados da FENACOR, mais de 106 mil corretores de seguros atuam, hoje, em todas as regiões do País como consultores e assessores dos consumidores brasileiros, assegurando, dessa forma, a necessária capilaridade para a expansão do setor e pleno atendimento à população.

Esses profissionais participam diretamente dos contratos que geram mais de 90% da receita global do mercado, a qual ultrapassou a marca de R\$ 200 bilhões em 2016, englobando o desempenho das carteiras de seguros gerais, vida, previdência complementar aberta e capitalização.

O alto grau de profissionalismo dos corretores de seguros consolidou também sua vocação empreendedora. Atualmente, aproximadamente 40 mil empresas corretoras de seguros estão em atividade em todas as regiões do País, gerando mais de 150 mil empregos e garantindo atendimento qualificado para os consumidores.

Esse universo vem apresentando crescimento acelerado e constante desde janeiro de 2015, quando iniciou a vigência da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, que permite aos corretores de seguros aderirem ao SuperSimples.

Essa conquista, obtida pela FENACOR e SINCORs após mais de duas décadas de tentativas infrutíferas, reduziu drasticamente a carga tributária das empresas corretoras de seguros, permitindo novos investimentos na geração de empregos, aprimoramento dos serviços prestados aos consumidores e em novas tecnologias.

Outro avanço expressivo é a autorregulação na corretagem de seguros, ferramenta ainda mais moderna e contemporânea que os Conselhos Regionais e Federal da categoria, opção inicial, mas cuja criação foi definitivamente vetada pelo Governo (para qualquer atividade profissional) por serem considerados inibidores e impeditivos do livre exercício profissional.

O veto acabou favorecendo os corretores de seguros, pois a autorregulação confere uma agilidade muito maior e tem o mesmo caráter dos Conselhos.

Assim, foi sancionada a Lei Complementar 137/10, que disciplinou as regras de constituição e funcionamento das autorreguladoras na corretagem de seguros.

Hoje, essa função está sob a responsabilidade do IBRACOR – Instituto Brasileiro de Autorregulação do Mercado de Corretagem de Seguros, de Resseguros, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta. Constituído em 14 de junho de 2013, na forma de associação civil, sem fins lucrativos e econômicos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, o IBRACOR atua como órgão auxiliar da SUSEP e tem a missão de orientar e promover as melhores práticas do mercado de corretagem de seguros.

Acima disso, a sua importância para a supervisão preventiva é também a maior proteção que se pode assegurar para os consumidores brasileiros.

O relevante papel desempenhado pelas entidades que representam os corretores de seguros nesse processo do desenvolvimento do mercado e, conseqüentemente, no pleno atendimento às demandas de proteção e amparo da sociedade, vem sendo reconhecido, inclusive, pelo Governo. Tanto assim que, na última década, dois corretores de seguros foram nomeados para comandar a SUSEP, órgão regulador e fiscalizador do mercado de seguros.

Entre 2007 e 2010, na gestão do primeiro deles, Armando Vergilio dos Santos Junior – atual presidente da FENACOR – foi regulamentada a abertura no resseguro, uma das maiores conquistas do mercado e que vinha emperrada há anos.

O segundo corretor nomeado para o comando da SUSEP é o atual superintendente da autarquia, Joaquim Mendanha, ex-presidente do SINCOR-GOÍÁS e diretor da FENACOR. Em poucos meses, a sua gestão já aprovou duas regulamentações essenciais para o desenvolvimento do mercado: o seguro popular de veículos e o seguro Universal Life.



Corretor de Seguros: trabalho que exige dedicação e conhecimento diferenciado.



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

# 10

O FUTURO: UM TEMPO  
DE TRANSFORMAÇÕES

A evolução está inserida em todos os processos humanos desde que o homem organizou-se em sociedade. Seja na forma da convivência, seja na criação de épocas e estilos. Uma constante que percorre o tempo e configura, todos os dias, o mundo sempre em transformação. Entretanto, o seu maior salto – considerando os avanços ligados à tecnologia, às construções, às descobertas, por exemplo – aconteceu nos últimos 100 anos. Período, este, em que a vida das pessoas passou a sofrer diversos efeitos diretos, boa parte no aspecto comportamental, dentro das relações afetivas e de trabalho, no cotidiano como um todo. Em se tratando dessa evolução e mudança no ambiente de Seguros, em especial sobre o mercado brasileiro, têm-se a constatação de três importantes momentos que, de alguma forma, traduzem esse segmento no país. A primeira fase, ainda embrionária e de ações sob o direcionamento de países europeus, vai até o fim da década de 1930 e início dos anos 40, com o surgimento do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). No Brasil deste período, muitas mudanças aconteciam, como o desenvolvimento de modais, como naval, ferrovias e transportes, derivando investimentos grandes em segurança.

Deste período até o final dos anos de 1990 (por quase todo o século XX), aconteceu a segunda fase, em que o segmento trabalhou configurando-se dentro de leis, diretrizes, vendo nascer autarquias e entidades representativas, diversas ações sob o viés da valorização do produto Seguro e sua capacidade de entender a evolução da sociedade brasileira. Deste período, vale ressaltar diversos projetos que nasceram, como o de 1952, do senador Atilio Vilácqua, sobre a própria profissão de corretor, além de muitos outros entre os anos de 1950 e 1960.

Até o início dos anos 2000, diversas outras posturas foram adequadas à evolução do setor, o que impulsionou a chegada da terceira fase. Esta se estabeleceu a partir de 2007 e vem orientando as ações do segmento desde então. Com a publicação da Lei Complementar 126, corroborada pelas Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP – de números 168 a 173, o mercado abriu-se, com perspectivas avalizadas em novas transformações e com instrumentos internos de desenvolvimento.

"A terceira fase, que a gente entrou, olhando só para o mercado brasileiro, para a nossa história, é a fase de um mercado mais maduro. É um mercado que já tem capital estrangeiro, que já consolida uma clara divisão entre empresas que querem atuar em grandes riscos, empresas que querem atuar no seguro de massa, isso é uma mudança relevante. Começa-se a ter um perfil claramente definido, que antes não se tinha, com a perspectiva de termos aqui um mercado de seguros e resseguros cada vez mais parecido com o mercado dos países desenvolvidos". SANTOS, João Marcelo dos. João Marcelo dos Santos: depoimento [jan. 2017]. Entrevistador: R. Silvestre. São Paulo: SANTOS BEVILAQUA ADVOGADOS-SP, 2017. 1 gravador de áudio. Entrevista concedida ao Projeto de livro para a ANSP.

Essas novas diretrizes e mudanças de paradigmas possibilitaram às empresas grandes conquistas, como, por exemplo, estabilidade normativa e ambiente regulatório, tornando-se fundamentais para as estratégias das corporações e suas expectativas.

Ao mesmo tempo, deu a possibilidade às corporações de entenderem e agirem sob a ótica das melhores práticas dentro de um novo tempo que vem se desenhando neste início de século XXI. Nos últimos anos, o raio de responsabilidade dessas corporações tornou-se muito maior, motivado pela evolução tecnológica, pelas demandas diversificadas dentro de aspectos ecológicos, médicos, políticos, dentre outros.

Nas entrelinhas, o mundo passou a experimentar algumas ferramentas, dispositivos e práticas que diretamente conversam com o mercado segurador, dando ao segmento boas expectativas para o futuro. Exemplos são o aumento da expectativa de vida das pessoas, as muitas possibilidades trazidas pelas novas gerações, a insegurança do ciberespaço, as crises ambientais e econômicas, dentre outros temas.

Desta forma, o mercado brasileiro, do lado de produtos, junto com outros mercados, terá de pensar suas ações internas para prover resultados. Uma dessas mudanças passará por adequações comportamentais.

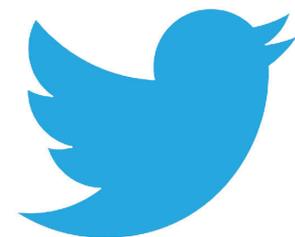


Tragédia de Mariana: maior desastre ambiental do Brasil.  
Foto: Fred Loureiro, Secom ES.

"As pessoas que vivem o seguro, sejam administradores, o pessoal de área técnica, corretores de seguros, têm que ser grandes consultores e estudiosos. Hoje há uma pluralidade de produtos e uma série de seguradoras, de região para região, possibilitando à sociedade ser mais previdente. O futuro está ligado nisso. À longevidade, às novas práticas, às revoluções tecnológicas dos produtos". BATISTA, Mauro César. Mauro César Batista: depoimento [jan. 2017]. Entrevistador: R. Silvestre. São Paulo: BB EDITORA, 2017. 1 gravador de áudio. Entrevista concedida ao Projeto de livro para a ANSP.

Já outra consonante se refere a dados e projeções, que se configuram otimistas. Segundo dados de mercado, 25% da frota de veículos no Brasil possuem seguro. Quando os números são direcionados à habitação, tem-se quase 20 milhões de residências sem algum tipo de proteção, assim como um grande número de indústrias e empresas, cargas transportadas pelas rodovias e portos, além do próprio seguro individual das pessoas.

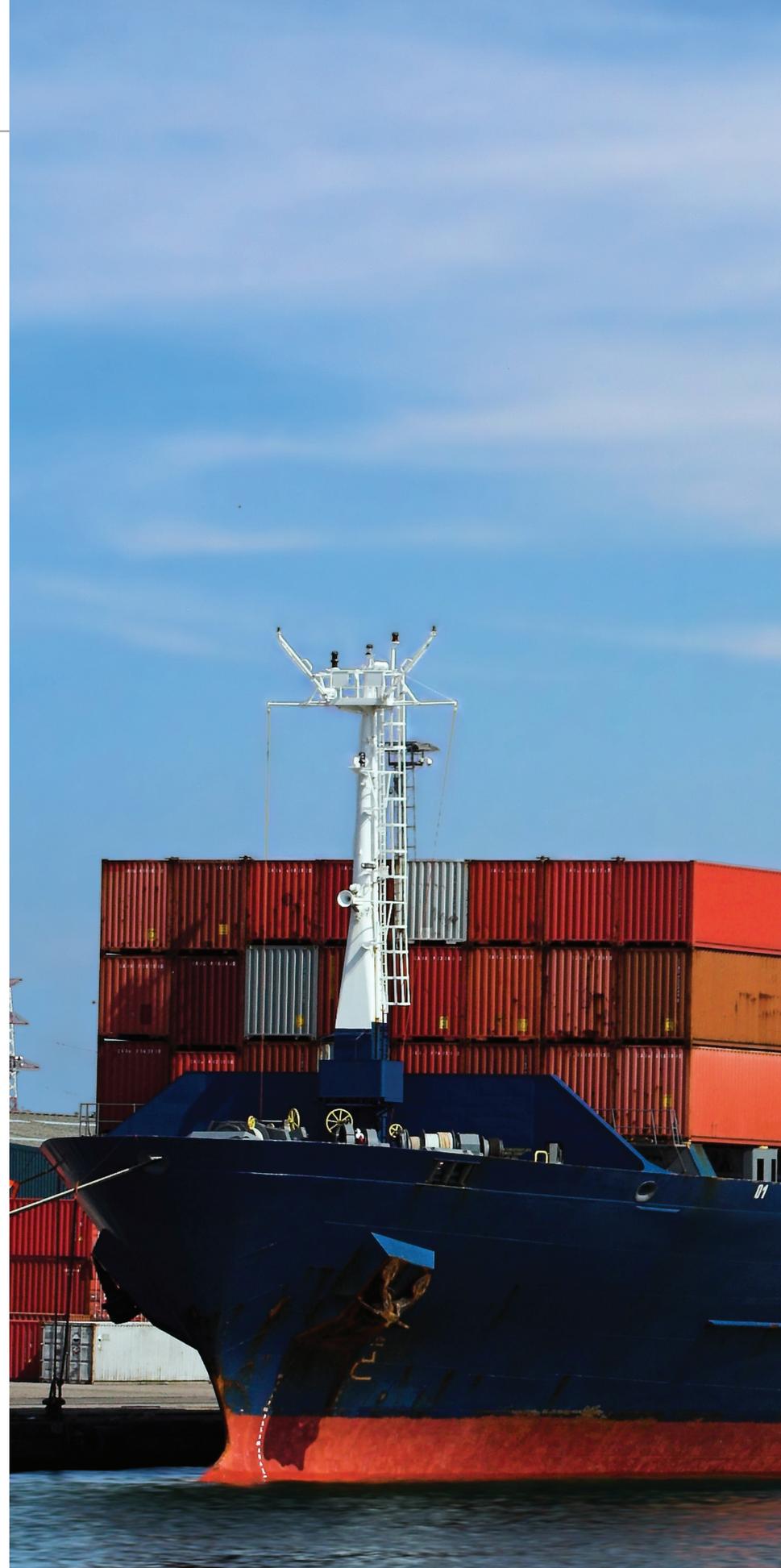
Também novos riscos vão se apresentando, considerando a natural evolução da humanidade. Riscos cibernéticos, ambientais e de comportamento, certamente irão impactar cada vez mais a indústria do seguro no Brasil.



Como se pode constatar, esse futuro já se apresenta em número e elementos que margeiam debates e deliberam novas proposições com foco em grandes resultados. A tendência é que empresas fortaleçam suas bases operacionais, atuem diretamente em áreas que, pontualmente, necessitam de segurança, dentro de leis que possibilitem agilidade e crescimento.

Países de primeiro mundo já estão mitigando os riscos desse novo tempo para o mercado segurador, postura que, no Brasil, há dez anos vem intensificando e que se vislumbra aumentar em muito nos próximos anos.

"A gente está aqui no Brasil em um momento especial, mas as empresas brasileiras, como suas congêneres em economias desenvolvidas, terão de se reinventar, para lidar com a nova dinâmica da economia e das relações sociais. Certamente, teremos um aumento da ênfase em visões e projetos cada vez mais sofisticados, com propostas não necessariamente relacionadas a itens típicos do mercado de seguros. Exemplos disso são novos riscos, a nova forma de pensar dos millenials e novas formas de comunicação, que serão pauta nos próximos anos." SANTOS, João Marcelo dos. João Marcelo dos Santos: depoimento [jan. 2017]. Entrevistador: R. Silvestre. São Paulo: SANTOS BEVILAQUA ADVOGADOS-SP, 2017. 1 gravador de áudio. Entrevista concedida ao Projeto de livro para a ANSP.





## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Gustavo Palheiros Mendes de. *A abertura do mercado e a oportunidade de negócios para empresas estrangeiras*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Seguros, 2015.

A.M. BEST'S. *It is Not Your Father's Reinsurance Market Anymore - the new reality*. Oldwick: Best's Special Report, 2015.

BALERA, Wagner. *Sistema de Seguridade Social*. São Paulo: LTr, 8. ed., 2016.

BALERA, Wagner (Coord.). *Comentários à Lei de Previdência Privada*. São Paulo: Quartier Latin, 2005. p. 18-19.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Moeda comemorativa dos 200 anos da chegada da família real ao Brasil*. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/mecir/mcomemor/MC200anosFR.asp?idpai=MOEDAREL>. Acesso em: 09/12/2016.

BATISTA, Mauro César. *Mauro César Batista: depoimento [jan.2017]*. Entrevistador: R. Silvestre. São Paulo: BB, 2017. 1 gravador de áudio. Entrevista concedida ao Projeto de livro para a ANSP.

BIDINO, Maria Elena. *Um momento histórico para o nosso mercado*. Cadernos de Seguro, Rio de Janeiro, v. 18, n. 90, Jul./Ago., 1998.

BOTARO, Nittina. *Trajetória do Sistema de Saúde no Brasil: considerações sobre o cenário atual*. Revista Escrita da História. Disponível em: <http://www.escritadahistoria.com/revista/index.php/escritadahistoria/article/view/26/23>. Acesso em: 12/12/2016.

BOTI, Paulo de Freitas. *Resseguro: do monopólio ao mercado aberto*. Cadernos de Seguro. Rio de Janeiro: Funenseg, n. 181, Ago., 2014. Entrevista concedida a Lauro Vieira de Faria e Vera de Souza.

BRADESCO. *A história da capitalização: a capitalização brasileira*. Disponível em: <https://banco.bradesco/html/classic/educacao-financeira/produtos-financeiros/capitalizacao/historia-da-capitalizacao.shtm>. Acesso em: 12/12/2016.

BRASIL. Decreto-Lei 73, de 21 de novembro de 1966. *Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 22 nov. 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0073.htm). Acesso em: 12/01/2017.

BRASIL. Lei 556, de 25 de junho de 1850. *Dispõe sobre o Código Comercial. Do Comércio Marítimo*. Arts. 1º ao 456, revogados pela Lei 10.406, de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0556-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0556-1850.htm). Acesso em: 12/01/2017.

BRASIL. Lei 4.594, de 29 de dezembro de 1964. *Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Corretor de Seguros*. Diário Oficial da União, Brasília, 05 jan. 1965. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4594.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4594.htm). Acesso em: 12/01/2017.

CECHIN, José; ALVES, Sandro Leal; ALMEIDA, Álvaro. *Dinâmica dos custos, Formação de Preços e Controle de Reajustes dos Planos de Saúde no Brasil: a urgência de se revisar a regulação*. Revista Brasileira de Risco e Seguro. Rio de Janeiro, v. 12, n. 21, p. 133-156, abr./set. 2016. Disponível em: [http://www.rbrs.com.br/arquivos/rbrs\\_21\\_5.pdf](http://www.rbrs.com.br/arquivos/rbrs_21_5.pdf). Acesso em: 12/12/2016.

CECHIN, José; PASTORE, José. *As empresas e os planos de saúde*. O Estado de São Paulo. São Paulo, 26 jan. 2016. Economia. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,as-empresas-e-os-planos-de-saude,10000013423>. Acesso em: 12/12/2016.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL. *Era Vargas: dos anos 20 e 1945*. FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>. Acesso em: 09/12/2016.

CNSEG. *Código de Ética do Mercado Segurador*. Disponível em: <http://www.cnseg.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8184D33B197757013B19D2D9827086>. Acesso em: 30/01/2017.

CONTADOR, Claudio R. *Reinsurance in Brasil: the challenges and opportunities of the opening of the market*. Rio de Janeiro: CEBRI, 2014.

----- *Resseguro no Brasil: desafios e oportunidades da abertura*. CEBRI, 2014.

DA SILVA, Carmelindo Rodrigues. *Portugueses Brasileiros: Brasil, século XVI*. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?ion=1&espv=2&bav=on.2,or.&bvm=bv.139250283,d.Y2I&biw=1280&bih=623&dpr=1&um=1&ie=UTF-8&lr&q=related:VJEiVYoJZnKZHM:scholar.google.com/>. Acesso em: 09/12/2016.

DEUTSCHE BANK SECURITIES INC. *Reinsurance Discussion Materials*. Frankfurt, Sep., 2011.

DI CIERO, Maria Tereza Leis. *Autonomia da Previdência Privada na relação de emprego*. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/8812/1/Maria%20Teresa%20Leis%20Di%20Ciero.pdf>. Acesso em: 12/12/2016.

DUFFY, Catherine R. *Held Captive: A History of International Insurance in Bermuda*. Toronto: Oakwell Boulton, 2004.

FARIA, Lauro; DE SOUZA, Vera. *Abertura do resseguro: demanda e impactos no mercado de seguros*. Revista Brasileira de Risco e Seguro. V. 3, n.5, Apr./Sep., 2007, p.133-174.

----- *Abertura do resseguro: demanda de resseguros e impactos sobre o mercado segurador*. Revista Brasileira de Risco e Seguro International, vol. 1, n. 1, 2007, p.1-40.

- *Resseguro: do monopólio ao mercado aberto*, Cadernos de Seguro. Rio de Janeiro: Funenseg, n. 181.
- FENACAP. *Depoimento de Marco Barros para o CEDOM: entrevista concedida ao Centro de Documentação e Memória do Mercado Segurados*, em 29 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.cnseg.org.br/fenacap/multimedia/depoimento-de-marco-barros-para-o-cedom.html>. Acesso em: 12/12/2016.
- FENASAÚDE. *Cartilha FenaSaúde – Aspectos Regulatórios*. 2011. Disponível em <http://www.cnseg.org.br/fenasaude/publicacoes/guias-cartilhas/cartilha-saude-suplementar-aspectos-regulatorios.html>. Acesso em: 12/12/2016.
- FENASAÚDE. *Edição especial beneficiários do Mercado de Trabalho*. FenaSaúde, 2016. Disponível em: <http://www.cnseg.org.br/fenasaude/servicos-apoio/noticias/fenasaude-lanca-boletim-com-informacoes-sobre-beneficiarios-e-mercado-de-trabalho.html>. Acesso em: 12/12/2016.
- FGV. *Anos de Incerteza (1930-1937)*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>. Acesso em: 12/12/2016.
- *Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-nacional-de-previdencia-social-inps>. Acesso em: 12/12/2016.
- FREIRE, Laura Lúcia Ramos. *Informe Indústria e Serviços ETENE*. Sistema Brasileiro de Saúde. n. 1, dez. 2009. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/iis\\_sistema\\_brasileiro\\_saude.pdf/be5b3654-7d1e-464a-9745-c243f5d12b47](http://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/iis_sistema_brasileiro_saude.pdf/be5b3654-7d1e-464a-9745-c243f5d12b47). Acesso em: 12/12/2016.
- GALIZA, Francisco. *Análise Econômica do Mercado de Resseguros no Brasil*. Rating de Seguros Consultoria, maio, 2015.
- *Resseguro no Brasil: condições atuais e perspectivas*. Out., 1998.
- GOLDBERG, Ilan. *Do monopólio à livre concorrência: a criação do mercado ressegurador brasileiro*. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Cândido Mendes, 2007.
- HISTÓRIA do Seguro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vENBCxTIUkA>. Acesso em: 09/12/2016.
- HISTÓRIA do Seguro. *História Universal do Seguro*. Disponível em: <http://historiadoseguro.com/sobre/>. Acesso em 12/01/2017.
- HOLLAND, David M. *A Brief History of Reinsurance*. Reinsurance News: Illinois: Society of Actuaries, n. 65, Feb., 2009.
- HORIZONTE CAPITALIZAÇÃO. *A história da capitalização*. Disponível em: <http://www.horizontecap.com.br/historia.htm>. Acesso em: 12/12/2016.

HOUSTON, Kim, LABRA, Iraida R. *The Evolution of Reinsurance*. Atlanta: Munich American Reassurance Company, 2014.

IESS. *Estudo econômico sobre os desafios do setor de saúde suplementar no Brasil*. Disponível em: [http://iess.org.br/?p=publicacoes&id=741&id\\_tipo=15](http://iess.org.br/?p=publicacoes&id=741&id_tipo=15). Acesso em: 12/12/2016.

IRB Brasil RE. *NOSSA história: a história do IRB Brasil RE*. Disponível em <https://www.irbbrasilre.com/PT-BR/Paginas/nossa-historia.aspx>. Acesso em: 08/02/2017.

JAMES, Harold et al. *The Value of Risk – Swiss Re and the History of Reinsurance*. Oxford: Oxford University, 2013.

JONES, Wayne. *The Importance of Emerging Reinsurance Hubs*. Global Reinsurance Intelligence, 2014.

JUNG, W.S. *Financial development and economic growth: international evidence*. Economic Development and Cultural Change, v. 34, 1986, p. 333-346.

KEMPLER, Cecelia et al. *Global perspectives on insurance today*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

KPMG. *Abertura do mercado de resseguro no Brasil: percepções do mercado*. KPMG e Rating de Seguros, 2011.

LATINO INSURANCE. *Insurance Markets in Latin America*, 2014.

MARANGONI, Gilberto. *Anos 1980, década perdida ou ganha?* IPEA. Brasília, n. 72, jun. 2012.

MARIN, Evandro R. *Ambiente econômico do seguro e resseguro*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Seguros, 2016.

MEGLIORINI, Leandro. *A Companhia de Seguros Indemnidade: histórias de empresas no Brasil Joanino (1808-1822)*. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008\\_MEGLIORINI\\_Leandro-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_MEGLIORINI_Leandro-S.pdf). Acesso em: 09/12/2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Portal Previc. *Superintendência Nacional de Previdência Complementar*. Sobre o setor de previdência complementar fechada. Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/a-previdencia-complementar-fechada/sobre-o-setor-1>. Acesso em: 12/12/2016.

NASCIMENTO, Luis Coelho do. *História dos Seguros*. Credimédia Seguros, 1998.

\_\_\_\_\_. *História Seguros Portugal*. Disponível em: <http://historiadoseguro.com/historia-de-seguros-portugal/>. Acesso em: 09/12/2016.

NÓBREGA, Maílson Ferreira da. *Estudo econômico sobre os desafios do Setor de Saúde Suplementar no Brasil*. Ago. 2015. Disponível em: [https://www.editoraroncarati.com.br/v2/phocadownload/desafios\\_setor\\_sa%C3%BAde\\_suplementar\\_tendencias.pdf](https://www.editoraroncarati.com.br/v2/phocadownload/desafios_setor_sa%C3%BAde_suplementar_tendencias.pdf). Acesso em: 12/12/2016.

- NOLASCO, Lincoln. *Evolução histórica da previdência social no Brasil e no mundo*. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11335](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11335). Acesso em: 12/12/2016.
- PAYAR, André Javier. *Escravidão entre os seguros: as seguradoras de escravos na Província do Rio de Janeiro*. 2012, 240 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito), Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-27092012-102055/pt-br.php>. Acesso em: 09/12/2016.
- POWELL, Lawrence. *Risky Business, Insurance Markets and Regulation*. Oakland: The Independent Institute, 2013.
- PREVIDÊNCIA SOCIAL – IPEA 2007. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/05\\_capt02\\_7e.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/05_capt02_7e.pdf). Acesso em: 12/12/2016.
- RAPHAEL, Adam. *Ultimate Risk, The Inside Story of the Lloyd's Catastrophe*. London: Four Walls Eight Windows, 1994.
- REVISTA OPINIÃO.SEG. São Paulo: Roncarati, n.6, Out./2013
- SANTOS, João Marcelo dos. *João Marcelo dos Santos: depoimento [jan.2017]*. Entrevistador: R. Silvestre. São Paulo: Santos Bevilacqua Advogados, 2017. 1 gravador de áudio. Entrevista concedida ao Projeto de livro para a ANSP.
- SILCON Estudos Econômicos. *Uma contribuição à história do seguro no Brasil*. Relatório RS041, Oct.,1999.
- SUSEP. *A história do seguro: surgimento da primeira empresa de capitalização*. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>. Acesso em: 12/12/2016.
- \_\_\_\_\_. *História do seguro*. Disponível em: <http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>. Acesso em: 09/12/2016.
- TAVARES, André. *Abertura do mercado brasileiro de resseguros: uma emenda que deu certo*. Cadernos de Seguro. Rio de Janeiro: Funenseg, n. 180.
- TOBIAS, Andrew. *The Invisible Bankers*. New York: Linden/Simon & Schuster, 1982.
- UM pouco de história. *Tudo sobre seguros*. Disponível em: <http://www.tudosobreseguros.org.br/portal/pagina.php?l=382>. Acesso em: 09/12/2016.
- WANG, Wallace Hsin-Chun. *Reinsurance Regulation: a contemporary and comparative study*. London: Klumer Law International, 2003.
- WHITE Consultoria em Seguros. *História do Seguro*. Curitiba, 2014.

## Crédito de Imagens

AMADOR, Paulo. Capitalização: uma história de prosperidade. Rio de Janeiro: Grupiara, 2002. p. 99, 102, 131, 163.

REVISTA DO IRB. Rio de Janeiro, n. 1, 1940. p. 5, 40.

REVISTA DO IRB. Rio de Janeiro, n. 6, Abr. /1941. p. 7

REVISTA DO IRB. Rio de Janeiro, n. 13, Jun. /1942. p. 5

REVISTA DO IRB. Rio de Janeiro, n. 17, Fev. /1942. p. 7

REVISTA DO IRB. Rio de Janeiro, n. 19, Jun. /1943. p. 9

REVISTA DO IRB. Rio de Janeiro, n. 21, Out. /1943. p. 8

REVISTA DO IRB. Rio de Janeiro, n. 22, Dez. /1943. p. 5



ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA



FICHAS TÉCNICAS



## DIRETORIA HISTÓRICO

Miguel Pérez Jaime  
**Presidente da Allianz**

Mário Jorge Pereira  
**Diretor de negócios corporativos**

No País há mais de 112 anos, a Allianz Seguros está presente em todo o território nacional por meio de suas 61 filiais. A Allianz Seguros é uma empresa do Grupo Allianz, um dos líderes mundiais em seguros e o maior da Europa, com presença em mais de 70 países.

## MISSÃO

Garantir acesso à segurança e tranquilidade para a sociedade, sendo referência na entrega de soluções de seguros.

## PRODUTOS

Ramos elementares e saúde empresarial.

+55 (11) 3171-6000  
[www.allianz.com.br](http://www.allianz.com.br)  
[allianzseguros@allianz.com.br](mailto:allianzseguros@allianz.com.br)

# Com o seguro Allianz Auto Instituto Ayrton Senna, você faz mais pela educação do país.



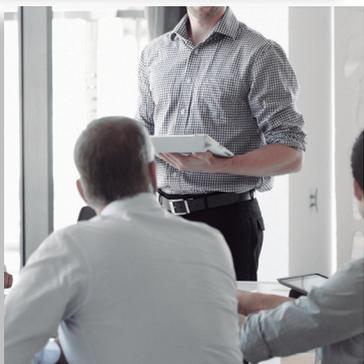
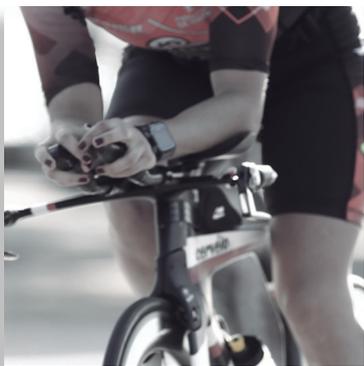
Ofereça o seguro Allianz Auto Instituto Ayrton Senna.  
É como se você levasse milhares de crianças e jovens para a escola.  
Parte do valor do seguro vai para o Instituto Ayrton Senna, que trabalha  
para melhorar a qualidade da educação pública do Brasil.  
Faça mais pelo seu cliente com Allianz Seguros.

**Allianz** 

Allianz  Auto  
Instituto Ayrton Senna

Instituto  
**Ayrton  
Senna**   
Educação do futuro  
agora





**ARGO SEGUROS**

*Member Argo Group*

## **DIRETORIA HISTÓRICO**

Pedro Purm  
**Presidente**

A Argo Seguros é uma seguradora do Grupo Argo International Holdings de origem norte-americana atuante no mercado de danos e responsabilidades há mais de 60 anos.

Salvatore Lombardi Junior  
**Diretor de Transportes e  
Relacionamento com Corretores**

No Brasil desde 2011, somos especializados em seguros gerais com uma ampla gama de produtos para segmentos específicos do mercado.

Ana Carolina Mello  
**Diretora de P&C e Resseguro**

A qualidade e agilidade na entrega de soluções baseadas no entendimento das necessidades de clientes e parceiros de negócios marcam a atuação da companhia.

Paulo Holland  
**Diretor de Operações**

## **MISSÃO**

Mario Bicalho  
**Diretor de Sinistros**

Ser uma seguradora líder nos segmentos em que escolhemos atuar, reconhecida pelo mercado como especialista e inovadora.

## **PRODUTOS**

- Transportes
- D&O
- E&O
- Patrimoniais
- Responsabilidade Civil Geral
- Engenharia

+55 11 3056-5530  
[www.argoseguros.com.br](http://www.argoseguros.com.br)

Com mais de 60 anos de atuação em seguros específicos, sempre com forte espírito inovador e um senso de urgência em tudo o que faz. Essas são algumas das principais características do Argo Group Internacional, um subscritor internacional de seguros especializados que oferece soluções customizadas para seus clientes.

Esse perfil foi a base de sucesso de uma empresa que foi abrindo diversos escritórios pelo mundo e que hoje atua na cobertura de exposição e risco em 134 países.

No Brasil, a Argo Seguros iniciou suas operações em 2012, mas rapidamente se consolidou entre os principais players do mercado se utilizando da tecnologia para oferecer produtos inovadores e diferenciados, com destacada atuação em seguros de Transportes, Patrimonial e de Responsabilidade Civil Geral e Profissional.

Através da sua plataforma digital de distribuição de seguros “Protector” - [www.argo-protector.com.br](http://www.argo-protector.com.br) - oferece 12 produtos para comercialização através dos corretores nas áreas de Responsabilidade Civil Profissional (Advogados, Médicos, Corretores de Seguros e de Imóveis, Dentistas, entre outros) e Geral (Eventos); Patrimonial (Empresarial e Bikes de alto valor agregado) e também em Transportes (Cargas).

Essa estratégia focada em apresentar produtos bem dirigidos, entendendo a necessidade de cada nicho e buscando estar sempre próximo aos corretores de seguros, permitiu à Argo Seguros, em pouco tempo, atender ao médio mercado em todo o país.

A atuação da Argo Seguros é reconhecidamente marcada por sua autonomia local para aceitação dos riscos; equipe de subscrição especializada; qualidade e agilidade na entrega de soluções; entendimento dos negócios dos seus parceiros; conhecimento real das necessidades dos seus clientes; e transparência e flexibilidade nas negociações.



**b** | Berkley Brasil Seguros  
| a Berkley Company



José Marcelino Ridsen  
**Presidente**

Leandro Garcia Okita  
**Diretor Operacional**

Marcelo Benevides  
**Diretor Comercial**

Alexandro Barbosa Sanxes  
**Diretor Técnico**



## DIRETORIA HISTÓRICO

Em 2006, iniciava-se o projeto da Berkley no Brasil, hoje destaque no mercado segurador, não só em Seguro Garantia, seu foco inicial, como também nos demais produtos que compõem suas linhas de negócios. Focada em resultado, com crescimento aliado a novas oportunidades, a companhia tem investido em Tecnologia, com ferramentas que proporcionam agilidade para negócios junto a seus parceiros.

## MISSÃO

Ser referência de seguradora que prima pela excelência na qualidade de produtos e serviços oferecidos ao mercado.

## PRODUTOS

Garantia, R. Engenharia, RC Geral, E&O, D&O, RDEquip., Entretenimento, Filmagem, Transportes e Fiança Locatícia.

+55 11 3848-8622  
[www.berkley.com.br](http://www.berkley.com.br)  
[comercial@berkley.com.br](mailto:comercial@berkley.com.br)



## Há mais de uma década, fazemos parte da história do seguro brasileiro



Desde o início de suas atividades no Brasil, há 11 anos, a Berkley passou a ter importante participação no mercado, imprimindo sua marca ao investir fortemente no desenvolvimento de produtos e serviços, oferecendo aos corretores ferramentas de alta tecnologia que viabilizam a divulgação e comercialização de seus produtos. Sempre atenta às novas tendências de consumo e às necessidades de seus parceiros de negócios, ao longo de sua trajetória a companhia tem ampliado seu portfólio e investido em inovação, sendo reconhecida pelo mercado de corretores como uma empresa de vanguarda.

Berkley - Preparada para o futuro do seguro brasileiro.

 | **Berkley Brasil Seguros**  
| a Berkley Company

Preparada para o futuro do seguro brasileiro

Matriz: Rua Olímpíada, 242 - 10º andar - Vila Olímpia - São Paulo/SP



# Bradesco Seguros

## DIRETORIA HISTÓRICO

Randal Luiz Zanetti  
**Diretor Presidente**

O Grupo Bradesco Seguros, conglomerado segurador da Organização Bradesco presente em todas as regiões do país, lidera o mercado de seguros brasileiro, com atuação multilinha nos segmentos de Automóveis, Ramos Elementares, Saúde, Vida, Previdência Complementar e Capitalização. Desde 2003, o Grupo conta com Área de Ouvidoria – primeira a ser reconhecida pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) –, que tem como principal missão acolher opiniões, críticas e reclamações, traduzindo a expectativa dos clientes em melhoria contínua de processos, produtos e serviços, e ainda com Códigos de Conduta Ética, disponibilizados a todos os públicos com os quais se relaciona, com o objetivo de estabelecer as responsabilidades e a postura que devem pautar a atuação dos profissionais que integram suas empresas.

Além do atendimento pela rede do Banco Bradesco, o Grupo Bradesco Seguros possui 200 dependências (entre núcleos de atendimento, escritórios e sucursais) em todo o país e conta com a parceria de mais de 44 mil corretores de seguros.

## MISSÃO

O melhor lugar para o Segurado proteger sua vida, seu futuro, sua saúde e seu patrimônio; o melhor lugar para os Corretores produzirem e o melhor lugar para seus funcionários trabalharem.

## PRODUTOS

Seguros de vida, patrimonial, saúde e dental, previdência privada e títulos de capitalização.

SAC - 0800 727 9966  
Ouvidoria - 0800 701 7000  
[bradescoseguros.com.br](http://bradescoseguros.com.br)



Bradesco  
Seguros



## ESCOLA NACIONAL de SEGUROS

### DIRETORIA HISTÓRICO

Robert Bittar  
**Presidente**

Renato Campos Martins Filho  
**Diretor Geral**

Claudio Contador  
**Diretor do Centro de Pesquisa e  
Economia do Seguro – CPES**

Maria Helena Monteiro  
**Diretora de Ensino Técnico**

Mario Pinto  
**Diretor de Ensino Superior**

Paola Casado  
**Diretora Administrativo-Financeira**

Fundada em 1971 pelos principais atores do setor de seguros brasileiro, a Escola Nacional de Seguros atende às necessidades dos profissionais brasileiros através da educação continuada, ajudando-os a enfrentar um mercado com forte competitividade. Com sede no Rio de Janeiro (RJ), a Escola conta com outras 12 Unidades para manter o elevado padrão de qualidade de ensino e ratificar sua condição de maior e melhor Escola de Seguros do Brasil.

### MISSÃO

Desenvolver o mercado de seguros através da geração e difusão de conhecimento e da capacitação de profissionais.

### PRODUTOS

Cursos de formação e capacitação profissional em seguros, eventos, publicações e pesquisas.

+55 (21) 3380-1000  
[www.funenseg.org.br](http://www.funenseg.org.br)  
[faleconosco@funenseg.org.br](mailto:faleconosco@funenseg.org.br)

# DESENVOLVENDO O MERCADO DE SEGUROS

Através da geração e  
difusão de conhecimento

Atuando em 99 localidades,  
a nossa Instituição oferece cursos  
e atividades complementares  
que abrangem todas as etapas  
da educação, desde formação  
técnica até programas no exterior.

[www.funenseg.org.br](http://www.funenseg.org.br)



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS



# FENACOR

## DIRETORIA HISTÓRICO

Armando Vergílio dos Santos Junior  
**Presidente**

Robert Bittar  
**1º Vice-Presidente**

Claudio Simão  
**Diretor Tesoureiro**

Alberto Célio Cotrin Leite  
**Diretor Secretário (em exercício)**

Celso Vicente Marini  
**Vice-Presidente de Relações Institucionais**

Claudia Gerlane Candido Diniz  
**Vice-Presidente de Benefícios e Patrimônio**

Dorival Alves de Sousa  
**Vice-Presidente de Relações com o Mercado**

Maria Filomena Magalhaes Branquinho  
**Vice-Presidente de Marketing e Eventos**

A FENACOR é uma entidade sindical em grau superior, fundada em 25 de outubro de 1968, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, tendo sido reconhecida como entidade coordenadora dos interesses da categoria econômica dos Corretores de Seguros e de Capitalização, conforme Carta Sindical de 21 de março de 1975, do Ministério do Trabalho e Emprego, filiada à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC. Representa 25 Sindicatos estaduais, é também, uma das mantenedoras da FUNENSEG e do IBRACOR, participando dos Conselhos Administrativo e Fiscal.

## MISSÃO

Proporcionar a integração dos Corretores de Seguros via SINCORs, na busca da qualificação profissional, primar pela ética no exercício de sua função, defender os direitos e criar mecanismos para melhorar e ampliar o mercado de seguros no Brasil.

+55 (21) 3077-4777  
[www.fenacor.org.br](http://www.fenacor.org.br)

## **FENACOR comemora 42 anos da Carta Sindical**

A FENACOR comemorou no dia 21 de março de 2017 o 42º aniversário da publicação da Carta Sindical do Ministério do Trabalho e Emprego, que a reconheceu como a entidade coordenadora dos interesses da categoria econômica dos Corretores de Seguros. Nessas quatro décadas, a Federação vem desempenhando com louvor a sua missão de representar os 25 sindicatos filiados e os Corretores de Seguros.

Filiada à CNC e associada à COPAPROSE, é também mantenedora da Escola Nacional de Seguros – FUNENSEG e do IBRACOR, figurando ainda entre as entidades privadas representadas no CNRSP, além de integrar importantes grupos técnicos criados pela SUSEP.

No campo político, a FENACOR atua perante entidades públicas e privadas participando do estudo e criação de soluções para assuntos de interesse da categoria e no desenvolvimento do Mercado de Seguros. Essa característica ganhou consistência na última década, quando foram obtidas inúmeras conquistas relevantes como por exemplo, a inclusão dos Corretores de Seguros no SuperSimples e a aprovação da Lei do Desmonte.

A Federação é reconhecida ainda pela qualidade, repercussão e abrangência dos eventos de grande porte, nacionais e internacionais, que organiza desde 1978, além de investir na propagação da cultura do seguro, realizando o “Prêmio Nacional de Jornalismo em Seguros”, e na produção de informação técnica através da aferição do índice de confiança ICSS e da elaboração do ESECS-PJ.

Orgulhamo-nos de fazer parte da história do Mercado de Seguros brasileiro.

The logo for FENACOR is displayed in a bold, blue, sans-serif font. The letters 'F', 'E', 'N', 'A', 'C', and 'O' are solid blue, while the 'R' is blue with a white circular element inside its top curve. A thin, horizontal gold bar is positioned directly beneath the letters.

GRUPO  
**INTERBROK**  
de seguros



## HISTÓRICO

Os 100 anos de história do Grupo Interbrok, aliados ao pioneirismo na criação de soluções por parte de seus executivos, são a síntese do sucesso da construção de uma imagem de tradição e solidez, atrelada a uma empresa moderna e eficiente.

O perfil arrojado, pautado no alto nível de atendimento, ética nos negócios e independência financeira, levou a empresa a alcançar a posição de um dos maiores *brokers* no *ranking* brasileiro de corretoras independentes, e também, a figurar entre as 50 maiores no mercado mundial de corretoras profissionais.

A independência nas operações e decisões, aliada a normas rígidas de gerenciamento de todos os procedimentos, permitem que o Grupo Interbrok atue de forma a privilegiar todas as necessidades do cliente.

O Grupo Interbrok possui uma posição de total independência no mercado de seguros, fruto principalmente de sua solidez financeira.

A alta rentabilidade do Grupo Interbrok é fruto de uma administração séria e responsável e, para endossar esta postura, a empresa, mesmo sendo de capital fechado, é auditada permanentemente.

Outro ponto importante é a amplitude de áreas de atuação e a manutenção de uma carteira de clientes significativa, altamente pulverizada, o que reduz o risco da empresa e de seus negócios.

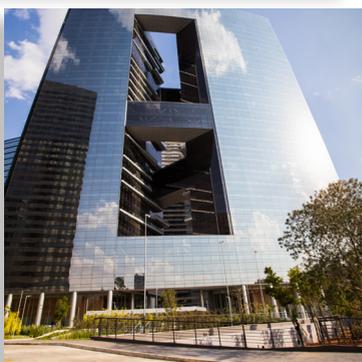
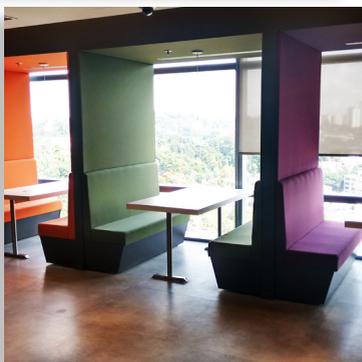
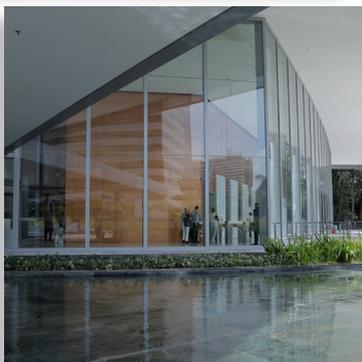
+55 (11) 5504-5200

[www.grupointerbrok.com.br](http://www.grupointerbrok.com.br)

Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 716 | Brooklin - São Paulo/SP



716



## GRUPO SEGURADOR



### DIRETORIA HISTÓRICO

Roberto Barroso  
Presidente do GRUPO SEGURADOR  
BANCO DO BRASIL E MAPFRE nas áreas  
de Vida, Habitacional e Rural

Luis Gutiérrez  
Presidente do GRUPO SEGURADOR BANCO  
DO BRASIL E MAPFRE nas áreas de Auto,  
Seguros Gerais e Affinities

Resultado da união estratégica entre o Banco do Brasil e a MAPFRE Seguros, o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE conta com mais de 6 mil colaboradores, mais de 65 mil pontos de venda, incluindo corretores e agências bancárias. Possui um dos mais amplos portfólios de produtos do mercado, além de unidades de negócios especializadas, presença territorial abrangente e distribuição multicanal.

### MISSÃO

Cuidar de pessoas e empresas, proteger seus sonhos e conquistas, transformando a sociedade.

### PRODUTOS

- Automóvel
- Grandes Riscos
- Habitacional
- Massificados
- Rural
- Vida

+55 11 5111-4010  
[www.bbmapfre.com.br](http://www.bbmapfre.com.br)



# CUIDAR TRANSFORMA

Cuidar de pessoas e empresas, proteger seus sonhos e conquistas, transformando a sociedade: isso é o que nos move. Acreditamos no poder transformador das nossas ações e, por isso, assumimos também o dever de transmitir para cada vez mais pessoas o que um seguro pode fazer por elas. Porque **CUIDAR TRANSFORMA.**

GRUPO SEGUADOR

 **BANCO DO BRASIL**  
Seguros

 **MAPFRE**  
SEGUROS



# HDI

## Seguros

### DIRETORIA HISTÓRICO

Murilo Setti Riedel  
**Diretor Presidente**

Eugênio Flávio Pontes Rodrigues  
**Vice-Presidente Comercial**

Carlos Alberto Cano Colucci  
**Vice-Presidente Administrativo Financeiro**

Fábio José Pereira Leme  
**Vice-Presidente Técnico**

Paulo Roberto Rodrigues de Moraes  
**Diretor Adjunto Marketing e Planejamento**

A HDI Seguros S.A. teve seu início em 1903 junto a sua área internacional Talanx International AG. Após mais de 100 anos de experiência no mercado internacional, o Grupo HDI Seguros chega ao Brasil fundando mais de 60 filiais e escritórios em várias cidades do Brasil, sempre se adequando às exigências do mercado nacional. Atualmente, o principal produto é o HDI Auto Perfil, mas a marca registrada continua sendo o HDI Bate-Pronto, um sistema de atendimento de sinistro extremamente ágil e eficiente.

### MISSÃO

Atuar de forma criativa, competitiva e rentável com soluções que garantam a tranquilidade e a satisfação dos clientes.

### PRODUTOS

- Automóvel
- Residencial
- Empresarial
- Ramos elementares e
- Previdência Privada

+55 11 5508-1600  
[www.hdi.com.br](http://www.hdi.com.br)  
[marketing@hdi.com.br](mailto:marketing@hdi.com.br)

# Entre depois de bater.

EXTRA



Processo Susep: 15414.00/1197/2004-41. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autoridade, o reconhecimento ou recomendação à sua comercialização.

HDI Bate-pronto. O centro de atendimento que libera em minutos o conserto do veículo. Com a HDI, o segurado economiza até tempo.

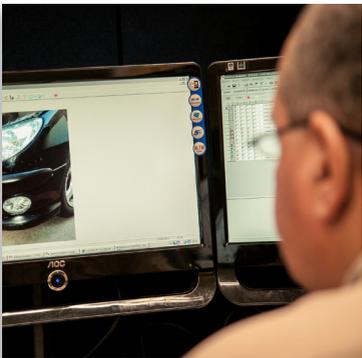
**HDI**

Seguros

É de bate-pronto.

Consulte seu corretor.

[www.hdi.com.br](http://www.hdi.com.br)



## HISTÓRICO

- 1906 - Início das operações da Companhia Paulista de Seguros.
- 1996 - Aquisição da Companhia Paulista de Seguros.
- 1997 - Abertura de 10 novas filiais nas regiões Sul e Sudeste.
- 2000 - Adoção do nome Liberty Paulista Seguros.
- 2006 - Adoção do nome Liberty Seguros.
- 2008 - Aquisição: Indiana Seguros.
- 2011 - Assinatura do patrocínio com a FIFA, tornando a Liberty Seguros a seguradora da Copa do Mundo da FIFA 2014.
- 2013 - Definição da Visão 2018.
- 2014 - Ativação das ações de marca durante a Copa do Mundo da FIFA 2014.
- 2015 - Campanha #estatudobem e escolha de Bernardinho.

## MISSÃO

Ajudar as pessoas a viverem mais seguras e tranquilas.

## PRODUTOS

- Seguro para pessoas
- Seguro para empresas
- Seguro para riscos especiais

[www.libertyseguros.com.br](http://www.libertyseguros.com.br)



# Liberty Seguros

Uma história feita no Brasil e em mais 16 países.

A Liberty Seguros investe constantemente em pessoas, tecnologia e processos para proporcionar um atendimento excepcional e um portfólio diversificado. Nossa missão é ajudar as pessoas a viver vidas mais tranquilas e seguras.

Consolidados no mercado brasileiro, contamos com mais de 1.800 funcionários em todo o país, distribuídos em 69 filiais, que trabalham diariamente para oferecer produtos, ferramentas e programas inovadores a todos os clientes e corretores.

**Com a Liberty Seguros, está tudo bem.**

Liberty Seguros S.A. CNPJ 61.550.141/0001-72. Código SUSEP da Seguradora: 518-5. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização. Ouvidoria: acesse o site [www.libertyseguros.com.br](http://www.libertyseguros.com.br), em que é possível postar seu recurso. Se preferir, o recurso também poderá ser feito pelo e-mail [ouvidoria@libertyseguros.com.br](mailto:ouvidoria@libertyseguros.com.br) ou pelo telefone 0800-740-3994.



**Liberty  
Seguros**



PRODUTOS AUTOMÓVEL



PRODUTOS MASSIFICADOS



PRODUTOS CORPORATIVOS



PRODUTOS DE TRANSPORTE



PRODUTOS DE VIDA



# Mitsui Sumitomo Seguros

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

**MSIG**

## DIRETORIA HISTÓRICO

Hideji Inoue  
**Presidente**

Hélio Kinoshita  
**Diretor Vice-Presidente & COO**

Paulo Yukio  
**Diretor Técnico**

Giuliano Borro  
**Diretor de TI, Operações e Sinistros**

Luiz Morikawa  
**Diretor Financeiro Administrativo**

Flávio Zoppello  
**Diretor Comercial**

Koichi Kawasaki  
**Diretor Comercial Internacional**

Eliane Caetano  
**Diretora de Produtos**

Djalma Duarte  
**Diretor de RE Corporate**

O Grupo Mitsui Sumitomo Insurance é formado pelas seguradoras dos Grupo Mitsui e Grupo Sumitomo que unidos em diversos segmentos formam um dos mais sólidos grupos econômicos do mundo. O MS&AD Insurance Group é resultado da fusão da Mitsui Sumitomo Insurance Group, Aioi Insurance e Nissay Dowa General Insurance, ocorrida em abril de 2010. Somos o maior grupo segurador do Japão e um dos maiores do mundo.

## MISSÃO

Contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade vibrante e ajudar a garantir um futuro sólido para a Terra, oferecendo segurança e tranquilidade por meio dos negócios globais de seguros e serviços financeiros.

## PRODUTOS

- Produtos Automóvel
- Produtos Massificados
- Produtos Corporativos
- Produtos de Transporte
- Produtos de Vida

+55 11 3177-5918  
[www.mitsuisumitomo.com.br](http://www.mitsuisumitomo.com.br)  
[marketing@msig.com.br](mailto:marketing@msig.com.br)



**Mitsui Sumitomo Seguros**

A Member of **MS&AD** INSURANCE GROUP

**Sua parceira  
para geração  
de negócios.**

**MAIS DO QUE SEGUROS.  
RESPEITO POR VOCÊ.**

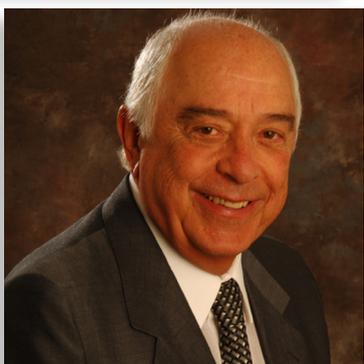
**HÁ MAIS DE 50 ANOS NO BRASIL**

**A tradição e segurança da nº 1 do  
Japão voltadas ao seu negócio!**

Presente em 16 localidades, com 20 filiais e *home office*, a Mitsui Sumitomo Seguros está sempre atenta às mudanças e tendências do mercado segurador para oferecer produtos e serviços que buscam atender com excelência às necessidades dos seus clientes, tanto no segmento massificado quanto no corporativo.

Parte do MS&AD Insurance Group, situado em 45 países ao redor do mundo, com unidades operacionais espalhadas pelas Américas, Ásia e Europa, a Mitsui Sumitomo Seguros traz o conhecimento de suas operações globais para uma aplicação local.

**[WWW.MITSUISUMITOMO.COM.BR](http://WWW.MITSUISUMITOMO.COM.BR)**



# MONGERAL AEGON

SEGUROS E PREVIDÊNCIA

## DIRETORIA HISTÓRICO

Nilton Molina  
**Presidente do Conselho de  
Administração**

Helder Molina  
**Presidente**

Hoje com mais de 2 milhões de clientes, a Mongeral Aegon está presente em todo o Brasil e é a primeira iniciativa de previdência do país. Sua operação ininterrupta desde 1835 a torna uma das três empresas mais antigas em atividade constante no mercado nacional. Em 2009, a Mongeral foi integrada ao Grupo Aegon, maior seguradora em previdência em grupo da Holanda, com atuação de destaque também no Reino Unido e nos Estados Unidos.

## MISSÃO

Existimos para ajudar as pessoas a assumir a responsabilidade por seu futuro financeiro.

## PRODUTOS

Seguros de vida e previdência para os mais diversos perfis de pessoas físicas e jurídicas.

+55 21 3722-2200  
[www.mongeralaegon.com.br](http://www.mongeralaegon.com.br)

Há quase 200 anos,  
cuidamos do futuro dos brasileiros.

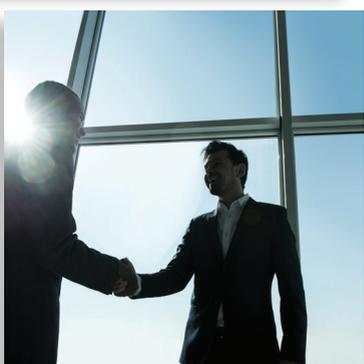
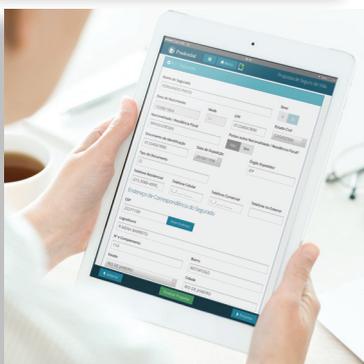


No Brasil, somos pioneiros em planos individuais e corporativos, com foco em soluções em seguros de vida e previdência. Com produtos feitos sob medida, oferecemos tranquilidade e segurança para o futuro de milhões de clientes. É assim que, há quase dois séculos, construímos as bases de uma empresa sólida e representativa, com mais de R\$ 320 bilhões de capital segurado e R\$ 336 milhões em benefícios pagos em 2016.

[www.mongeralaegon.com.br](http://www.mongeralaegon.com.br)

**MONGERAL AEGON**

SEGUROS E PREVIDÊNCIA



# Prudential

## DIRETORIA HISTÓRICO

Marcelo Mancini Peixoto  
**Presidente & CEO**

Patrícia Freitas  
**Vice-presidente de Parcerias Comerciais**

Carlos Augusto Lamego  
**Vice-presidente Comercial Executivo, CMO**

Thereza Moreno  
**Vice-presidente Financeira, CFO & CRO**

Paulo Leão  
**Vice-presidente de RH & BEO**

Luiz Fernando Bertoncello  
**Vice-presidente de Operações & COO**

Carlos Guerra  
**Vice-presidente de Vida em Grupo**

A Prudential do Brasil é uma subsidiária da Prudential Financial, Inc.. No Brasil, a empresa oferece soluções personalizadas em seguro de vida individual e em grupo, oferecendo segurança financeira às famílias e empresas no caso de imprevistos. Porém, muito mais do que uma forma de assegurar a renda em uma situação delicada, como um acidente ou uma doença grave, as soluções da Prudential proporcionam tranquilidade para planejar projetos de vida.

## MISSÃO

Com atenção e carinho, oferecer segurança financeira e tranquilidade para quem você mais ama.

## PRODUTOS

Possuímos coberturas para proteção em caso de morte, doenças graves, invalidez acidental e outros.

+55 21 3003 7783  
[www.prudentialdobrasil.com.br](http://www.prudentialdobrasil.com.br)



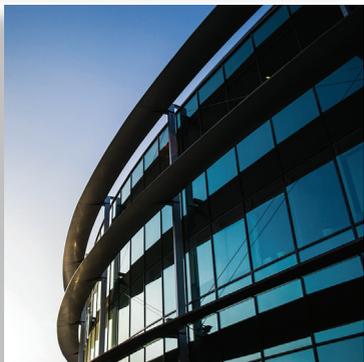
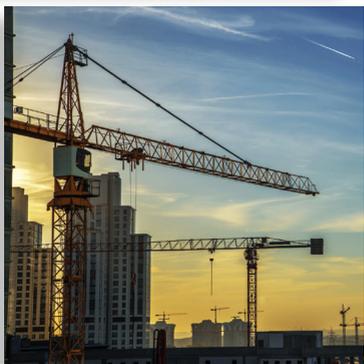
**Ela vai se formar  
na faculdade?**

**Ela vai se formar  
em qual faculdade?**

Não existem respostas  
para o futuro.  
Mas você pode escolher  
as perguntas.

Faça agora seu  
seguro de vida  
e proteja o futuro  
da sua família.





## DIRETORIA HISTÓRICO

Peter Rebrin  
**CEO - Presidente**

Ariel Yanitchkis Couto  
**Diretor de Commercial Lines**

Pedro Gutemberg  
**Diretor de Personal Lines**

Omar Santana da Silva Júnior  
**CFO**

Fundada em 1886 em Sydney na Austrália, a QBE é uma das 20 maiores seguradoras do mundo. Com mais de 14,5 mil colaboradores, está presente em 37 países. No Brasil desde 2001, com uma equipe altamente qualificada disposta a fazer a diferença em cada nicho de atuação, a QBE é especialista em seguros individuais e corporativos, líder em seguro viagem. No DNA da QBE está a versatilidade de fazer o possível para encontrar uma maneira de dizer sim às necessidades de nossos clientes. É possível QBE.

## MISSÃO

Ser a seguradora que constrói as parcerias mais fortes com os clientes.

## PRODUTOS

- QBE MAX (Equipamentos Pesados de Construção e Mineração)
- Seguro de Transporte
- Property
- RC
- Seguro Viagem
- QBE Flex Seguro Auto

+55 11 3545-8900  
[www.qbe.com.br](http://www.qbe.com.br)

Nós criamos soluções de seguro

*“Eu preciso de uma seguradora que ofereça tranquilidade para minha empresa.”*

É possível garantir a tranquilidade e a segurança para a sua empresa exercer suas atividades sem preocupações.

A QBE é a maior seguradora da Austrália, fundada em Sydney em 1886. Ela está presente em 37 países e, atualmente, conta com mais de 14.500 colaboradores espalhados pelo mundo. São mais de 115 aquisições realizadas nos últimos 10 anos, que reafirmam o papel da QBE em construir parcerias sólidas e comprometidas com os objetivos dos nossos clientes.

**É possível QBE.**

**Acesse [qbe.com.br](http://qbe.com.br) e saiba mais.**



**QBE**  
Seguros



**SINDICATO DOS CORRETORES DE  
SEGUROS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **DIRETORIA HISTÓRICO**

Alexandre Camillo  
**Presidente**

Boris Ber  
**1º vice-presidente**

Simone Martins  
**2ª vice-presidente**

Marcos Abarca  
**1º secretário**

Osmar Bertacini  
**2º secretário**

Marco Damiani  
**1º tesoureiro**

Carlos Cunha  
**2º tesoureiro**

Fundado em 6 de outubro de 1934, o Sincor-SP é a entidade representativa dos corretores de seguros no Estado de São Paulo. Possui 30 regionais, cerca de 100 colaboradores e 300 corretores de seguros voluntários, atuantes em diversas funções.

## **MISSÃO**

Defender e coordenar os interesses dos corretores de seguros do estado de São Paulo nos âmbitos político, econômico e social.

+55 11 3188-5000  
[www.sincorsp.org.br](http://www.sincorsp.org.br)  
[presidencia@sincorsp.org.br](mailto:presidencia@sincorsp.org.br)

Cada pessoa enxerga o mesmo cenário de maneiras diferentes, mas somente o olhar cuidadoso, protetor e orientador do corretor de seguros traz a proteção adequada para as conquistas de cada segurado.

# O OLHAR DO CORRETOR DE SEGUROS MUDA TUDO.

São mais de

**45 mil**

profissionais, que estão  
à disposição da sociedade  
em todo Estado de São Paulo.

Faça seguro com  
quem realmente  
entende do assunto.

**SINCOR** | **SP**

[www.sincorsp.org.br](http://www.sincorsp.org.br)

VISA



**CORRETOR DE SEGUROS: O CAMINHO SEGURO DA DISTRIBUIÇÃO**



## DIRETORIA HISTÓRICO

Francisco Vidigal Filho  
Diretor Presidente

A Sompo Seguros é uma empresa do Grupo Sompo Holdings, um dos maiores grupos seguradores do mundo, fundado no Japão há mais de 128 anos.

No Brasil, a Sompo nasceu da integração das operações da Marítima Seguros, companhia fundada em Santos em 1943, e da Yasuda Seguros, que está no Brasil desde 1959. Reunimos o conhecimento de uma empresa local e a experiência de uma empresa global. Trabalhamos para ter a certeza de que tudo vai ficar bem com o cliente, porque é isso o que mais importa.

## MISSÃO

A Sompo Seguros tem como missão gerar bem-estar e proteção à sociedade provendo serviços da mais alta qualidade.

## PRODUTOS

Auto, Vida, Residencial, Saúde, Empresarial e Transportes

+55 11 3156-2990 (Grande São Paulo)  
0800 77 19 119 (demais localidades)  
[www.sompo.com.br](http://www.sompo.com.br)

O MELHOR  
SEGURO  
É ESTAR  
BEM.



SOMPO Seguros,  
uma das maiores seguradoras  
do Japão, com 128 anos  
de experiência, chegou ao Brasil.  
E chegou trazendo,  
além de uma linha completa  
de seguros Auto, Vida,  
Patrimônio, Saúde e Transporte,  
um dos mais importantes  
valores japoneses:  
o comprometimento.  
Porque, para a SOMPO,  
o bem mais valioso que existe  
é o seu bem-estar.  
Consulte seu corretor.

VOCÊ  
SEMPRE  
BEM.



## DIRETORIA HISTÓRICO

Gabriel Portella  
Presidente

A SulAmérica possui um amplo portfólio de produtos e serviços, somado à forte atuação nas diferentes etapas da vida dos clientes, buscando atender cada vez melhor suas necessidades e investindo em tecnologia para estar presente em diversas plataformas e canais de atendimento.

Tudo isso colocou a companhia na posição de maior seguradora independente do Brasil, com 7 milhões de clientes, cerca de 5,3 mil colaboradores e uma rede de corretores independentes composta por 30 mil parceiros.

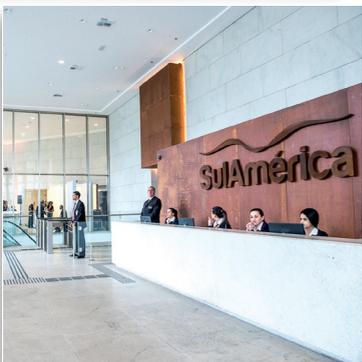
## MISSÃO

Oferecer proteção e bem-estar a pessoas e organizações, em todas as fases de suas vidas, criando valor de forma sustentável, em uma relação de confiança e respeito.

## PRODUTOS

- Seguros
- Saúde
- Odonto
- Automóvel
- Vida
- Previdência
- Investimentos
- Capitalização

[www.sulamerica.com.br](http://www.sulamerica.com.br)



# TRANSFORME OS IMPREVISTOS NOS MELHORES MOMENTOS DA SUA VIDA.

A vida é imprevisível e,  
acredite, isso é muito bom.

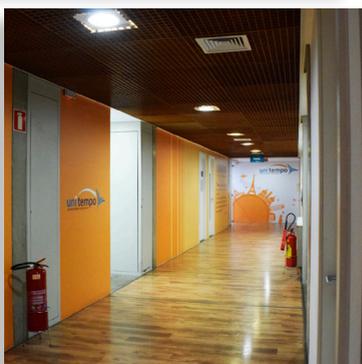
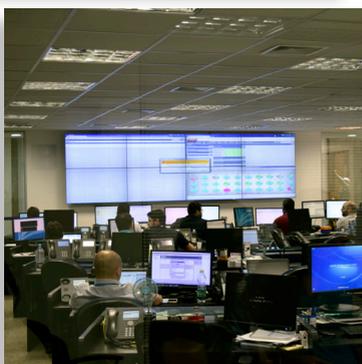


A SulAmérica leva tranquilidade a mais de 7 milhões de clientes. Como maior seguradora independente do Brasil, oferece uma solução completa de produtos e serviços de seguros, previdência, investimentos e capitalização para você aproveitar o melhor da vida com toda segurança.

Viva o imprevisível e deixe o resto com a SulAmérica.

SEGUROS • SAÚDE • ODONTO • AUTOMÓVEL • VIDA  
PREVIDÊNCIA • INVESTIMENTOS • CAPITALIZAÇÃO

  
**SulAmérica**



## DIRETORIA HISTÓRICO

Gibran Vega Marona  
**Presidente**

João Carlos Armesto  
**Diretor Executivo Comercial e Marketing**

Daniel Meneghin  
**Diretor Executivo de Operações**

Vittorio Rullo Junior  
**Diretor Técnico e de Produtos**

Alexandre Massahirto Ayabe  
**Diretor de TI & Telecom**

Guilherme Vergani  
**Diretor Executivo Financeiro**

Marcelo Barp  
**Diretor Executivo de Canais**

Mario Lopes  
**Diretor de Gente e Gestão**

Camilo Frigo  
**Diretor de Contact Center**

Jaime Liniers  
**Head da TMA**

Com mais de 20 anos de atuação no mercado de assistência 24 horas, a Tempo Assist é atualmente a única empresa independente do mercado de assistência do Brasil.

Pioneira no desenvolvimento de novos produtos, no estabelecimento de novos canais de distribuição, investindo em tecnologia no estado da arte, e com mais de 22 mil parceiros cadastrados em todo o Brasil, garante robustez e eficiência na sua prestação de seus serviços, e conquistou o reconhecimento de seus clientes e consumidores finais.

## MISSÃO

Assegurar o bem-estar, oferecendo a melhor experiência de atendimento, por meio de nosso time e nossos parceiros.

## PRODUTOS

São mais de 30 produtos de assistência, nos segmentos de veículos, pessoas e imóveis.

+55 11 4208-8000  
[www.tempoassist.com.br](http://www.tempoassist.com.br)  
[marketing@tempoassist.com.br](mailto:marketing@tempoassist.com.br)

AS PESSOAS CONSOMEM EXPERIÊNCIAS, VIVEM HISTÓRIAS E **ACUMULAM LEMBRANÇAS.**

ESTAR **PRESENTE E DISPONÍVEL** É A MELHOR MANEIRA DE AJUDAR.

**tempo**  
ASSIST

A TRANQUILIDADE DE SEUS CLIENTES MUITO BEM ACOMPANHADA

**SEMPRE POR PERTO. SABEMOS COMO AJUDAR.**

**ENTENDEMOS O PROBLEMA PARA ENTREGAR A SOLUÇÃO.**

Só quem investe em inovação, tecnologia e produtos pode ganhar a confiança de seus clientes. Foi assim que a TEMPO ASSIST se tornou uma referência em qualidade e eficiência, mantendo grandes parceiros em seu portfólio e oferecendo soluções completas em Assistências Especializadas para veículos, imóveis e pessoas.

A maior empresa de assistências especializadas do mercado brasileiro e a única independente.

[www.tempoassist.com.br](http://www.tempoassist.com.br)



## DIRETORIA HISTÓRICO

Paulo Eduardo de Freitas Botti  
**Diretor Presidente**

Carlos Roberto De Zoppa  
**Vice-Presidente Técnico**

Rodrigo de Souza Lobo Botti  
**Diretor Geral e de Finanças e Operações**

Beatriz Cabrera Americano Fernandes  
**Diretora Administrativa**

Bernardo Nolasco Rocha  
**Diretor de Investimentos**

Paulo Toshio Hayakawa  
**Diretor de Subscrição**

Idealizada e constituída por um grupo brasileiro de investidores e executivos, iniciou operações em outubro de 2012. Resseguradora Local sem ligações societárias com grupos seguradores, opera somente em resseguro e busca atender as necessidades do mercado. Com a visão de consolidar conhecimento e fomentar negócios regionais, expandiu sua atuação para América Latina estabelecendo um Escritório de Representação na Colômbia. Sua missão é ser a opção preferida das Seguradoras, oferecendo soluções inovadoras, nos mais altos padrões internacionais, agregando conhecimento e atendimento qualificados, responsabilidade na gestão de riscos e os mais elevados padrões de governança corporativa.

## MISSÃO

Compreender as ideias e os projetos dos seus clientes e atender com competência suas necessidades de resseguro.

## PRODUTOS

Atua em todas as linhas de negócio, tanto Contratos Automáticos quanto Facultativos.

contato@terrabrisis.com.br  
+55 11 3320-5000  
www.terrabrisis.com.br

# TERRA BRASIS RESSEGUROS

Oferecemos soluções inovadoras e próprias para os mercados brasileiro e latino-americano. Somos dedicados exclusivamente a resseguros, agregamos conhecimento e atendimento qualificados, responsabilidade na gestão de riscos, excelência operacional e os mais altos padrões de governança corporativa.

Nossa missão é compreender as ideias e os projetos dos nossos clientes e atender com excelência suas necessidades.

TERRA BRASIS RESSEGUROS, O PARCEIRO PARA SEUS PROJETOS.



[www.terrabrisis.com.br](http://www.terrabrisis.com.br)



# TOKIO MARINE SEGURADORA

NOSSA TRANSPARÊNCIA, SUA CONFIANÇA

## DIRETORIA HISTÓRICO

José Adalberto Ferrara  
**Presidente**

Valmir Marques Rodrigues  
**Diretor Executivo Comercial**

Marcelo Goldman  
**Diretor Executivo de Produtos Massificados**

Luis Felipe Smith de Vasconcellos  
**Diretor Executivo de  
Produtos Pessoa Jurídica**

Masaaki Itakura  
**Diretor Executivo de Estratégia Corporativa**

Adilson Ignácio Lavrador  
**Diretor Executivo de  
Operações, Tecnologia e Sinistros**

Kunihiko Higashi  
**Diretor Executivo de Controladoria**

A Tokio Marine Seguradora S.A. é uma das maiores seguradoras do Brasil e do mundo. É subsidiária da Tokio Marine Holdings, o mais antigo conglomerado securitário japonês. No Brasil desde 1959, a Tokio Marine possui uma estrutura com 72 unidades de negócios, com sucursais e escritórios em todo o País, e um time de 1,7 mil colaboradores. O portfólio contempla Produtos Massificados e Corporativos, com soluções completas para Clientes Pessoas Físicas e Jurídicas.

## MISSÃO

Proporcionar tranquilidade e segurança às pessoas e empresas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

## PRODUTOS

Mais de 40 produtos para Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

+55 11 3054-7000  
[www.tokiomarine.com.br](http://www.tokiomarine.com.br)

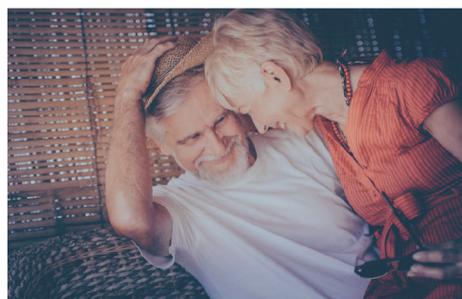


## TOKIO MARINE. DESDE 1959 AJUDANDO QUANDO VOCÊ MAIS PRECISA. E QUANDO MAIS PRECISAM DE VOCÊ.

Nosso compromisso é devolver a tranquilidade para você não perder as conquistas importantes da sua vida. Por isso, temos múltiplas soluções para você e seus negócios.

**Mais do que proteger os seus bens, a Tokio protege o seu bem-estar.**

Este seguro é garantido pela Tokio Marine Seguradora S/A – CNPJ 33.164.021/0001-00 – Código SUSEP nº 06190. Consulte as Condições Gerais do produto ou serviço disponíveis em [www.tokiomarine.com.br](http://www.tokiomarine.com.br). Central de Atendimento, para tirar dúvidas, consultas e informações adicionais: 0300 33 86546. Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas. Ouvidoria, para reclamações: 0800 449 0000. Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 17h30.



 TOKIO MARINE  
SEGURADORA  
NOSSA TRANSPARÊNCIA, SUA CONFIANÇA





**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Silvestre, Rafael

Academia Nacional de Seguros e Previdência :  
evolução histórica do seguro no Brasil / Rafael  
Silvestre. -- 1. ed. -- São Paulo : BB Editora, 2017.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-62716-62-1

1. Academia Nacional de Seguros e Previdência -  
História 2. Previdência privada - Brasil - História  
3. Seguros - Brasil - História I. Título.

17-03369

CDD-368.00981

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Seguros : História 368.00981

**Conselho Editorial ANSP**

Fernando Pedrosa Simões  
Luciane Silveira Bueno  
Maria Inês Prado Brunhera  
Mauro César Batista  
Paulo Alexandre Silva  
Rafael Ribeiro do Valle  
Sergio Nobre

**A ANSP gostaria de homenagear e agradecer todos os  
profissionais e amigos que contribuíram com entrevistas e dados  
para a elaboração desta obra:**

Armando Vergílio dos Santos Jr.  
Francisco José dos Santos Galiza  
João Marcelo M. R. dos Santos  
José Cechin  
Luiz Roberto Castiglione (*in memoriam*)  
Marco Antonio Barros  
Nilton Molina  
Wagner Balera



**EXPEDIENTE**

**BB EDITORA**

Rua Barão do Triunfo, 88 - 14º Andar  
CEP 04602-000 - São Paulo - SP  
(11) 5054-7757

**FILIAL NORDESTE**

Rua João Eugênio de Lima, 143 - Sala 01  
CEP: 51030-360 - Recife - PE  
(81) 3327-3297

**FILIAL SUL**

Rua Francisco Rocha, 198 - Batel  
CEP: 80420-130 - Curitiba - PR  
(41) 4063-9529

**Edição**  
BB Editora

**Diretor-Geral**  
Baroni Neto

**Diretores de Criação**  
Rafael Sanches  
Marcelo Souza

**Diretora Comercial**  
Renata Hernandes

**Gerentes Comerciais - SP**  
Adriana Ribeiro  
Elaine Isiama  
Sara Aquino

**Gerente Financeiro**  
Antonio Alonso

**Criativos**  
Nivio Gaspar  
Siula Valentim  
Vanessa Ferreira

**Editores**  
Andréa Mota  
Abraão de Oliveira  
Caroline Ajuz  
Rafael Silvestre

**Assistentes Administrativos**  
Gleice Pedrino  
Jessica Martins

[www.bbeditora.com.br](http://www.bbeditora.com.br)





ACADEMIA NACIONAL DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA